

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



47ª Reunião Extraordinária do CONAMA

16 de março de 2006

Local: **AUDITÓRIO DO MUSEU OSCAR NIEMEYER,**
Rua Marechal Hermes 999, Centro Cívico – Curitiba/PR

(Transcrição ipsis verbis)
[Stenotype Brasil Ltda.]

1 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2
3 Nós convidamos para compor essa Mesa de abertura da 47ª Reunião Extraordinária do
4 CONAMA o nosso Secretário de Meio Ambiente do Município de Curitiba, Dr. Andreguetto,
5 representando o Prefeito de Curitiba e o Conselheiro Rasca representando hoje, duplamente
6 aqui, o Secretário do Meio Ambiente Cheida e o Governador do Estado Roberto Requião.

7
8 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

9
10 Bom dia a todos. Peço a todos que tomem os seus lugares para que a gente inicie a 47ª
11 Reunião Extraordinária do CONAMA, dar as boas vindas a todos, saudar a presença da
12 Ministra Marina Silva, nossa Presidente; Secretário Municipal do Meio Ambiente, Dr.
13 Andreguetto representando aqui o Prefeito Beto Richa; do Conselheiro Rasca, Presidente do
14 IAP, representando o Secretário Cheida e o Governador Roberto Requião. Como nós temos
15 um auditório grande, gostaria de solicitar a todos que pudessem tomar os assentos mais à
16 frente, seria mais adequado para a dinâmica da nossa reunião inclusive para o uso da palavra
17 dos conselheiros, podendo estar mais perto aqui para que a gente pudesse ter uma reunião
18 mais produtiva, uma vez que esse auditório - nós temos *quorum*, um bom *quorum* já -, mas
19 esse auditório tem uma capacidade bem maior do que o auditório do IBAMA, portanto nós
20 vamos ter alguns espaços vagos aqui. Quero convidar o nosso Diretor Nilo para fazer parte da
21 Mesa também e ressaltar a importância dessa reunião do CONAMA em Curitiba nesse
22 momento em que se realiza a MOP já nos seus dias de finalização e se realiza também a COP
23 da Biodiversidade a partir da próxima segunda-feira e um conjunto muito significativo de
24 eventos paralelos. Quero destacar – certamente a Ministra bem o fará – a importância do
25 engajamento da Prefeitura de Curitiba e do Governo do Estado que foram absolutamente
26 fundamentais para que esta série de eventos que ocorrem aqui em Curitiba acontecessem num
27 padrão bastante superior à média do padrão de eventos internacionais que nós estamos
28 habituados a participar, isso tem gerado uma repercussão extremamente positiva entre os
29 delegados que já chegaram em Curitiba e certamente terá uma repercussão entre um conjunto
30 muito significativo de delegados que começa a chegar a partir desse final de semana. Quero
31 também registrar que nós teremos a participação ao longo da reunião do Presidente do IBAMA
32 Marcus Barros e do Secretário Capobianco que não conseguiram chegar em função de um
33 problema, porque hoje de manhã tivemos problemas em alguns aeroportos que fecharam e,
34 enfim, com atrasos de vôos não foi possível que eles estivessem presentes aqui na abertura,
35 eles que têm uma responsabilidade direta sobre os temas que serão tratados aqui, todos
36 relacionados à política e à gestão de Unidades de Conservação. E quero passar a palavra,
37 para o início dessa reunião, para a saudação do Secretário Andreguetto como nosso anfitrião
38 pela cidade de Curitiba.

39
40 **José Antonio Andreguetto (SMMA – CURITIBA)**

41
42 Gostaria de cumprimentar a Ministra Marina Silva; Secretário do Ministério do Meio Ambiente,
43 Langone; Presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Rasca e a todos os conselheiros aqui
44 presentes fazer, em nome do Prefeito Beto Richa, as boas vindas a vocês, uma boa estada em
45 Curitiba e um bom aproveitamento, não somente dessa reunião, mas em todos os outros
46 momentos em que vocês estiverem participando dessa série de eventos conquistados por esse
47 grande evento, por esses dois momentos, os eventos da ONU: COP e MOP. Ao mesmo tempo,
48 pedindo desculpas por algum contratempo na cidade, estamos fazendo junto com o Ministério
49 do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, com o Governo do Estado o possível e
50 o impossível para que nós possamos deixar uma boa impressão, não de Curitiba apenas, não
51 do Estado do Paraná, mas sim do Brasil e mostrar que nós temos realmente competência não
52 só para esse evento, mas para tantos outros eventos a serem realizados no Brasil. Ao mesmo
53 tempo parabenizar a todos aqueles que integram essa comissão, esse grupo de apoio nesse
54 trabalho. Eu acho que aquilo que a gente já viu na primeira semana no MOP já é uma grande
55 demonstração de capacidade do povo brasileiro e acho que todos aqui têm uma contribuição
56 nesse processo. Meu muito obrigado a todos e uma boa estada mais uma vez em nome do
57 Prefeito Beto Richa.

59 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

60

61 Quero agora passar a palavra para a saudação do Presidente do IAP, Conselheiro Rasca.

62

63 **Lindsley da Silva Rasca Rodrigues (IAP)**

64

65 Bom dia a todos conselheiros e conselheiras. Bom dia à Ministra Marina Silva; Secretário
66 Langone; Andreguetto, Secretário Municipal do Meio Ambiente; nosso Coordenador Executivo,
67 Nilo. Em primeiro lugar agradecer a presença de vocês nesse espaço, é um espaço que nós do
68 Governo do Paraná ocupamos todas as terças-feiras às oito horas, das oito às onze, em que o
69 Governador Requião vem aqui à frente junto com o seu secretariado, junto com o primeiro,
70 segundo e terceiro escalão do Governo, com a presença de mais de trezentos dirigentes do
71 Estado. Toda terça-feira nesse local há sempre uma palestra de uma Secretaria ou de algum
72 articulista a nível nacional onde o Governo Requião desde o início teve essa preocupação de
73 trazer um Governo unido, um Governo que tem conhecimento das suas ações, que possa
74 defendê-lo, que possa criticar, que possa até subsidiar com as informações de que muitas
75 vezes a gente tem para optar nas demais pastas. Então, é uma escola de Governo que
76 acontece aqui todas as terças-feiras das oito às onze com a presença do Governador.
77 Queremos também dizer que esse espaço, esse local é um símbolo da engenharia, este local
78 foi construído há mais de trinta anos pelo Arquiteto Oscar Niemeyer. Na época – eu acho que
79 ainda é – é o maior vão livre da América Latina, o espaço entre uma coluna e outra. E,
80 recentemente, no Governo anterior, foi complementado com a construção do Museu, que é o
81 olho, e ali nós temos exposições que vocês poderão, ao longo desses dias que ficarem aqui
82 visitar. É tão pertinho e nós temos exposições aqui do mundo inteiro para que sejam vistas.
83 Então, queremos dar as boas vindas e colocar à disposição o Governo do Estado para aqueles
84 que precisarem de algum socorro em relação às questões mais administrativas do dia-a-dia e
85 comemorar o fato de ser uma reunião inédita, nós nunca tínhamos recebido o CONAMA no
86 nosso Estado, na nossa cidade e para nós é uma satisfação muito grande, principalmente
87 nesse momento em que se discute a questão da biodiversidade e os estados estão aqui
88 também, representando a nossa ABEMA, também para mostrar o que têm feito nos seus
89 locais, nas atividades. Nós vamos ter, então, no sábado o nosso *Dia Brasil II*, que é o Dia Brasil
90 dos estados, no Centro Cultural lá na cidade de Pinhais que fica muito próximo da *Expotrade* e
91 que gostaríamos já, para aqueles conselheiros que ficarem, que pudessem acompanhar essas
92 atividades onde cada Estado vai apresentar o que tem feito no seu local de trabalho e dividir
93 isso com os demais estados, seria muito importante a presença de todos lá. Então, sejam bem-
94 vindos, obrigado pela presença de todos, nos colocamos à disposição de vocês em todo o
95 momento para que a gente possa dar um bom atendimento na nossa atividade do dia-a-dia,
96 que é de receber sempre bem os nossos amigos e, principalmente, os parceiros dessa causa
97 que é uma causa de todos. Bom dia a todos e obrigado.

98

99 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

100

101 Quero passar a palavra agora à Ministra Marina Silva para a sua saudação.

102

103 **Ministra Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente-MMA)**

104

105 Bom dia a todos os conselheiros e conselheiras. Quero cumprimentar os colegas de Mesa;
106 Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Claudio Langone; o representante, o
107 Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná, Eduardo
108 Cheide, aqui representado pelo nosso parceiro Rasca; quero cumprimentar também o
109 Secretário de Meio Ambiente do Município de Curitiba, José Andreguetto, representando nesse
110 ato o seu Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto, que tem sido o anfitrião desse importante evento
111 e que Curitiba está de parabéns pela forma como recebe. Eu dizia nas reuniões preparatórias
112 da COP e da MOP que nós não iríamos ter uma reunião da Convenção da Diversidade
113 Biológica no Brasil, ela teria que ser também do Brasil e de que nós agora podemos observar
114 que não é a Convenção em Curitiba, mas ela é de Curitiba, porque tudo se compõe com a
115 Convenção. De sorte que quero chamar agora para a Mesa o nosso companheiro e Presidente
116 do IBAMA Marcus Barros e cumprimentar também o nosso companheiro Nilo Diniz. Eu quero
117 aqui agradecer, tanto ao Governo do Paraná quanto ao Prefeito e a toda a sua equipe por todo
118 esse trabalho gigantesco e maravilhoso que nos possibilita realizar a 8ª Conferência das Partes
119 da Convenção de Biodiversidade e a 3ª Reunião do Protocolo de Cartagena. Em primeiro 3

120 lugar gostaria de registrar a satisfação de estar participando dessa 47ª Reunião Extraordinária
121 do CONAMA que tem como destaques as propostas do Programa Nacional de Áreas de
122 Conservação e a consolidação do processo de discussão pública sobre a partilha e
123 reciprocidade das medidas compensatórias decorrente da lei que estabeleceu o Sistema
124 Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC. Ressalto a significância de estarmos reunidos
125 reunindo o mais alto colegiado decisório sobre o meio ambiente do país exatamente quando
126 somos anfitriões de dois dos mais importantes eventos da Conferência da Diversidade
127 Biológica: a 3ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena (MOP 3) e a 8ª Conferência das
128 Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8). O Brasil nunca sediou reuniões
129 abertas à CDB até agora. Já foram realizadas sete reuniões em quase quatorze anos de
130 existência da Convenção. Depois desses quatorze anos a CDB volta ao seu nascedouro, o
131 Brasil, que em 92 também foi anfitrião do evento onde nasceu a Convenção. Dos diferentes
132 temas que compõem a pauta dessas importantes reuniões quero destacar os que são
133 fundamentais para o Brasil. A identificação dos carregamentos de exportação que contenham
134 organismos vivos modificados - e essa discussão está sendo tratada agora na Reunião das
135 Partes do Protocolo de Cartagena - o Brasil tomou importante decisão rumo à implementação
136 do Protocolo, uma discussão que vem desde o ano passado e que o Presidente Lula de forma
137 madura decide que o Protocolo precisa avançar e estabeleceu que, na relação com os
138 negociadores, nós estamos trabalhando para viabilizar o “contém” com uma fase de transição
139 de quatro anos, mas que essa fase de transição não significa qualquer tipo de protelação em
140 relação à implementação da decisão em relação à identificação dos carregamentos
141 transfronteiriços com organismos vivos geneticamente modificados, significa que a
142 implementação será concomitante à criação da estrutura logística. Portanto, se os demais
143 países signatários da Convenção compreenderem, como compreende o Brasil, que devemos
144 dar esse importante passo a implementação se inicia a partir de Curitiba. Além desses temas,
145 estamos discutindo também as regras de responsabilidade e compensação para danos
146 ambientais decorrentes do uso desses organismos e a repartição de benefícios pelo uso dos
147 componentes da biodiversidade, além de conhecimentos tradicionais e a remuneração pelo uso
148 desses conhecimentos tradicionais, bem como outros aspectos da Convenção que
149 consideramos igualmente importantes, como é o caso de questões relacionadas a
150 ecossistemas e biomas semelhantes aos que temos no Brasil como é o caso do Pantanal, da
151 Caatinga, do Cerrado e, enfim, outros ecossistemas. As áreas protegidas constituem um
152 instrumento fundamental para a conservação da biodiversidade, a manutenção dos serviços
153 ambientais, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e a proteção de
154 comunidades tradicionais. O Brasil dispõe hoje de aproximadamente oitenta e cinco milhões de
155 hectares de Unidades de Conservação federais e estaduais e, no mínimo, cem milhões de
156 hectares de terras indígenas. Somam-se a essas áreas as centenas de terras de quilombolas
157 que começam a ser conhecidas e mapeadas. A gestão adequada e efetiva desse patrimônio
158 constitui um enorme desafio. Reconhecendo a importância das áreas protegidas, as Partes da
159 Convenção sobre Diversidade Biológica subscrita pelo Brasil aprovaram na sua 7ª Conferência
160 em 2004, na cidade de Kuala Lumpur, na Malásia, o programa de áreas protegidas da
161 Convenção. O programa estabelece como meta a constituição em cada país-parte de um
162 sistema abrangente, ecologicamente representativo e efetivamente manejado de áreas
163 protegidas até 2010 para áreas terrestres e até 2012 para áreas marinhas. Uma meta
164 ambiciosa, mas necessária que se quisermos de fato reduzir significativamente a perda da
165 biodiversidade do planeta e alcançarmos os objetivos de desenvolvimento do milênio vamos ter
166 que trabalhar nessa implementação. Estudo recente realizado por cerca de mil e trezentos
167 pesquisadores de todo mundo dá conta de que a perda de biodiversidade nos últimos
168 cinquenta anos é semelhante a perda que tivemos à época da extinção dos dinossauros, resta
169 saber se os esforços que estamos fazendo ainda nos darão a possibilidade de reverter esse
170 processo. Para os países em desenvolvimento é fundamental frearmos esse processo, porque
171 as populações pobres são as que mais dependem da biodiversidade e as populações pobres
172 são as que mais sofrem as conseqüências da perda da sua biodiversidade e dos serviços
173 ambientais que também são proporcionados pela conservação das condições que a favorece.
174 Para enfrentarmos esse desafio será necessário trabalharmos todos juntos: governo estadual,
175 federal, sociedade civil, empresas, comunidade científica, enfim, todos aqueles que têm a
176 responsabilidade de dar as respostas para esse imenso desafio. Para viabilizar essa ação
177 conjunta é necessário planejar definindo objetivos, pactuando metas, partilhando
178 responsabilidades entre esses segmentos que acabei de falar. Com esse objetivo estamos
179 propondo ao CONAMA a instituição do Plano Nacional de Áreas Protegidas de acordo com os
180 princípios, diretrizes, objetivos e estratégias que ora submetemos à análise desse 4

181 importante Conselho. Convém mencionar que o documento em questão é o resultado de um
182 amplo processo de consulta envolvendo a participação de mais de quatrocentos técnicos e
183 especialistas no tema de órgãos de governo e da sociedade civil em inúmeras oficinas e
184 reuniões. Estamos certos de que com a instituição do Plano Nacional de Áreas Protegidas
185 estaremos criando os meios necessários para galgarmos um novo e superior nível na gestão
186 das Unidades de Conservação e na gestão ambiental das terras indígenas e das terras de
187 quilombolas que possibilite a sua preservação e a gestão desses recursos de acordo com as
188 metas da própria Convenção. Outra matéria submetida ao exame desse Colegiado e também
189 de suma importância para a conservação da biodiversidade em geral para as Unidades de
190 Conservação particular, trata-se da consolidação do processo de discussão pública sobre a
191 partilha e reciprocidade das medidas compensatórias decorrente da lei que estabeleceu o
192 SNUC. Nessa oportunidade gostaria de ressaltar o resultado desse enorme esforço coletivo
193 que de forma eficiente fez avançar o trabalho do GT e das Câmaras Técnicas desse Colegiado
194 consolidando o ciclo de normatização e regulamentação desse importante instrumento de
195 apoio ao fortalecimento do modelo de proteção da biodiversidade baseado na conversação a
196 que cito. Registro ainda que este Plenário esteve sempre atento à importância do princípio de
197 precaução estabelecido na Lei 6938/81 e consolidado na Constituição Federal de 88 ao gerar
198 as condições regulamentares e criar as bases para a existência de um mecanismo justo de
199 financiamento para o apoio à implementação e manutenção e das Unidades de Conservação.
200 Esse Conselho aprovou a sua primeira resolução sobre a matéria em 87, aperfeiçoou-a em 96
201 e vem agora, a partir de março, da Moção 196/2002, que instituiu o Grupo de Trabalho de
202 Compensação, ser o palco de um importante momento da história da conservação com a
203 apresentação do regulamento que disciplina a partilha e reciprocidade do instrumento de
204 compensação ambiental. Ressalto a importância do tema que hoje teremos como pauta, a
205 partilha e a reciprocidade dos instrumentos da compensação ambiental que tem como principal
206 característica o fato de ter resultado de uma construção coletiva que envolve em especial os
207 setores públicos e privados responsáveis pelos investimentos econômicos, sociais e
208 ambientais que são os fatores determinantes para o desenvolvimento sustentável. A partir da
209 resolução que ora se apresenta, teremos um novo perfil de relacionamento dos entes federais,
210 estaduais e municipais voltados para a proteção da biodiversidade a partir da integração do
211 Sistema de Unidade de Conservação. Quero registrar ainda que a consolidação do ciclo das
212 políticas públicas que culmina com a definição dos critérios, procedimentos e instrumentos de
213 partilha previstos na proposta de resolução tem como referencial o esforço iniciado pelo IBAMA
214 e partilhado pelos demais órgãos licenciadores estaduais e municipais. Por último, devo
215 mencionar que a normatização que estaremos hoje discutindo se consolidará com as iniciativas
216 do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA de criação do Fundo de Compensação Ambientais a
217 partir da assinatura do Termo de Cooperação entre o IBAMA e a Caixa Econômica Federal o
218 que permitirá a plena transparência para a aplicação do instrumento da compensação. Quero
219 aqui cumprimentar toda a equipe do IBAMA na pessoa do seu Presidente, Dr. Marcus Barros, e
220 os parceiros da Caixa Econômica Federal pela criação desse importante instrumento para a
221 implementação dos recursos da compensação e estamos fechando esse tripé: criação,
222 viabilização de recursos e implementação. Dessa forma conclamo aos conselheiros e
223 conselheiras a darmos esse importante passo para o fortalecimento e estruturação do SNUC
224 debatendo e aprovando essas importantes resoluções. Mais uma vez quero agradecer a esse
225 Conselho pelas inúmeras contribuições que tem dado ao serviço público, à sociedade civil com
226 as resoluções e com os debates que aqui realizam. Essa 8ª Conferência das Partes da
227 Convenção da Biodiversidade e essa 47ª Reunião do CONAMA realizados aqui em Curitiba é
228 mais um ponto de contato entre as diretrizes gerais da Convenção da Biodiversidade e a
229 autonomia que tem o país para implementar os seus compromissos. O Brasil quer liderar esse
230 processo, mas liderar de forma fraterna. Quer liderar pelo exemplo, como estamos fazendo
231 agora com essas duas importantes resoluções; quer liderar pelo exemplo, combatendo a perda
232 da biodiversidade, como tem feito em biomas importantes como é o caso do Cerrado, da
233 Caatinga, da Mata Atlântica, biomas tão ameaçados e que precisam de respostas imediatas.
234 Para, além disso, temos um dos mais importantes biomas do planeta que é a floresta
235 amazônica, cujas políticas públicas dos últimos três anos está freando um processo que vinha
236 em alta velocidade de perda de biodiversidade e de desconstituição da nossa cobertura vegetal
237 e conseqüentemente com inúmeros prejuízos no que concerne à prestação dos serviços
238 ambientais que oferece para o equilíbrio do planeta. Esses esforços, que eu chamo de liderar
239 solidariamente, fraternamente pelo exemplo, se constitui no grande desafio dessa 8ª
240 Conferência das Partes tratando de questões importantes como o Artigo 8-J, que trata dos
241 conhecimentos tradicionais associados e da justa partilha de benefícios pelo uso desses 5

242 conhecimentos e também o grande desafio que temos para a criação de um regime
243 internacional de acesso, não no sentido de facilitar o acessos aos conhecimentos tradicionais
244 ou aos recursos genéticos, mas no sentido de fazer com que se crie um círculo virtuoso de
245 gerar o uso sustentável. Gerando o uso sustentável se gera benefícios e com benefícios se
246 protege a biodiversidade. Senhores e senhoras, eu quero cumprimentar a todos os senhores
247 que participaram desse esforço e que agora estarão disponibilizando para a sociedade
248 brasileira essas duas ricas resoluções e cumprimentando já o Secretario Executivo Langone
249 pela liderança que tem exercido à frente do CONAMA no sentido de fazer com que as suas
250 reuniões possam ser mais ágeis e os seus processos possam ser de acordo com as
251 expectativas da sociedade. Uma boa reunião para todos nós e muito obrigada.

252

253 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

254

255 Feita a abertura da Sessão, registrada aqui a presença do nosso Presidente Marcus Barros,
256 também registro a presença do Secretário Vítor, Secretário de Qualidade Ambiental, das
257 equipes do IBAMA e do Ministério responsáveis pelas duas políticas que vão ser discutidas
258 aqui: o Plano Nacional de Áreas Protegidas e a Resolução de Compensação. Uma Sessão
259 Extraordinária do CONAMA voltada exclusivamente à agenda de Unidades de Conservação.
260 Quero registrar também a presença do nosso Gerente Executivo do IBAMA do Paraná, Dr.
261 Marino, e passar ao item 2 da pauta deixando os nossos convidados, convidamos para
262 permanecer à mesa, também deixando-os à vontade para acompanharem a nossa reunião. O
263 segundo item da pauta que seria a discussão e votação da transcrição *ipsis verbis* da 46ª
264 Reunião Extraordinária realizada em 21 e 22 de fevereiro de 2006. A palavra está à disposição.
265 Não havendo manifestações em relação à ata, consideramos a transcrição aprovada e
266 passamos ao item de apresentação de novos conselheiros. Transfiro a palavra ao Dr. Nilo para
267 a apresentação dos novos conselheiros.

268

269 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

270

271 Os conselheiros que estão tomando posse hoje nessa 47ª Reunião Extraordinária do CONAMA
272 são: o Major Marco Aurélio Guimarães do Comando do Exército, como suplente; o Capitão de
273 Fragata Marcos Lourenço de Almeida do Comando da Marinha, como suplente também;
274 Gustavo Guelfi da Confederação Nacional do Transporte, como titular; Isa Garcia,
275 Confederação Nacional do Transporte, como suplente; João Paulo Lima e Silva da Federação
276 Nacional dos Prefeitos, como titular e José Antonio Andreguetto, Federação Nacional dos
277 Prefeitos, suplente; Manoel Silva da Cunha, Populações Tradicionais, como titular; Atanagildo
278 de Deus Matos, Populações Tradicionais, suplente e Juan Carlos Carrasco Rueda, Populações
279 Tradicionais, também como suplente; pelo Ministério da Previdência Social tomou posse Junia
280 Costa como titular, Mônica Cabanas como suplente e Alessandra Faraco como suplente
281 também.

282

283 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

284

285 Quero dar as boas vindas aos conselheiros representados aqui pelo nosso ex-conselheiro e
286 agora novamente conselheiro, Secretário Andreguetto, que acaba de assumir a Secretaria
287 Municipal de Meio Ambiente de Curitiba pedindo uma saudação do Plenário aos novos
288 conselheiros.

289

290 *[palmas]*

291

292 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

293

294 Passamos ao item 4, apresentação à Mesa por escrito de requerimento de urgência, inversão
295 de pauta ou retirada de matérias.

296

297 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

298

299 Nós temos um requerimento de inversão de pauta apresentado pelo Conselheiro Capobianco
300 requerendo a inversão de pauta para a apreciação do item 5.3 que trata do Plano Nacional de
301 Áreas Protegidas antes do item 5.1 resolução que trata da Regulamentação do Planejamento,
302 Recepção e Aplicação de Medidas Compensatórias do Artigo 36 da Lei do SNUC uma vez que
303 a resolução é uma matéria muito extensa e que tomará muito tempo dessa Plenária ao passo
304 que a recomendação é mais sucinta e de rápida apreciação.

305

306 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

307

308 Consulto se temos mais alguma proposta de inversão?

309

310 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

311

312 Consulto se há alguma divergência em relação à proposta?

313

314 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

315

316 Quero registrar que pelo ordenamento normal, nós sempre temos matéria de resolução antes
317 da recomendação, no entanto, face ao fato de que essa reunião foi pensada e agendada para
318 tratar do Plano Nacional de Áreas Protegidas, sendo uma reunião especial e a conexão entre o
319 Plano Nacional de Áreas Protegidas e a própria Resolução de Compensação, o Plenário teria
320 autoridade para promover essa alteração.

321

322 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

323

324 Não havendo, então, divergências em relação a isso nós procederemos à inversão da pauta.

325

326 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

327

328 Temos outro requerimento. Vamos fazer o registro de moções. Passo ao Dr. Nilo.

329

330 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

331

332 Nós temos apresentação de duas moções e um requerimento de informação. Primeiramente
333 uma proposta de Moção que foi apresentada na reunião anterior, na 46ª Reunião Extraordinária
334 por parte do CEBRAC do Conselheiro Maurício Galinkin. Esta Moção recomenda que as
335 empresas brasileiras públicas e privadas adotem o padrão de legislação ambiental brasileiro
336 quando esta for mais restritiva do que a do país em que estejam operando, que as empresas
337 públicas e privadas que operem em outros países respeitem os direitos das populações locais,
338 em especial os direitos humanos, que as empresas brasileiras públicas e privadas mantenham
339 diálogo direto, franco e construtivo com as comunidades locais no sentido de solucionar
340 possíveis controvérsias antes de iniciar suas operações locais. Esta Moção foi apresentada na
341 46ª Reunião Extraordinária do CONAMA em fevereiro e hoje o Conselheiro solicita que ela
342 entre em pauta desde que seja possível chegarmos à parte referente às moções ainda nessa
343 Plenária. Então, a Mesa consulta a Plenária para ver se temos acordo para que ela seja
344 incluída nessa pauta e na medida do possível ser tratada ainda nessa 47ª Reunião.

345

346 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

347

348 Ninguém é contrário, temos acordo. Então, vamos incluir essa Moção. A Moção seguinte que
349 está sendo apresentada por uma série de entidades encabeçada pela Kanindé, representante
350 das entidades ambientalistas da Região Norte. Ela pede uma Moção que solicita a ampliação
351 do termo de referência do EIA/RIMA para toda unidade territorial da bacia do Rio Madeira e
352 consequentemente solicitarão ao empreendedor que faça os estudos de impacto em toda a
353 bacia hidrográfica do Rio Madeira e suspenda todo o processo de licenciamento ambiental até
354 que as providências cabíveis sejam tomadas e que os estudos integrais em toda a bacia sejam
355 concluídos e seja provado de forma oficial para a população os reais objetivos do
356 empreendimento. Os empreendimentos que se refere a Moção são as usinas hidrelétricas
357 previstas na bacia do Rio Madeira. Esta moção está dando entrada hoje, possivelmente 7

358 vamos programar para a pauta da próxima Reunião Ordinária, 81ª. E o requerimento de
359 informação que recebemos da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
360 (AGAPAN), é dirigida ao Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio
361 Ambiente, João Paulo Capobianco e ao Governador de Santa Catarina, Sr. Luis Henrique da
362 Silveira solicitando informações e esclarecimentos acerca da ação direta de
363 inconstitucionalidade referente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Eu não vou
364 ler toda a solicitação... Se bem que ela é curta, acho que eu vou ler rapidamente pra gente
365 poder entender e ficar registrado: *“O presente requerimento se dá em caráter de urgência, uma
366 vez que está tramitando no Supremo Tribunal Federal uma ação direta de inconstitucionalidade
367 ajuizada pelo Governador de Santa Catarina contra a Lei Federal 9985/2000 e do Artigo 225 da
368 Constituição Federal instituindo ao Sistema Nacional de Conservação da Natureza e os
369 decretos de 19 de outubro de 2005 e 4 de junho de 2004, instrumentos legais questionados
370 que criaram o Parque Nacional das Araucárias, a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque
371 Nacional da Serra do Itajaí, todos protegidos por lei. Em anexo, documento subscrito por
372 setenta e cinco entidades da sociedade civil que repudiam esta investida contra um trabalho de
373 políticas públicas em defesa da natureza. Finalmente, é importante destacar que a região é
374 reconhecida oficialmente pelo Ministério do Meio Ambiente como uma área de alta importância
375 de biodiversidade figurando como uma área prioritária para implantação de espaços de
376 conservação. Assim, é imprescindível que o Governador do Estado de Santa Catarina e a
377 Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA se pronunciem diante deste Conselho quanto
378 aos seus atos políticos, técnicos e legais frente à Política Nacional de Meio Ambiente.”* Este é o
379 requerimento tipo informação que vai ser pautado em uma das próximas reuniões de acordo
380 com a disponibilidade da pauta.

381

382 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

383

384 Então nós aprovamos já o novo ordenamento. O item 5.1 passa a ser o Plano Nacional de
385 Áreas Protegidas. O 5.2, a prorrogação do prazo de complementação da 357, de revisão da
386 357. E o 5.3, a resolução sobre medidas compensatórias. Nós teremos a partir das onze e
387 trinta a solenidade de instituição, de assinatura do termo de cooperação que institui o Fundo
388 Nacional de Compensação. Será nesse local. Então nós procederemos agora à apresentação
389 do PNAP. A reunião será interrompida as onze e trinta para o intervalo do almoço. Faremos
390 essa solenidade, teremos o almoço e depois retornaremos à tarde com a discussão do PNAP.
391 O almoço será servido aqui no local. Nós teremos projeção, então, agora, nós queremos liberar
392 os nossos convidados da mesa. Essa mesma será afastada para a visualização da projeção,
393 convidando a estar conosco aqui na apresentação, o conselheiro Sérgio tem uma questão...
394 como segundo item, ok. Consulto se temos alguma divergência? A proposta do conselho
395 Sérgio é de que pela lógica, inclusive da argumentação que foi colocada, nós tenhamos PNAP,
396 compensação e depois essa prorrogação de prazo da 357. Alguma divergência em relação à
397 proposta? Conselheiro Helder? O que eu levanto ao conselheiro Helder, Sérgio, é que a 5.2,
398 ela é muito simples e nós podemos não concluir a resolução de compensação nesta sessão,
399 entre hoje e amanhã. E, portanto, nós ficaríamos com um vácuo em função do vencimento do
400 prazo que foi dado à época por nós mesmos em relação à complementação da 357. Então o
401 conselheiro Helder está sugerindo que se mantenha nesta ordem, mas a mesa acredita que
402 isso poderia ser feito em cinco minutos, porque não há uma discussão aprofundada em relação
403 a isso. Consulto o conselheiro Sérgio se concorda com essa proposição? Então nós mantemos
404 a ordem original e a questão fica assim resolvida. Nós vamos passar agora, então, a equipe
405 que coordenou a o processo de elaboração do Plano Nacional de Áreas Protegidas para a sua
406 apresentação. Passar também, aqui, a palavra antes ao conselheiro Rasca para uma
407 informação.

408

409 **Lindsley da Silva Rasca Rodrigues (IAP)**

410

411 É uma informação de utilidade pública. O Adão é assessor da presidência lá do IAP. E vai ficar
412 aqui os dois dias para atender os conselheiros. Caso as pessoas tiverem algum problema com
413 hospedagem, algum deslocamento que precisa ser feito. Algum problema que tiver aqui, por
414 favor, o Adão vai ficar aqui esses dois dias à disposição de vocês para executar essa tarefa,
415 obrigado.

416

417 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

418

419 Obrigado. Passamos à apresentação do Plano Nacional de Áreas Protegidas.

420

421 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

422

423 Vou convidar então o Dr. Maurício Mercadante para iniciar a apresentação.

424

425 **Maurício Mercadante (Diretoria de Áreas Protegidas do MMA)**

426

427 Bom dia a todos. Sra. Ministra, senhores e senhoras, conselheiros. Para nós é um momento
428 especialmente importante nesse processo de discussão e construção dessa proposta do Plano
429 Nacional de Áreas Protegidas. O CONAMA tem um papel fundamental nesse processo. E o
430 fato de estarmos aqui propondo esse documento para a discussão do conselho. Acho que não
431 é necessário num fórum como esse, enfatizar a importância das áreas protegidas como
432 instrumento de política ambiental. Repetindo o que já disse a Ministra Marina. Nós temos hoje
433 cerca de 80 milhões de hectares de unidades de conservação. Mais ou menos 60 milhões de
434 unidades de conservação federais. Cerca de 20, 25 milhões de unidades de conservação
435 estaduais, sem contar as áreas municipais. Cerca de 100 milhões de terras indígenas. Além
436 das terras de quilombos que estão começando a ser identificadas e mapeadas no Brasil. E
437 essas áreas desempenham um papel fundamental na conservação da natureza, no uso
438 sustentável dos recursos naturais, na proteção de comunidades tradicionais. Na manutenção
439 dos serviços ambientais fundamentais. E em muitos casos contribuem diretamente para a
440 geração de emprego, para a redução da pobreza em várias áreas, onde áreas protegidas são
441 um fator fundamental de desenvolvimento social e econômico. Portanto, é um instrumento
442 extremamente importante. Se me permite uma pequena digressão? Todos os senhores têm
443 conhecimento de alguns planos importantes do governo federal, onde áreas protegidas
444 desempenham o papel chave central fundamental a exemplo do plano que combate... de
445 controle e prevenção do desmatamento na Amazônia. E do contexto do plano de controle e
446 prevenção do desmatamento na Amazônia. Nós criamos aí 15 milhões de hectares em novas
447 unidades de conservação. Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR 163, da
448 Cuiabá/Santarém. A área protegida é um elemento chave, fundamental, em toda a estratégia
449 que está sendo montada para aquela região de ordenamento do processo de ocupação em
450 torno da área de influência da BR 163. O Plano de Revitalização do São Francisco. É outro
451 plano importante, fundamental, onde área protegida desempenha o papel chave. Estamos
452 nesse momento discutindo aí com Bahia, Sergipe e Alagoas, a criação de novas unidades de
453 conservação na bacia do São Francisco. Enfim, áreas protegidas é sem dúvida um instrumento
454 fundamental para se fazer política ambiental no país. Nós temos consciência também de que é
455 um enorme desafio. Ampliar o sistema, garantir a representatividade do sistema e fazer a
456 efetiva gestão nessas áreas. Todos temos conhecimentos das carências nos sistemas em
457 termos de recursos humanos, recursos financeiros. Capacitação dos técnicos, das pessoas
458 que trabalham com áreas protegidas no país. Para que possamos enfrentar esse desafio de
459 termos de fato um sistema efetivamente manejado, que possa cumprir com todos os seus
460 objetivos de forma, de forma eficiente. Nós vamos precisar articular, coordenar, pactuar ações,
461 metas, identificar fontes de recursos, dividir responsabilidades. Nós vamos ter que envolver
462 nesse processo vários atores, órgãos de governo, não só da área de meio ambiente, mas de
463 vários outros setores de governo: estaduais, municipais, iniciativa privada, associações,
464 Organizações não Governamentais. Enfim, um conjunto de atores que precisam trabalhar
465 conjuntamente se nós quisermos de fato alcançar, fazer desse sistema, uma gestão efetiva
466 desse sistema. Portanto, para conseguirmos isso é fundamental estabelecermos uma base,
467 uma estrutura mínima para que a gente possa realmente coordenar e articular essas ações.
468 Que é o que estamos propondo fazer com essa proposta de Plano Nacional de Áreas
469 Protegidas. Queremos estabelecer a base para que de forma conjunta e articulada com todos
470 esses atores, nós possamos planejar, diagnosticar os problemas, identificar os
471 estrangulamentos, os nós, os problemas críticos. E discutir, propor, encaminhar as medidas
472 necessárias para que a gente possa solucionar esses problemas. Então aqui eu vou fazer uma
473 apresentação rápida do processo de discussão de elaboração dessa proposta e apresentar o
474 conteúdo básico, a estrutura básica do documento que está sendo oferecido para a análise e a
475 discussão aqui dos senhores conselheiros. Eu estou acompanhado aqui da Lara Vasco que é a
476 gerente da diretoria de áreas protegidas. É a pessoa que conduziu de fato todo esse processo
477 de construção do plano, que vai me ajudar a fazer a apresentação e vai estar à disposição dos
478 senhores para que possamos fazer a discussão do documento. Então para começar essa
479 nossa apresentação, eu queria fazer referência a alguns compromissos nacionais e 9

480 internacionais que subsidiam e que estão na base dessa proposta de Plano Nacional de Áreas
481 Protegidas. A começar pela própria lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
482 Fazer menção as deliberações da Conferência Nacional de Meio Ambiente, tanto a primeira
483 Conferência quanto a segunda Conferência. E áreas protegidas sempre foi um tema
484 importante, discutido nas conferências. E várias deliberações das conferências recomendam,
485 demandam por parte do governo, o planejamento desse setor e a solução de um conjunto de
486 questões específicas relacionadas às áreas protegidas e nós estamos com a proposta do plano
487 trabalhando para encaminhar. Princípios e diretrizes para a implementação da política de
488 biodiversidade. A conservação é um elemento chave na política de biodiversidade. Aí inclui as
489 unidades de conservação e outras aéreas protegidas. E também a agenda 21 que cuida do
490 tema. Entre os compromissos internacionais, chamar a atenção aqui em particular para o
491 programa de trabalho sobre aéreas protegidas da Convenção de Diversidade Biológica. Os
492 senhores sabem que a conferência, às partes signatárias da conferência, da Convenção de
493 Biodiversidade Biológica, na sua última conferência em 2004 em Kuala Lumpur, na Malásia,
494 aprovou o programa de trabalho sobre áreas protegidas que veio somar com outros programas
495 de trabalho da convenção. Depois nós vamos falar um pouquinho com mais detalhe sobre a
496 questão do programa de trabalho. Esse para nós é um elemento chave, é um elemento
497 fundamental dessa nossa discussão. O programa de trabalho de áreas protegidas da CDB
498 procura estabelecer o marco conceitual e mais do que isso: define uma série de metas e
499 objetivos que são recomendadas às partes signatárias da convenção em relação às áreas
500 protegidas no sentido de que até 2010 para as áreas terrestres e até 2012 para as áreas
501 marinhas, os países membros constituam sistemas de áreas marinhas os países membros
502 constituam que sejam abrangentes, efetivamente gerenciados e ecologicamente representativos
503 dos diferentes biomas de cada país. E mais do que isso, que estejam, inclusive, integrados a
504 estratégias mais amplas de gestão da paisagem. E percebendo áreas protegidas de fato como
505 um elemento fundamental numa estratégia de ordenamento do território. Sistema esse que
506 coletivamente contribua para o alcance dos três objetivos básicos da CDB: conservação, uso
507 sustentável dos recursos naturais e a repartição na expectativa dos recursos advindos da
508 biodiversidade. De modo que se possa reduzir a taxa de perda de biodiversidade e alcançar
509 outros objetivos relacionados, inclusive, redução da pobreza geração de emprego e renda,
510 enfim. Então esse é o objetivo geral do programa de trabalho de áreas protegidas da CDB. E
511 essa proposta de plano nacional, pretende ser também uma resposta a esse compromisso
512 assumido pelo país nesse fórum, na Convenção de Diversidade Biológica. Então só detalhando
513 um pouquinho mais. As partes da Convenção de Diversidade Biológica, evidentemente o Brasil
514 que é um dos países mais importantes da convenção se comprometeu então a estabelecer
515 uma política eficiente para as áreas protegidas, se comprometem a prover recursos técnicos e
516 financeiros, particularmente, importante para os países desenvolvidos. Esse compromisso com
517 prover os países em desenvolvimento de recursos técnicos e financeiros suficientes e
518 necessários. Desenvolver as capacidades. Monitorar e avaliar a implementação do sistema. E
519 assegurar que as áreas protegidas sejam estabelecidas e gerenciadas de forma equitativa e
520 participativa. Então o que nós fizemos? Nós constituímos um grupo de trabalho, constituído por
521 portaria da Ministra, do Ministério do Meio Ambiente, envolvendo um conjunto bastante
522 abrangente e representativo de instituições. Pelo governo federal: Ministério do Meio Ambiente,
523 CONAMA, IBAMA, FUNAI, CEPI, MDA/INCRA Ministério do Turismo e Ministério da Defesa.
524 Representação dos governos estaduais, através da ABEMA, indicou o representante do Acre e
525 de Tocantins. Representação dos municípios através da ANAMMA. Representação da
526 sociedade civil com indicação aí pela Federação Brasileira de ONGs. Representando as ONGs
527 sócio- ambientais e ambientais, a COIAB. E um representante KANINDÉ. O ISA e o WWF.
528 Participação da Confederação Nacional das RPPNs que foi agregada ao processo.
529 Coordenação Nacional dos Quilombolas. E a COIAB, Coordenação das Organizações
530 Indígenas da Amazônia. Enfim, dentro da estrutura do plano, nós constituímos alguns
531 subgrupos. Vou destacar aqui o subgrupo da zona costeira e marinha. E destacando a questão
532 da zona costeira e marinha, porque existe um consenso de que essa é uma área, inclusive,
533 dentro da própria CDB que demanda uma atenção e um tratamento especial. Haja vista o fato
534 que nas áreas terrestres tem havido nos últimos anos, na última década, sobretudo, um avanço
535 muito grande em termos de constituição de áreas protegidas. Mas as áreas marinhas não têm
536 recebido a mesma atenção. Daí o fato da convenção, inclusive, indicar uma meta específica
537 para as zonas marinhas para 2012. E nós então, constituímos um grupo, uma parte especial
538 para tratar da zona costeira e marinha. Essa aí é a composição do grupo que mostra bem a
539 representatividade desse GT. Incluindo a SEAP, a SECIRM, a Subsecretaria de Comissão
540 Interministerial para Recursos do Mar. Ministério da Defesa e várias organizações que 10

541 trabalham com a questão ambiental na zona costeira e marinha. Além disso, fizemos... esse
542 grupo de trabalho realizou várias oficinas. E aqui só para dar-lhes uma idéia do esforço que foi
543 feito para a gente construir essa proposta: quatro reuniões do grupo de trabalho. O subgrupo
544 de zona costeira realizou três reuniões específicas, duas reuniões e uma oficina. Para discutir
545 especificamente unidades de conservação, fizemos quatro oficinas, com destaque, vou chamar
546 a atenção para a terceira oficina com representantes de praticamente todos os Estados da
547 federação. Com especialistas, técnicos, diretores de áreas protegidas, os órgãos ambientais
548 estaduais. E destacar também a quarta oficina onde reunimos representantes dos núcleos de
549 unidades de conservação e de educação ambiental das gerências executivas do IBAMA.
550 Também fizemos duas oficinas com representantes quilombolas. E no caso da questão
551 indígena é importante dizer que nós trabalhamos o ano passado junto com as comunidades
552 indígenas para elaborar uma proposta de projeto que nós estamos submetendo ao GEF, ao
553 Fundo de Meio Ambiente da Convenção. No intuito de executar se for aprovado um grande
554 projeto, nós estamos pedindo aí, deve estar na ordem de 30 milhões de dólares, um grande
555 projeto para se trabalhar junto com as comunidades indígenas na gestão ambiental das terras
556 indígenas. Nós trabalhamos o ano passado junto com a FUNAI na construção dessa proposta.
557 Esperamos aprovar a chamada assistência preparatória, o recurso inicial para nós elaborarmos
558 um grande projeto para a gestão ambiental em terra indígena. Portanto, uma vez aprovado
559 esse recurso, nós vamos trabalhar esse ano para construir esse projeto. E esse projeto
560 pretende ser a estratégia do Plano Nacional de Áreas Protegidas para a construção do
561 componente terra indígena dentro do plano. Além disso, nas oficinas de captação da
562 Convenção de Diversidade Biológica, elaboradas pelo Ministério com vários atores,
563 instituições, inclusive, com lideranças indígenas, nós trabalhamos também, apresentamos a
564 proposta do plano. Com base nessas oficinas em toda essa discussão, nós elaboramos um
565 documento base. Esse documento base, consolidando todo o trabalho do grupo, foi submetido
566 à consulta pública. Colocamos a proposta na página do Ministério do Meio Ambiente para a
567 consulta. Divulgamos a existência desse documento entre todos os atores que estavam
568 participando do processo. Isso aí é a síntese do resultado da consulta, nós tivemos 10 mil
569 acessos com mais 1348 *downloads* do documento que foi disponibilizado. E recebemos 19
570 contribuições de pessoas físicas, na lista das pessoas físicas. E várias pessoas jurídicas com
571 algumas instituições bastante importantes: a BIDIB, algumas Organizações Não
572 Governamentais, FIESP, Fundação Pró-Natureza, FUNAI, IBAMA, três Estados contribuindo;
573 Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo e TNC. Fizemos também algumas reuniões após a
574 consulta pública, fizemos uma reunião com o CNA, CNI. Fizemos uma reunião com lideranças
575 indígenas, COIAB, outras organizações indígenas. E aqui, nós chegamos aqui num ponto
576 importante, chave da nossa apresentação, porque é importante explicar o seguinte: nós
577 estamos nesse momento propondo em relação ao Plano Nacional de Áreas Protegidas a
578 seguinte estratégia: num primeiro momento... e esse é o documento que está sendo oferecido
579 a consideração dos senhores. Nós estamos propondo a instituição da parte mais conceitual
580 estratégica e política do plano. Definindo os princípios do Plano Nacional de Áreas Protegidas,
581 as diretrizes. Identificando os principais eixos temáticos, eu vou detalhar em seguida. Onde se
582 definem objetivos, objetivos específicos e estratégias. É evidente que um plano de fato para ser
583 digno do nome, ser operacional, é preciso mais do que princípios, diretrizes, eixos temáticos e
584 objetivos. Nós precisamos definir e nossa proposta que seja a etapa posterior, precisamos
585 definir. Mais do que definir, pactuar junto com todos os atores, metas, inclusive, em
586 consonância com o próprio programa de áreas protegidas da CDB, que já é um avanço em
587 relação a outros programas de trabalho da própria convenção. Salvo engano, o primeiro
588 programa de trabalho que define concretamente metas para serem alcançadas pelas partes.
589 Nós precisamos e é fundamental definir metas para a ampliação do sistema, para a
590 consolidação, para a efetiva gestão do sistema. E em cima e com base nessas metas definir as
591 ações necessárias, os prazos para o cumprimento dessas metas. A indicação dos
592 responsáveis por cada meta. A divisão de responsabilidades na implementação do plano entre
593 o governo federal, governo estadual, iniciativa privada, Organizações Não Governamentais. E
594 avaliar o volume de recursos necessários e identificar as fontes de recursos para que a gente
595 possa alcançar essas metas e realizar essas ações. Nesse momento nós estamos propondo a
596 instituição de fato do Plano Nacional de Áreas Protegidas, definindo aí seu escopo geral. Com
597 base no qual, nós trabalharíamos na fase seguinte, na elaboração da dimensão operacional do
598 plano. É importante dizer que boa parte desse trabalho de construção dessa dimensão
599 operacional na verdade já foi feito e já vem sendo feito. O grupo de trabalho, quando começou
600 a trabalhar na verdade se propõe construir um plano completo. Dada a dimensão do trabalho e
601 a complexidade do tema, a parte do plano que está de fato madura para ser apreciada, 11

602 aprovada e instituída é a parte... ou essa que nós estamos chamando de dimensão mais
603 política. Mas uma grande parte do trabalho necessário para se construir essa dimensão
604 operacional já vem sendo feito pelo grupo de trabalho e toda essa informação também está
605 disponível. Portanto, nós já trabalhamos, o grupo de trabalho já trabalhou exaustivamente
606 discutindo metas, discutindo fonte de financiamento, as necessidades em termos de orçamento
607 para cumprir essas metas. Então o que nós estamos propondo aqui? Nós estamos propondo
608 que essa parte, essa dimensão política seja instituída, nós estamos propondo que seja
609 instituída por decreto do Presidente da República com a aprovação do Conselho Nacional de
610 Meio Ambiente. Uma vez cumprida essa etapa, nós vamos trabalhar a parte operacional do
611 plano e vamos construir. Aqui nós estamos chamando de agenda técnica política estratégica.
612 Vamos construir essa parte operacional, definir um sistema de gestão estratégica para a
613 implementação e monitoramento do plano, de fato que a gente possa realmente transformar
614 áreas protegidas ou aumentar o grau de efetividade, de eficiência desse instrumento, dentro da
615 política mais ampla de Meio Ambiente. Então aqui para dar uma idéia de qual é a estrutura
616 dessa proposta que está sendo oferecida ao CONAMA. Então ela define princípios, diretrizes;
617 eu não preciso detalhar, eu acho que todo mundo sabe o que é isso. Princípios e diretrizes são
618 os pilares do Plano Nacional e devem orientar as ações para o estabelecimento de um sistema
619 abrangente de áreas protegidas. Ecologicamente representativo, efetivamente manejado,
620 integrado às paisagens terrestres e marinhas mais amplas até 2015. Ele está organizado em
621 quatro eixos temáticos. Os eixos temáticos acompanham de perto a estrutura do programa de
622 trabalho da CDB. O primeiro eixo temático, cuida do planejamento, fortalecimento e gestão das
623 áreas protegidas. O segundo eixo temático, trabalha a questão de governança, o modelo de
624 governança, a questão da participação, da equidade e da repartição de benefícios relacionados
625 às áreas protegidas. O eixo temático três cuida de outro tema fundamental que é a capacidade
626 institucional. E o eixo quatro que é a avaliação e monitoramento do sistema. E aí detalhando
627 então, os objetivos para cada eixo temático. Isso aqui no caso para as unidades de
628 conservação. O plano está dividido em... cada eixo temático cuida de três áreas fundamentais
629 do plano que são: unidades de conservação, terras indígenas e terras de quilombo. Para
630 unidades de conservação, nós já avançamos bastante. Bem mais do que fomos capazes de
631 fazer em relação às terras indígenas e terras de quilombo. Então em relação à unidade de
632 conservação, dentro do eixo número 1 que cuida de planejamento, fortalecimento, gestão, nós
633 temos alguns objetivos. Estabelecer e fortalecer os componentes federais, estaduais e
634 municipais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Objetivo segundo: aprimorar o
635 planejamento do SNUC. Terceiro. Integrar às unidades de conservação, as paisagens
636 terrestres e marinhas mais amplas de modo a manter a sua estrutura e funções ecológicas.
637 Quarto. Estabelecer e fortalecer a colaboração com países vizinhos para a gestão de unidades
638 de conservação em demais áreas protegidas contíguas ou próximas. Cinco. Impedir ameaças e
639 litigar os impactos negativos aos quais as unidades de conservação e suas zonas de
640 amortecimento estejam expostas. No eixo número 2 que cuida de governança, participação,
641 equidade e repartição de custos e benefícios. Promover e garantir a repartição equitativa dos
642 custos e benefícios. Resultado da criação e gestão de unidade de conservação. Lembrando
643 que muitas vezes a criação de uma unidade de conservação, embora ela indubitavelmente
644 gere benefícios para o conjunto da sociedade. Não raro, gera um custo para a comunidade
645 local e tradicional bastante alto. Nem sempre equitativamente dividido ou a questão nem
646 sempre é devidamente tratada e esse objetivo buscou cuidar disso. Promover a governança
647 diversificada, participativa, democrática e transparente do sistema. Governança diversificada,
648 procurando identificar, reconhecer e valorizar outras formas de conservação da biodiversidade,
649 muitas vezes não devidamente reconhecido pelo próprio sistema de unidades de conservação.
650 Em matéria de gestão participativa, democrática e transparente, eu diria que nós estamos
651 bastante avançados se comparado com outros países. A própria lei do SNUC estabeleceu uma
652 série de instrumentos nesse sentido, que nós precisamos aperfeiçoar e desenvolver. Terceiro.
653 Potencializar o papel das unidades de conservação e demais áreas protegidas no
654 desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza, eu acho que esse é um outro desafio
655 bastante grande. Áreas protegidas têm um enorme potencial também além de conservar as
656 universidades, de manter serviços ambientais fundamentais. Têm um enorme potencial no
657 sentido de promover o desenvolvimento local com base na atividade turística, por exemplo. E
658 aí faço menção ao esforço que está sendo feito pelo Ministério, IBAMA. Esse ano no sentido de
659 adotar um conjunto significativo de unidades de conservação dos meios e da estrutura
660 necessária para que possam ser de fato a visitação. E, portanto, contribuir com a economia
661 local, desenvolvendo a atividade turística. No eixo sobre capacidade institucional, objetivo um.
662 Estabelecer um ambiente político, institucional, administrativo e sócio-econômico favorável 12

663 para a implementação do SNUC nas três esferas de governo. Desenvolver a capacidade de
664 planejar, estabelecer e administrar as unidades de conservação. Desenvolver, aplicar e
665 transferir tecnologias para o SNUC. Garantir a sustentabilidade econômica das unidades de
666 conservação do SNUC. Esse é um enorme desafio e aqui foi feita a referência à questão da
667 compensação. Nós temos... vai ser anunciado agora no almoço, um avanço extremamente
668 importante em relação à aplicação dos recursos da compensação. Que traduz e mostra o
669 esforço no sentido de equacionar essa questão da sustentabilidade econômica. Fortalecer a
670 comunicação, a educação e sensibilização pública para a participação e controle social sobre o
671 SNUC. E aí fazendo um rápido comentário, eu acho que esse aqui é um elemento chave
672 dentro do plano. Sobretudo no que se refere à articulação entre governo federal, governos
673 estaduais e também governos municipais. Temos feito um grande esforço nos últimos três
674 anos para trabalhar junto com alguns Estados, chaves, estratégicos, nós queremos trabalhar
675 com todos os Estados da federação. No sentido de apoiar a criação de novas UCs, apoiar a
676 gestão, fazer gestão conjunta dessas áreas protegidas. E o eixo quatro, avaliação e
677 monitoramento ao que a gente, muitas vezes, não faz ou faz de forma muito precária. Que é
678 monitorar, avaliar o estado das áreas protegidas, o estado do sistema de unidades de
679 conservação. Avaliar e mover a efetividade, eficácia, eficiência do sistema. Avaliar e monitorar
680 as tendências do SNUC. E garantir que conhecimentos científicos e tradicionais contribuam de
681 fato para a gestão eficaz do sistema. Em relação a terras indígenas e terras quilombolas, o que
682 o plano nesse momento propõe é na verdade uma base mínima para que nós possamos junto
683 com as comunidades indígenas e junto com as comunidades de quilombos construir o
684 componente do Plano Nacional de Áreas Protegidas. Afirmando aqui a nossa convicção que é
685 fundamental que possamos trabalhar unidade de conservação de forma integrada com terras
686 indígenas reconhecendo o papel fundamental que essas áreas desempenham na conservação
687 da biodiversidade por um lado e a contribuição que a área ambiental pode dar efetivamente,
688 junto com essas comunidades fazer essa gestão ambiental nessas terras. E, sobretudo, na
689 Amazônia e não só na Amazônia. É flagrante, é óbvia a relação íntima que existe entre áreas
690 protegidas e terras indígenas. E a necessidade de fazer uma gestão integrada dessas áreas. E
691 o quanto a ação integrada e coordenada poderia contribuir para aumentar a eficiência da
692 conservação e da gestão ambiental dessa terra. E o mesmo se pode dizer com relação às
693 terras de quilombo. Eu acho que a área ambiental tem uma enorme contribuição a dar para
694 apoiar essas comunidades e ao mesmo tempo trabalhar junto com ela na conservação da
695 biodiversidade. Além das unidades de conservação, terras indígenas e terras de quilombo, é
696 importante mencionar também as áreas de reconhecimento internacional que são outro
697 elemento importante dentro do nosso sistema de áreas protegidas. O objetivo a exemplo do
698 plano é implementar as convenções, tratados e programas intergovernamentais, relacionados
699 às áreas protegidas de que o Brasil é parte. Com alguns objetivos específicos: consolidar
700 essas áreas de reconhecimento internacional, ampliar o número dessas áreas. Em particular,
701 implementar o sistema de gestão da reserva da biosfera, eu acho que é um outro grande
702 desafio que nós temos. Repensar a reserva da biosfera, identificar de fato qual é o papel dessa
703 categoria de áreas protegidas e implementar um sistema efetivo de gestão nessas áreas.
704 Rapidamente, vou fazer referência aqui às zonas úmidas, aos Sítios Ramsar, dentro da
705 Convenção de Zonas Úmidas E os sítios do patrimônio natural no âmbito dos acordos que o
706 Brasil tem com a UNESCO. Então basicamente essa é a estrutura do... esse é o histórico do
707 processo de construção dessa proposta. Lembrando, como disse a ministra: envolveu mais de
708 400 técnicos especialistas, pessoas que trabalham com áreas protegidas. E essa é a estrutura
709 dessa primeira parte do Plano Nacional de Áreas Protegidas que nós estamos propondo aqui,
710 oferecendo a consideração dos senhores conselheiros. Passo então a palavra para o Nilo para
711 que ele dê continuidade à reunião, obrigado.

712
713 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**
714

715 Nós vamos dar início ao debate sobre esse ponto de pauta e eu gostaria de convidar também o
716 Secretário Claudio Langone para retornar à direção dos trabalhos. Enquanto ele vem, nós
717 vamos abrir para inscrições colocando a matéria em debate no Plenário do CONAMA.
718 Conselheiros Rosalvo está com a palavra. Eu quero apenas só informar aos conselheiros que
719 estamos dispondo de três opções para manifestações: temos a tribuna com o microfone para
720 os conselheiros que queiram se pronunciar e também contamos com a colaboração de duas
721 colegas que estão aqui nas duas pontas do auditório com o microfone sem fio para aqueles
722 que tiverem mais no meio do auditório fica mais fácil falar do próprio local. Tem essas opções.
723 Obrigado.

724

725 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

726

727 Gostaria de cumprimentar o trabalho conduzido e liderado pelo Ministério do Meio Ambiente,
728 Secretaria de Biodiversidade e Florestas. A nossa intervenção vai no sentido de que a
729 importância desse trabalho e do Plano Nacional de Áreas Protegidas está inserido numa
730 discussão maior que eu creio que esse que talvez esse deva ser o objetivo final, que é o
731 desenvolvimento nacional, que é o desenvolvimento do território nacional. E o Ministério da
732 Integração Nacional tem a competência legal definida pelo Congresso Nacional da elaboração
733 da Política Nacional de Ordenamento Territorial e da Política Nacional de Desenvolvimento
734 Regional. E para nós a elaboração desse plano é muito importante que a gente consiga fazer o
735 casamento do Plano Nacional de Áreas Protegidas dentro de uma lógica maior que é essa
736 Política Nacional de Ordenamento Territorial que está definida na Constituição da República e
737 essa lei deu essa atribuição ao Ministério da Integração e a Política Nacional de
738 Desenvolvimento Regional. Porque se o Plano Nacional de Áreas Protegidas e, as áreas
739 protegidas que o país vier a implantar, elas não forem motivo de desenvolvimento nacional, de
740 diminuição das desigualdades nacionais e se não tiver dentro de uma lógica maior de
741 organização do território ela acaba ficando um Plano Nacional de Áreas Protegidas apenas
742 para a manutenção das áreas protegidas. Ou seja, ela tem que contribuir para a melhoria da
743 qualidade de vida do nosso povo em primeiro lugar e, em segundo lugar, do resto do planeta.
744 Então, meus parabéns. A gente gostaria de continuar colaborando e participando desse grupo
745 e particularmente, como cidadão – eu até já conversei eu a Lara - eu fiz uma emenda, uma
746 sugestão, não importa que o nome não esteja ali, mas importa é que a ideia esteja incorporada,
747 que é um livro, eu não conheço a pessoa, comprei o livro e fiz essa sugestão, que é um
748 vocabulário nacional das Unidades de Conservação. Então, existe uma publicação que eu
749 achei muito interessante que é um vocabulário que listou todas as Unidades de Conservação,
750 quais foram seu primeiro nome, seu segundo nome, seu terceiro nome à época, enfim, dá todo
751 o histórico das Unidades de Conservação estatal e municipal até quando aquela pessoa
752 conseguiu fazer e eu achei que ela fez isso, me parece que foi uma tese de mestrado ou
753 doutorado, e ela fez até o ano 2000 e eu apresentei essa sugestão que esse trabalho
754 continuasse de 2000 pra cá e que a gente tentasse buscar sem ferir a autonomia dos estados e
755 municípios ter uma nomenclatura que seja comum a todos. Segundo, a manutenção do
756 histórico daquela área, eu acho que é muito importante a história: por que foi criada aquela
757 Unidade de Conservação; o que os nossos antepassados diziam daquela área. Enfim, para a
758 gente ter toda a evolução histórica, não só do conceito, mas daquela área que hoje é uma área
759 protegida. Muito obrigado Senhor Presidente.

760

761 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

762

763 A Mesa até pede desculpas aqui ao Plenário, porque na verdade Conselheiro Rosalvo, nós
764 temos já a inscrição solicitada pelo Rodrigo do VIDÁGUA e também da CNI, Patrícia Boson. Só
765 que eu vou pedir um minuto de paciência para os senhores porque à rigor o que está em
766 debate nessa matéria é a recomendação do CONAMA em relação à instituição do Plano
767 Nacional de Áreas Protegidas, não é exatamente o Plano Nacional de Áreas Protegidas em si
768 que está em debate no CONAMA que foi matéria de ampla consulta pública e, portanto, aqui
769 nós não temos nem a competência ou mérito de alterar o conteúdo próprio do Plano, o que a
770 gente vai colocar em debate é a recomendação. Então, quero solicitar à nossa equipe para
771 projetar a recomendação que foi aprovada pós-debate nas câmaras técnicas de Unidade de
772 Conservação de Áreas Protegidas e na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Nós vamos ver
773 a redação, apresentar a redação da recomendação, eu gostaria inclusive de solicitar ao
774 presidente da Câmara Técnica de Unidades de Conservação, Dr. Maurício Lobo que participou
775 do debate, que pudesse apenas apresentar e esclarecer sobre a recomendação e também
776 fizesse os seus comentários para que o Plenário tenha condições melhores de fazer esse
777 debate na sequência. Após a manifestação do Dr. Maurício Lobo nós vamos fazer aquela
778 interrupção prevista, antecipando um pouco o horário do almoço e aí abrimos efetivamente o
779 debate da recomendação logo após o almoço que vai ser servido aqui ao lado.

780

781 **Maurício Lobo (Governo do Rio de Janeiro)**

782

783 Bom dia a todos, senhores conselheiros, Secretário Executivo, Diretor do CONAMA, Sra.
784 Ministra. Eu queria só destacar a importância como Presidente da Câmara Técnica de 14

785 Unidades de Conservação e demais Áreas Protegidas no sentido que nós entendemos que um
786 assunto dessa importância, que eu acho que destaca em muito hoje - podemos até fazer uma
787 ligação, nós estamos reunidos também em Curitiba para discutir a Convenção de Diversidade
788 Biológica – a gente considerar que, não só as Unidades de Conservação, mas as áreas
789 protegidas certamente devem compor quase 100% da nossa biodiversidade brasileira. Então, a
790 importância de um plano como esse. E o nosso entendimento à época, que o Plano estava
791 desenvolvendo um estudo com consultas populares, com consultas bastante aprofundadas, um
792 assunto bastante complexo, em que a gente fala em áreas protegidas, fala em Unidades de
793 Conservação, terras indígenas e terra de quilombolas, podemos também falar em Áreas de
794 Proteção Permanente, podemos falar também em reservas legais. Eu acho que é um complexo
795 imenso de áreas que garantem a biodiversidade nossa. Então, que o entendimento do
796 CONAMA, que tem um papel fundamental nesse processo, seja partícipe desse esforço. Então,
797 nós fizemos também já em meados do ano passado, temos participado representando o
798 CONAMA nesse Grupo de Trabalho e houve uma ampliação bastante significativa da
799 participação dos estados e municípios na concepção desse plano. Não é um plano definido, o
800 plano não detém os valores e metas do atingimento, mas eu acho que nesse processo a nossa
801 defesa foi que o CONAMA tenha sempre a participação de ser ouvido nesse procedimento e
802 estar acompanhando um assunto de suma importância para o meio ambiente brasileiro. Então,
803 nós procuramos defender, achamos que a recomendação do CONAMA reforça, essa
804 participação do Conselho Nacional do Meio Ambiente nesse esforço de criar um Plano
805 Nacional de Áreas Protegidas e que é um processo em construção. Certamente o Ministério
806 começou e eu acompanhei o Grupo de Trabalho, o Grupo de Trabalho avançou um pouco mais
807 nisso, chegou a atingir deferimento, mas não houve consenso nesse início e, então, se achou
808 por bem e de uma forma bastante democrática que retorne esse procedimento e tenha
809 seqüência. Volto a dizer, eu vejo a importância desse plano como um programa, não um
810 programa do Governo, mas um programa de Governo e que nós possamos pautar a nossa
811 ação com relação à priorização das áreas protegidas brasileiras. É isso que eu queria dizer e
812 também solicitar a recomendação para que possamos encaminhar à criação de um decreto
813 presidencial criando um Plano Nacional de Áreas Protegidas. Muito obrigado.

814

815 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

816

817 Obrigado Dr. Maurício. Nós vamos interromper nesse momento a Plenária e retomaremos essa
818 discussão logo após o almoço. E nesse momento, a gente interrompendo a Plenária, convida o
819 Dr. Adão, que vai ser o nosso mestre de cerimônias aqui nessa oportunidade, para que ele
820 componha a Mesa com os convidados. Enquanto o Adão se prepara aqui para conduzir essa
821 cerimônia, quero apenas dar a informação de que nós temos em Plenário um *quorum* em
822 reuniões extraordinárias, pelo menos nos últimos recorde, nós temos a presença de setenta e
823 quatro conselheiros em Plenário. Então, eu quero agradecer já de antemão a boa vontade com
824 a presença de todos os senhores aqui nessa Plenária em Curitiba.

825

826 **Adão Laslowski (Mestre de Cerimônia)**

827

828 Bom dia senhoras e senhores. Vamos dar início à cerimônia do lançamento do Fundo de
829 Compensações Ambientais, um acordo entre o Ministério do Meio Ambiente, por meio do
830 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, o IBAMA, e a Caixa
831 Econômica Federal. Esse fundo visa criar um mecanismo de gestão para os recursos da
832 Compensação Ambiental de modo que se possa ter uma previsibilidade de recursos,
833 rentabilidade e desoneração do empreendedor com maior agilidade e planejamento das ações
834 de forma transparente e eficiente. Chamamos para compor a mesa de honra dessa solenidade
835 a Exma. Ministra do Estado do Meio Ambiente, Sra. Marina Silva. Convidamos o Vice-
836 presidente de Transferência de Benefícios da Caixa Econômica Federal, o Sr. Carlos Augusto
837 Borges. Convido o Vice-presidente de Ativos de Terceiros da Caixa Econômica, o Sr. Wilson
838 Risolia. Convido o Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais
839 Renováveis, o IBAMA, Sr. Marcus Barros. E convido também o Sr. João Paulo Capobianco,
840 mui digno Secretário de Biodiversidade e Florestas. Nesse momento convidamos para uma
841 breve apresentação técnica dos objetivos, parceiros, propostas e ações do Fundo de
842 Compensações Ambientais o Diretor de Ecossistemas do IBAMA o Sr. Valmir Ortega.

843

844 **Valmir Ortega (Diretor da DIREC/IBAMA)**

845

846 Bom dia Ministra Marina Silva; bom dia Presidente do IBAMA, Dr. Marcus Barros; os nossos
847 parceiros nessa iniciativa, Vice-presidente da Caixa Econômica; conselheiros do CONAMA;
848 convidados para esse evento. É com imensa honra que nós vamos hoje anunciar essa parceria
849 entre o IBAMA e a Caixa Econômica para a criação do Fundo de Compensação Ambientais
850 que é fruto de alguns meses de trabalho de equipes conjuntas do IBAMA e da Caixa
851 Econômica e que estará criando a partir de hoje um novo ambiente para a execução dos
852 recursos de Compensação Ambiental no Brasil. Inicialmente para as compensações de
853 licenciamentos federais. Nós esperamos no futuro discutir com os estados a possibilidade de
854 também os estados que desejarem poderem aderir à operação desses mecanismos ora
855 criados para que a gente possa ampliar a efetividade da aplicação dos recursos de
856 compensação buscando aquilo que era o espírito da lei que estabeleceu o Sistema Nacional de
857 Unidade de Conservação, que é de fato ter no mecanismo da Compensação Ambiental um dos
858 pilares para o financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil.
859 Portanto, nós vamos apresentar rapidamente alguns dados sobre a Compensação Ambiental
860 Federal e sobre o Fundo de Compensações que ora estamos assinando o Termo de
861 Cooperação com a Caixa Econômica. O objetivo do nosso Fundo Nacional de Compensação
862 Ambiental é criar uma alternativa para administração dos recursos da Compensação
863 Ambiental. Para esclarecer rapidamente aos participantes que não conhecem esse instrumento
864 - eu imagino que são poucos aqui, considerando os participantes desse Plenário -, mas
865 basicamente Compensação Ambiental é um dispositivo criado a partir da lei que estabeleceu o
866 Sistema Nacional de Unidades de Conservação que prevê a aplicação de pelo menos 0,5% do
867 valor de empreendimentos de significativo impacto e que, portanto, necessitem de EIA/RIMA e
868 Licenciamento Ambiental, sejam federais ou estaduais. Portanto, esses recursos deverão ser
869 aplicados em Unidades de Conservação, prioritariamente em Unidades de Conservação de
870 proteção integral ou em unidades de uso sustentável quando afetadas pelos empreendimentos.
871 Então, é desses recursos vinculados a esse instrumento legal que ora estamos falando.
872 Atualmente esses recursos são geridas de forma descentralizada: licença é licença,
873 empreendedor é empreendedor. Nesse caso o empreendedor ele tem o encargo de realizar a
874 execução dos recursos, o que tem criado de um lado uma fragilidade para a execução do
875 IBAMA no sentido de que nós não temos previsibilidade sobre a disponibilidade desses
876 recursos e o tempo em que eles chegam efetivamente como benefícios nas Unidades de
877 Conservação e, por outro lado, isso significa um encargo adicional para o empreendedor que
878 tem que executar atividades que no geral não estão associadas à sua área de negócios:
879 estudos ambientais em Unidades de Conservação, contratação de monitores ambientais,
880 contratação de serviços e equipamentos para Unidades de Conservação, que no geral estão
881 fora da área de negócios do empreendedor. A proposta, então, é fornecer uma solução com
882 esse fundo para remunerar os recursos de Compensação Ambiental, apoiar a execução dos
883 recursos e prover o mecanismo de controle e transparência para que a sociedade possa em
884 tempo real acompanhar qual é o volume de recurso disponível; como ele está sendo aplicado;
885 que unidades estão sendo beneficiadas; que serviços, produtos e benefícios esses recursos
886 estão proporcionando às Unidades de Conservação no Brasil. E nesse sentido, o Termo de
887 Cooperação que estamos assinando hoje com a Caixa criará a possibilidade de elaboração, de
888 execução de quatro produtos, digamos assim: um que é a constituição do fundo efetivamente,
889 que é um fundo de investimentos de compensações ambientais, é um fundo restrito, de longo
890 prazo, composto por adesão das empresas que desejam participar desse fundo, portanto, não
891 será obrigatório às empresas aderirem a esse licenciamento, elas poderão optar entre a
892 execução direta ou adesão ao fundo de investimento. Isso para que a gente possa gerir de
893 forma integrada esses recursos, garantir rentabilidade para eles e dar visibilidade ao volume de
894 recursos disponíveis. Além disso, estamos também contratando junto à Caixa Econômica
895 nessa parceria, uma estrutura de execução para esses recursos, basicamente usamos o
896 sistema de compra que a Caixa já utiliza e esse sistema que ele já tem disponibilizado a
897 estados, municípios e outros parceiros públicos, que é o Portal de Compras da Caixa
898 Econômica Federal, além do Portal de Compras, estaremos também constituindo com a Caixa,
899 nessa parceria, uma gerenciadora pública que permitirá o gerenciamento de serviços mais
900 complexos na implementação das Unidades de Conservação: seja um serviço de obras, infra-
901 estrutura, regularização fundiária, sobretudo. Hoje, quase 80% dos recursos são destinados à
902 regularização fundiária, a pagamento de indenizações de Unidades de Conservação. É óbvio
903 que isso Brasil é um trabalho bastante difícil considerando a situação fundiária de algumas
904 regiões do Brasil. Portanto, nós esperamos com a gerenciadora pública poder acelerar os
905 processos, otimizar e, de um lado, atender às populações que querem receber a sua justa
906 indenização e, de outro lado, acelerar o processo de implementação das novas Unidades 16

907 de Conservação. E, além disso, um último produto que será o portal de acompanhamento
908 desse processo todo, que é o chamado Gov Corporativo, que na verdade é um sistema de
909 acompanhamento gerencial que nos permitirá gerar relatórios, fazer um acompanhamento
910 diário, mensal, semanal da evolução patrimonial dos fundos, dos rendimentos, da aplicação;
911 nos permitirá fazer um acompanhamento por empreendedor, quanto cada empreendedor está
912 destinado à Unidade de Conservação, quanto cada licença já depositou, já executou e já
913 acompanhou; quanto nós aplicamos em cada Unidade de Conservação beneficiada por esse
914 recurso e permitiremos dessa forma prestar contas à sociedade de como esse dinheiro está
915 sendo efetivamente executado e quais benefícios eles estão gerando e, sobretudo, dessa
916 forma também fazer com que essa visibilidade da aplicação desse recurso possa reverter para
917 as empresas no sentido de demonstrar que essas empresas estão efetivamente cumprindo
918 com as suas obrigações ambientais, estão cumprindo com a sua função social de contribuir
919 com a sociedade referente à implementação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação.
920 Então, que a gente possa também agregar e dar visibilidade àquelas empresas que
921 efetivamente têm compromissos com a implementação e com o cumprimento das suas
922 obrigações ambientais. Basicamente o fluxo de forma muito simplificada é esse apresentado. A
923 partir da emissão da licença ambiental, o IBAMA estará arbitrando valores que cabe a cada
924 empreendimento a partir do 0,5%, que é o mínimo que a lei prevê. Hoje, nessa reunião do
925 CONAMA, nós estaremos discutindo a resolução que amplia a reorientação do sistema do
926 instrumento da Compensação Ambiental; o IBAMA já concluiu os seus esforços para a
927 elaboração da nova metodologia de avaliação e gradação desse valor. Portanto, com esses
928 dois instrumentos mais a revisão do decreto que fizemos esse ano, completa-se o ciclo de
929 regulamentação de um instrumento da Compensação Ambiental e com esse encerramento nós
930 permitiremos, a partir dos licenciamentos ambientais, arbitrar o valor, a partir disso o
931 empreendedor opta se adere ao fundo ou se faz a execução direta optando pela adesão ao
932 fundo. O empreendedor abrirá uma conta corrente que será a porta de entrada para o fundo de
933 investimento e a partir do fundo de investimento esses recursos serão executados ou no Portal
934 de Compra para a aquisições de bens e serviços, ou utilizados a partir do apoio da
935 Gerenciadora Pública para aqueles serviços de maior complexidade, de maior volume de
936 planejamento e acompanhamento na execução. E todo esse esforço será acompanhado por
937 um portal, que é o Gov Corporativo, que terá acesso a sociedade como um todo, os
938 empreendedores terão acesso aos relatórios das suas contas, dos seus empreendimentos, das
939 suas obrigações e nós estaremos gerando relatórios para estados, municípios, para as
940 organizações sociais que fazem o acompanhamento da política ambiental do Brasil. Com isso
941 nós fechamos o ciclo de planejamento e aplicação. No âmbito do IBAMA, ao longo de 2005,
942 nós consolidamos a câmara de Compensação Ambiental que é um avanço no esforço de
943 planejamento no âmbito do instituto. Portanto, nós temos hoje no âmbito do instituto uma
944 capacidade maior de planejamento, de definição da locação, de acompanhamento da
945 execução e com esse instrumento nós pretendemos dar maior agilidade no ritmo de execução
946 desses recursos. Aqui um pouco do que nós já falamos, basicamente a partir da Licença
947 Ambiental no Termo de Compromisso assinado pelo empreendedor ele fará a opção de qual
948 mecanismo ele quer executar; esse Termo de Compromisso delegará ao órgão ambiental a
949 operacionalização junto ao sistema de aquisições da Caixa a execução desses recursos e ao
950 final da execução nós estaremos findando a quitação das obrigações do empreendedor com a
951 Compensação Ambiental. Hoje, a previsão que nós estamos trabalhando, durante 2005 nós
952 assinamos próximos de 300 milhões de termos de compromisso, temos ainda um passivo a
953 regularizar de licenças antigas e estamos acelerando o processo para que tenhamos um fluxo
954 mais rápido e dinâmico para as próximas licenças. Portanto, a expectativa que nós temos é de
955 ter uma fatia de contribuição significativa no financiamento do Sistema Nacional de Unidades
956 de Conservação. Nós temos no Brasil várias outras fontes de financiamento. O Fundo Global
957 do Meio Ambiente para dar um exemplo que está aqui na tela, tem sido um dos fundos que tem
958 apoiado no Brasil um conjunto grande de projetos, o Brasil recentemente apoiou projetos novos
959 no Fundo Global para o bioma cerrado, para o bioma caatinga, para o mangue, para
960 manguezais. E para ter uma dimensão do que nós estamos falando, o GEF tem uma previsão,
961 em termos de comparação, de 522 milhões até 2008 para os países em desenvolvimento e a
962 possibilidade que nós teríamos de adesão ao nosso Fundo de Compensações Ambientais até
963 2008 seria na ordem de 340 bilhões. Então, comparado com a ação de financiamento da área
964 ambiental já estabelecidos, esse fundo pode se consolidar efetivamente como um dos grandes
965 instrumentos de financiamento ambiental para o Sistema de Unidade de Conservação no
966 Brasil. Com isso a gente encerra essa breve apresentação fazendo votos de que de fato, num
967 trabalho integrado do Instituto do Meio Ambiente, do IBAMA, com os empreendedores que 17

968 terão em previsão esses instrumentos a gente possa transformar a Compensação Ambiental
969 num dos pilares para o financiamento das Unidades de Conservação do país apoiando as
970 unidades federais, apoiando as unidades estaduais, apoiando as unidades municipais e
971 apoiando as unidades privadas, como são as RPPNs que no ano passado ampliaram
972 significativamente os recursos de compensação destinados às RPPNs no caso em que essas
973 RPPNs sejam afetadas por empreendimento. Então, é um instrumento que prevê o apoio a
974 todas as categorias do sistema. Muito obrigado Ministra, muito obrigado Presidente Marcus
975 Barros e parceiros da Caixa Econômica.

976
977 **Adão Laslowski (Mestre de Cerimônia)**

978
979 Registramos e agradecemos a presença dos senhores Claudio Langone, Secretário Executivo
980 do Ministério do Meio Ambiente; Vítor Zveibil, Secretário de Qualidade Ambiental
981 dos Assentamentos Humanos; Jorge Calash Filho, Superintendente de Negócios da Caixa
982 Econômica Federal e Celso Matos, Superintendente de Negócios, também da Caixa.
983 Chamamos a fazer uso da palavra o Vice-presidente de Transferência de Benefícios da Caixa
984 Econômica Federal, o Sr. Carlos Augusto Borges.

985
986 **Carlos Augusto Borges (CEF)**

987
988 Bom dia a todos e a todas aqui presentes; Ministra Marina Silva, em nome da qual eu queria
989 saudar a todos os executivos; Presidente do IBAMA, Marcus; dos funcionários do Ministério do
990 Meio Ambiente e dos funcionários, também, do IBAMA. Meu colega Wilson Risolia, aqui
991 presente, Vice-presidente de Administração de Ativos de Terceiros. Para nós da Caixa
992 Econômica Federal, essa empresa pública, 100% pública, que completa esse ano 145 anos de
993 existência, é com muito orgulho que estamos aqui hoje concretizando essa parceria e
994 realizando mais um grande serviço para a sociedade brasileira, já que a Caixa Econômica
995 Federal se consolida cada vez mais como grande instrumento, o maior instrumento de políticas
996 públicas e desenvolvimento social do Governo Federal e do nosso país através de habitação,
997 saneamento, infra-estrutura, prestação de serviços, transferência de benefícios. A Caixa que
998 está presente na cultura, através dos pontos de cultura; a Caixa está presente na educação,
999 através da transferência de recursos para o FIEIS, da frequência escolar; a Caixa que está
1000 presente na transferência de benefícios, mais especificada com o bolsa-família, que é o agente
1001 operador e o agente pagador do bolsa-família e a Caixa que está presente no esporte também,
1002 no esporte olímpico e no esporte paraolímpico. E agora nós estamos presentes também, com a
1003 *expertise* que nós temos no gerenciamento de políticas públicas, no gerenciamento de fundos
1004 e a Caixa que nesses dois últimos anos ganhou vários prêmios no gerenciamento de fundos,
1005 nós estamos, com essa parceria, criando mecanismos e ferramentas necessárias para que o
1006 Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA possam estar fortalecendo o Sistema Nacional de
1007 Unidades de Conservação otimizando recursos, otimizando a gestão de recursos desses
1008 fundos através do fundo de investimento de Compensação Ambiental – Ministra, que a gente
1009 está chamando até de “FICA” – através também de disponibilização do nosso Portal de
1010 Compra e financiadora pública que vai facilitar e vai agilizar a destinação final desses recursos
1011 e, mais importante, através do nosso grande instrumento que já tem parceria com unidades da
1012 federação do nosso Gov Corporativo, que é um instrumento que dá transparência e gestão em
1013 todas as operações públicas. Então, nós queríamos aqui finalizar dizendo que mais uma vez a
1014 Caixa Econômica Federal está sendo um instrumento de políticas públicas e necessárias para
1015 a sociedade, que é a questão do meio ambiente que tem sido uma das prioridades do Governo
1016 do Presidente Lula e nada melhor do que, nesse instrumento de política pública de meio
1017 ambiente e com programas de governo consolidados que se tem essa parceria com uma
1018 instituição pública e centenária como a Caixa Econômica Federal. E eu estava até perguntando
1019 aqui, pedindo licença para a Ministra, parece que esse tipo de parceria é o único que nós
1020 temos em nível de América Latina e espero que essa experiência sirva para que a gente possa
1021 difundir-la para os estados e municípios e, quiçá, para outros países que possam estar
1022 utilizando essa experiência. Então, eu queria aqui finalizar agradecendo e parabenizando
1023 principalmente os técnicos da Caixa e os técnicos do IBAMA que incansavelmente se reuniram
1024 por vários dias e várias noites para que a gente chegasse até onde nós chegamos. Então,
1025 parabéns a esses técnicos, estão de parabéns. Para que a gente possa concretizar essa
1026 parceria. Muito obrigado.

1027
1028 **Adão Laslowski (Mestre de Cerimônia)**

1029
1030
1031
1032
1033
1034
1035
1036
1037
1038
1039
1040
1041
1042
1043
1044
1045
1046
1047
1048
1049
1050
1051
1052
1053
1054
1055
1056
1057
1058
1059
1060
1061
1062
1063
1064
1065
1066
1067
1068
1069
1070
1071
1072
1073
1074
1075
1076
1077
1078
1079
1080
1081
1082
1083
1084
1085
1086
1087
1088
1089

Acusamos e agradecemos a presença da Sra. Alexandrina Sobreira de Moura, Presidente da ABEMA; acusamos também a presença dos empreendedores: a Petrobrás, a Enerpeixe, a CIEN Energia, o DNIT, a TSN, a Enerpower, a Chestes, NTE Energia e representantes da ANAMMA, entre outros. Procederemos na seqüência à assinatura de acordo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e a Caixa Econômica Federal. Assinam o termo a Exma. Sra. Ministra Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente; o Vice-presidente de Transferência e Benefícios da Caixa Econômica Federal, o Sr. Carlos Augusto Borges e o Presidente do IBAMA, o Sr. Marcus Barros.

[momento de assinatura do termo]

[palmas]

Adão Laslowski (Mestre de Cerimônia)

Convidamos o Sr. Marcus Barros, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis para o seu pronunciamento.

Marcus Luis Barroso Barros (Presidente do IBAMA)

Sua Excia. Ministra de Estado Senadora Marina Silva; meu companheiro e amigo João Paulo Capobianco; senhores Presidente e Vice da Caixa; senhores e senhoras; conselheiros e conselheiras; convidados; a imprensa. Ao olhar pela sua freqüência e história, não só nesse Conselho, mas na política ambiental brasileira, o nosso querido Dr. Paulo Nogueira, eu me lembrei que ao chegar ao IBAMA há três anos atrás, o desafio - e ele verbalizou isso para mim algumas vezes - eram as Unidades de Conservação. E eu assumi, dentre outros compromissos de presidir o IBAMA, esse como ponta de lança das responsabilidades. Um diretor do IBAMA ao tomar posse, me disse - eu chegando, é óbvio - ele disse: "O IBAMA no futuro não será mais comando de controle." Eu disse: "Ainda bem, porque eu não tenho muita aptidão "policialesca", apesar de às vezes me colocar nas vestimentas do IBAMA e ir para o *front* do combate ao desmatamento, mas não é muito da minha afeição. Mas ele disse que o IBAMA vai deixar o comando de controle e essa grande estrutura no futuro será transformada numa estrutura a organizar e implementar e tocar as Unidades de Conservação, será isso o IBAMA. Eu tomei um susto, mas no processo desses três anos isso ficou muito claro, Dr. Paulo. Nas discussões com o Dr. João Paulo Capobianco e na sua determinação que hoje eu vejo corretíssima, de criar as Unidades de Conservação em várias finalidades, no *front* do desmatamento, na perspectiva de preservar o meio ambiente, mas de bloquear a desorganização do espaço, principalmente da Amazônia, eu dizia: "Capô, com que pernas o IBAMA vai tocar isso?" E nós discutimos muito: "Mas nós precisamos criar de qualquer maneira." Eu disse: "Mas não dá para criar. Não dá para ver as crianças só no prazer da sexualidade orgástica, tem que levar na escola, tem que dar comida, tem que fazer esse menino andar, tem que educar e transformá-lo num cidadão." A reunião de hoje me traz muita emoção, porque é um fecho com a determinação do Ministério, desse grande Colegiado, logo mais e no processo e eu quero dar um destaque especial para a coragem, criatividade e competência do Valmir Ortega e a determinação da Caixa de avançar na perspectiva de empreender do ponto de vista ético, de deixar transparente, mas de vir para o bom combate ambiental. Isso faz a Caixa crescer, muito mais do que cresce no seu propósito social. Mas na verdade é chegado o momento de dizer que "Agora dá, agora vai dar." Porque são duas as vertentes: dar provimento a esses recursos com normas claras, com balizamento claro - como disse a Ministra Marina Silva - construído de maneira coletiva, que dá uma consistência muito grande, para que nós possamos decididamente enfrentar de maneira concreta a questão das Unidades de Conservação, da implementação, da criação. Uma das questões de grande vulto, de dar seqüência ou conseqüência é a questão fundiária. Com esse fato, com esse passo, com esse convênio nós damos ao IBAMA a possibilidade concreta de gestão desse desafio, de gestão econômico-financeira e do bom relacionamento. Isso resolve questões sociais significativas e consolida as Unidades de Conservação. Com os empresários a dificuldade de amarrar o que os outros diziam e cada um dos senhores e senhoras conhecem os debates que surgiram: "0,5 não pode ir até 5, tem base mas não tem teto..." E todos os rigores técnicos foram chamados, buscados para que nós pudéssemos avançar e trazer para esse CONAMA parâmetros que nos levam à justiça e ao cumprimento legal dessa faixa de cobrança da 19

1090 chamada Compensação Ambiental. Então, nesse momento, a sensação que eu tenho, a
1091 imagem que eu consigo fazer é que eu tirei um lado da mochila. Às vezes deixar um lado só é
1092 mais difícil de carregar também, mas na medida em que esse ano se aproxima do final eu vou
1093 carregar essa mochila com uma alça só, porque as Unidades de Conservação, nós
1094 conseguimos e conseguiremos implementá-la com recursos que crescem e que são
1095 arrecadados coletivamente por estrita base legal. Eu quero agradecer à Ministra, a todos os
1096 senhores conselheiros, em especial ao que eu chamei de ímpeto, determinação, criatividade e
1097 inteligência do Valmir Ortega e de nossa parceira, a Caixa Econômica. Muito obrigado.

1098
1099 *[palmas]*

1100
1101 **Adão Laslowski (Mestre de Cerimônia)**

1102
1103 Eu convido a excelentíssima Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, para a sua
1104 manifestação.

1105
1106 **Ministra Marina Silva (Ministra do Meio Ambiente-MMA)**

1107
1108 Eu quero cumprimentar meus colegas de mesa Dr. Wilson Risolia, vice-presidente de Ativos de
1109 Terceiros da Caixa. Dr. Carlos Augusto Borges, vice-presidente de transferência de benefícios
1110 da Caixa. Meu companheiro, Marcus Barros, presidente do IBAMA. Meu companheiro João
1111 Paulo Capobianco, Secretário de biodiversidade de floresta. Nosso jovem e muito articulado
1112 diretor do IBAMA, Valmir Ortega. Quero cumprimentar o Secretário executivo, Dr. Claudio
1113 Langone. Nosso Secretário de Qualidade Ambiental, Victor Zveibil. Quero cumprimentar a
1114 todos os conselheiros mais uma vez, agora diante dessa solenidade tão importante que nos dá
1115 esse instrumento tão necessário e eficiente para o gerenciamento dos recursos da
1116 compensação, quero homenagear aqui alguns conselheiros. Quero cumprimentar todos os
1117 conselheiros representantes da sociedade civil na pessoa da Zuleica Nycz da APROMAC aqui
1118 do Paraná, que nos recebe nessa oitava Conferência das Partes. O setor empresarial na
1119 pessoa da Dra. Patrícia Boson, da Federação da Indústria de Minas Gerais. Quero
1120 cumprimentar os representantes dos governos no caso federal, estadual e municipal aqui que
1121 às vezes temos alguns representantes, na pessoa da Dra. Alexandrina Sobreira da ABEMA.
1122 Quero cumprimentar do governo federal, na pessoa do Dr. Giovane da Casa Civil. Do
1123 Ministério Público na pessoa do Dr. Saint Clair. E cumprimentar também a todos aqueles
1124 nossos parceiros que estão trabalhando a frente dessa agenda da criação, da implementação e
1125 da viabilização dos recursos de unidades de conservação na pessoa do companheiro Maurício
1126 Mercadante que fez ainda a pouco uma excelente apresentação sobre o nosso Plano Nacional
1127 de Áreas Protegidas. Acho que uma dessas questões muito importantes que a gente precisa
1128 ressaltar aqui é essa parceria entre Ministério do Meio Ambiente/IBAMA e a Caixa Econômica.
1129 Criando uma ferramenta que inova em vários aspectos, principalmente porque é um fundo de
1130 investimento restrito de longo prazo e que tem como objetivo desonerar os empreendedores da
1131 obrigação da execução direta das ações de compensação ambiental. Isso cria agilidade e faz
1132 com que se possam ter melhores resultados. E que as empresas, os empreendedores possam
1133 também ver de forma mais ágil o resultado dos recursos que destinam para a compensação
1134 ambiental. Também permite aos órgãos ambientais aplicar os recursos com maior
1135 previsibilidade. Acho que somos capazes de estabelecer muito claramente, objetivamente, os
1136 recursos que dispomos para a implementação das unidades de conservação, agiliza o
1137 planejamento que fazemos e até possibilita planejar. Os benefícios são inúmeros, posso citar
1138 aqui alguns deles. Com esse instrumento, nós podemos garantir a rentabilidade dos recursos
1139 da compensação, até porque nós queremos fazer com que esses recursos também sejam uma
1140 das "galinhas de ovos de ouro" da nossa agenda de implementação. É o uso da capacidade da
1141 Caixa Econômica Federal na implementação de um conjunto de serviços que muitas vezes nos
1142 é muito penoso de realizar. A Caixa tem uma grande experiência, como foi muito bem
1143 mencionada pelo Ortega, enfim, pelo seu vice-presidente. No sentido de que a sua larga
1144 experiência nos possibilitará maior agilidade. E uma questão que é fundamental: a
1145 transparência. A sociedade inteira fica nos cobrando e muito atenciosa, inclusive, as empresas
1146 em relação à destinação, o uso desses recursos. Essa é uma ferramenta inteiramente
1147 transparente. E com certeza, ela não deve se limitar apenas a essa parceria do IBAMA e
1148 Ministério do Meio Ambiente. Ela vai ser também uma referência para os Estados, para os
1149 municípios. Os recursos da compensação destinados aos Estados e municípios poderão contar
1150 com ferramenta semelhante e a Caixa tem a subprefeitura que estará apta a também 20

1151 realizar essas parcerias com os Estados e com os municípios. Eu quero saldar o esforço do
1152 IBAMA na pessoa do seu presidente e a quem nós temos uma verdadeira “pororoca” de coisas
1153 boas e encontramos: a MOP 3, a Oitava Conferência das Partes, essa apresentação que foi
1154 feita do Plano Nacional das Áreas Protegidas e agora essa ferramenta importante. Certa vez
1155 eu perguntei para a minha mãe, como é que os passarinhos aprendiam a voar. E a minha mãe
1156 disse que aprendiam a voar, voando. E isso foi algo que me marcou muito. Porque eu acho que
1157 a gente está aprendendo a voar, voando, aprendendo a andar, andando, parece óbvio e muito
1158 simples. Mas eu acho que a sabedoria se esconde mesmo é atrás da obviedade, da
1159 simplicidade. Porque de um lado o Marcus relatou aqui, a angústia do IBAMA legítima em ter
1160 instrumentos para promover a implementação. E do outro lado, também a angústia do nosso
1161 secretário de biodiversidade de que possamos promover a criação de unidades de
1162 conservação. E se nós fossemos parar de criar, para criar as ferramentas para implementar ou
1163 se nós fossemos apenas criar sem criar as ferramentas para implementar nós estaríamos
1164 esquecendo, eu particularmente, da lição da minha mãe de que a gente só aprende a voar,
1165 voando. E nós fomos fazendo isso no caminho. E acho que estamos agora com um resultado
1166 muito importante. O Brasil já tem o seu mapa dos biomas, o Brasil já aprovou por decreto do
1167 presidente as áreas prioritárias da área de conservação da biodiversidade que orienta toda a
1168 criação das nossas unidades de conservação. O Brasil é detentor de 85 milhões de hectares
1169 de unidades de conservação, 100 milhões de hectares em terras indígenas. Na Amazônia nós
1170 acabamos de criar 15 milhões de hectares de unidades de conservação, semelhante ao Estado
1171 do Acre, o meu estado que tem também 15 milhões de hectares e desses 15 milhões de
1172 hectares de unidades de conservação. Posso dizer que representa nesse esforço cerca de
1173 32% de tudo o que já foi criado em unidades de conservação nesses três anos da nossa
1174 gestão. E também dizer que o Ministério do Meio Ambiente vem fazendo esse esforço em
1175 parceria com vários atores. Os governos estaduais, os governos municipais e principalmente a
1176 sociedade civil que acompanha esse trabalho, acompanha esse esforço contribuindo em
1177 diferentes frentes. Na frente da denúncia, da crítica legítima em parceira, fraterna na
1178 elaboração e apresentação de sugestões. Em vários momentos contamos com essa importante
1179 contribuição e porque não dizer na sua implementação. De sorte, presidente Marcus Barros,
1180 parceiros da Caixa, Secretário João Paulo, meu companheiro Valmir Ortega, conselheiros e
1181 conselheiras. Para mim é um momento de celebração. Celebração, porque eu não me canso
1182 de dizer: tudo o que nós estamos fazendo aqui se cruza com as nossas diretrizes. De
1183 fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente. De termos uma política voltada para a
1184 promoção do uso sustentável dos nossos recursos naturais naquilo que eu chamei de diretrizes
1185 de desenvolvimento sustentável. Uma política ambiental integrada que dialogue com os
1186 diferentes setores de governo. E uma política que seja orientada por um forte controle e uma
1187 forte participação dos diferentes segmentos da sociedade. Nos últimos três anos foi um
1188 trabalho intenso de lançar as sementes. Elas já germinaram, já deram uma boa árvore e agora
1189 nós começamos a colher muitos frutos. Fruto principalmente da determinação de que nós não
1190 iríamos fazer pirotecnia ambiental. De que nós iríamos trabalhar processos estruturantes. E de
1191 que esses processos estruturantes, eles irão para além da nossa gestão. Assim como as
1192 coisas estruturantes que foram feitas pelos governos anteriores estão, digamos assim, para
1193 além de suas gestões. Isso é o que importa no serviço público. Para concluir, quando
1194 estávamos compondo aqui a mesa, eu me ative ao fato de que o presidente da Caixa se
1195 chama Jorge Mattoso, que o presidente do IBAMA se chama Marcus Barros. E de que a
1196 Ministra se chama Marina. De forma que nós temos aqui uma boa combinação entre Barros,
1197 Matos e Marcus para homenagear esse importante esforço do IBAMA, do Ministério, da Caixa
1198 Econômica e principalmente daqueles que querem ver as nossas unidades de conservação
1199 implementadas. E querem ver os nossos recursos naturais a nossa biodiversidade os nossos
1200 biomas protegidos, muito obrigado.

1201

1202 **Adão Laslowski (Mestre de Cerimônia)**

1203

1204 Agradecemos à presença de todos e damos por encerrada a solenidade de lançamento.
1205 Informando que a Ministra do Meio Ambiente, excelentíssima Sra. Marina Silva. O presidente
1206 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Sr. Marcus
1207 Barros. E o vice-presidente de transferência de benefícios da Caixa Econômica Federal, o Sr.
1208 Carlos Augusto Borges concederão uma entrevista coletiva aos representantes da imprensa.
1209 Uma boa tarde.

1210

1211 (retorno – período da tarde)

1212

1213 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

1214

1215 Nós vamos retomar a Plenária e pedimos que a equipe do CONAMA convide, por favor... o
1216 pessoal do CONAMA, da equipe... por favor, convidar os conselheiros para retornar para o
1217 auditório para a gente dar início à Plenária. Nós recebemos aqui antes de iniciar a Plenária foi
1218 nos pedido aqui para dar dois avisos breves. Aliás, três avisos. O gerente do IBAMA pediu para
1219 dar uma informação rapidamente aqui. Nós ainda não retomamos a Plenária enquanto os
1220 conselheiros estão retornando para o auditório, nós vamos pedir que se o gerente do IBAMA
1221 estiver aqui presente dê a informação que está querendo. Também o Marino está aqui. O
1222 Marcílio também do Setor Florestal tinha pedido para dar uma informação e a conselheira
1223 Patrícia Boson. Eu vou pedir para a gente iniciar, porque com a manifestação deles aqui, a
1224 gente sabe que aí o Plenário vai retomando, através da presença dos conselheiros.

1225

1226 **Marino Gonçalves (IBAMA/PR)**

1227

1228 Boa tarde a todas e a todos. Na realidade é só para dar um aviso. É que nós temos nessa
1229 questão da COP, nós temos diversos eventos associados. E um dele está realizando
1230 justamente aqui próximo daquele olho, no prédio do olho. Vocês estão vendo aqui nesse
1231 museu, cuja entrada é pela entrada principal logo à frente, acessamos aqui e temos todo esse.
1232 É uma exposição de Reinhard Maack. Esse cidadão alemão, ele esteve visitando o Estado do
1233 Paraná na década de 20 e 30. E já naquela... de 1926 até 1934, ele desceu dois grandes rios,
1234 o rio Tibagi e também o rio Ivaí. E ali ele registrou com fotos e filmagens naquela época, todo o
1235 processo de expansão tanto na questão ambiental do Estado do Paraná e ocupação do Estado
1236 do Paraná nessas bacias. Ele é muito significativo e esse evento aqui, ele conta com a parceria
1237 do IBAMA, superintendência aqui do Estado do Paraná, mais o governo estadual e também a
1238 consultoria ambiental, Lobo-Guará que reúne esse acervo. É muito importante, muito
1239 significativo, acho que vale a pena. Ali nós temos condições de verificar, por exemplo, qual foi a
1240 trajetória de supressão da floresta com a Araucária, que hoje é um dos grandes temas no
1241 Estado do Paraná, principalmente. E que esse ecossistema está bem ameaçado com menos
1242 de 1% da sua cobertura original. Então é isso, um convite para que vocês não percam. Na
1243 realidade vai ficar até o dia 2 de abril, mas dando uma brechinha, é só chegar e visitar lá, muito
1244 obrigado. Dr. Nilo, o senhor tem a palavra.

1245

1246 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

1247

1248 É só para consertar que desde o dia 13 de março. Aproveitando, inclusive, a presença do
1249 presidente do IBAMA aqui. Que nós tivemos uma mudança importante no caso de status de
1250 gerentes do IBAMA. Agora são superintendentes do IBAMA em cada Estado. O Marino não é
1251 gerente, é superintendente do IBAMA do Paraná. E nos escritórios onde a gente tinha o
1252 gerente dois, passam a ser agora gerentes. Gerência dois passa a ser gerências do IBAMA e a
1253 gerência um passa a ser superintendência. Correto?

1254

1255 **Marcílio Caron Neto (Setor Florestal)**

1256

1257 Usando o espaço livre. Eu gostaria de fazer um manifesto de repúdio sobre o assunto que eu
1258 vou acabar de relatar. Na madrugada do último dia 8 de março, duas mil mulheres do
1259 movimento internacional denominado Via Campesina, invadiram o horto florestal da fazenda
1260 barbaner de propriedade da Aracruz Celulose S.A. Situada em Barra do Ribeiro, no Estado do
1261 Rio Grande do Sul. E após render o encarregado da segurança da empresa, destruíram cerca
1262 de 1 milhão de mudas de eucalipto prontas para o plantio e depredaram totalmente o
1263 laboratório de pesquisa, destruindo sementes e materiais genéticos desenvolvidos nos últimos
1264 vinte anos. Além de registros, documentos e equipamentos. As mudas de eucaliptos destruídas
1265 são resultado de um amplo programa de pesquisa e desenvolvimento, conduzido pelo setor de
1266 florestas plantadas com o apoio dos órgãos de pesquisa públicos e do centro de pesquisas
1267 associadas às Universidades que resultou em espécie de eucalipto de alta produtividade.
1268 Colocando o Brasil a frente de todos os demais países produtores de madeira com a
1269 competitividade imbatível no mercado internacional. Assim, esse ato de vandalismo irracional,
1270 além de afrontar o direito de propriedade, destruiu o trabalho sério de cientistas brasileiros que
1271 produzem mudas também destinada aos pequenos, médios produtores rurais, participando de
1272 programas de fomento florestal. E num dos municípios em franco desenvolvimento no Estado
1273 do Rio Grande do Sul em pelo menos mais de 8 estados do país. Os setores de florestas
1274 plantadas e as atividades de transformação da madeira das indústrias de celulose e papel,
1275 siderurgia, carvão vegetal, painéis de madeira, produtos de madeiras sólidos e móveis são hoje
1276 parte integrante da economia nacional. Gerando e mantendo cerca de 2 milhões e 500 mil
1277 empregos, recebendo 8,5 bilhões de reais em tributos e exportando 2 bilhões de dólares
1278 anualmente. Com práticas ambientais sustentáveis, atividades certificadas, amplos programas
1279 de responsabilidade social e elevação dos Índices de Desenvolvimento Humano dos
1280 municípios envolvidos. Com investimentos recentemente em diversos Estados da federação, o
1281 setor desenvolverá projetos de grande porte nos próximos anos em várias regiões do país.
1282 Integrando a vocação agrícola da terra gaúcha, convocação industrial daquele Estado.
1283 Transformando a madeira em produtos de alto valor agregado gerando empregos e tributos.
1284 Injetando recursos nas economias municipais, tornando o Estado um pólo de produção de
1285 exportação desses produtos. No momento em que a economia brasileira se prepara para
1286 retomar aos caminhos do desenvolvimento, a ABRAF, Associação Brasileira dos Produtores
1287 de Florestas Plantadas, que congrega e representa o setor florestal de plantadas e as
1288 respectivas cadeias produtivas, integradas em todo o país, repudia o ataque planejado e
1289 realizado contra o horto florestal de Aracruz no Estado do Rio grande do Sul. Que atinge
1290 frontalmente todo o setor e traz risco de uma escalada de ações semelhantes pelo país. A
1291 ABRAF acredita nas autoridades constituídas e espera das mesmas a apuração das
1292 responsabilidades pelo atentado. Prevenindo a repetição de atos, de violência semelhantes,
1293 reafirma sua confiança nas instituições democráticas e na sociedade organizada. De modo que
1294 se possa ser mantido o programa de investimento do setor, dedicado a gerar empregos e
1295 recursos nas comunidades locais. Promovendo o desenvolvimento da economia nos Estados e
1296 do país de modo socialmente justo e ambientalmente correto. Essa era a colocação que nós
1297 gostaríamos de fazer sobre esse fato lamentável que aconteceu no Rio Grande do Sul.
1298 Obrigado.

1299

1300 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

1301

1302 Apenas esclarecendo que nós abrimos apenas para informes rápidos. Ainda tem a Dra.
1303 Patrícia Boson e aí a gente retoma a Plenária.

1304

1305 **Patrícia Boson (CNI)**

1306

1307 Boa tarde a todos. Eu gostaria de aqui convidar todo o Plenário presente, a mesa, para que
1308 participe conosco de um seminário Biodiversidade a Capital e Uso para a Conservação. Ele vai
1309 acontecer amanhã, dia 17 de março, lá na Universidade da Indústria. Eu vou deixar o
1310 prospecto do evento lá fora para quem se interessar. E desde já, já passo à mesa para que ela
1311 se sinta convidada. Vai ser um importante debate. Teríamos, inclusive, encerraremos com um
1312 coquetel. E a abertura da exposição Biodiversidade a Capital, que eu gostaria que todos
1313 pudessem estar presentes, obrigada.

1314

1315 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

1316
1317
1318
1319
1320
1321
1322
1323
1324
1325
1326
1327
1328
1329
1330
1331
1332
1333
1334
1335
1336
1337
1338
1339
1340
1341
1342
1343
1344
1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352
1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364
1365
1366
1367
1368
1369
1370
1371
1372
1373
1374
1375
1376

Está previsto para amanhã às 14 horas, a partir das 14 horas. Vamos trabalhar para a gente amanhã estar concluindo a Plenária mais cedo se possível, vencendo todos os temas de pauta, de tal forma que a gente possa prestigiar esta atividade.

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

Retomando então a nossa pauta, vamos abrir agora para comentários, debates relativos à apresentação do Plano Nacional de Áreas Protegidas. E a recomendação que foi projetada seria interessante que ficasse projetada na tela. Nós já temos a inscrição da CNI e a inscrição do conselheiro Rodrigo. Passo a palavra então à CNI, creio que a conselheira Patrícia. Conselheira Patrícia, nós abrimos já o debate sobre o PNAP e estou lhe transferindo a palavra.

Patrícia Boson (CNI)

Primeiramente em relação à resolução, a recomendação em relação ao plano. Eu acho que pode até haver um equívoco. No sentido que o documento que está anexo, ele denomina plano. Ele não denomina outra coisa, o documento anexo chama Plano Nacional de Áreas Protegidas. Então o documento anexo, ele deve pelo menos mudar de nome. A gente deveria colocar, princípios, diretrizes, objetivos, estratégias contidas no documento elaborado pela Secretaria de Biodiversidade em cooperação para subsidiar o Plano Nacional. Porque ele não é o Plano Nacional de Áreas Protegidas. Ele então o corrige, eu acho que deve ser corrigido o nome o do documento que está anexo, para que não haja nenhuma confusão. Eu não poderia também deixar de comentar, esse documento que está aí anexo com o nome de plano na apresentação que foi feita, eu fiquei um pouco assustada com o processo e vou dizer por que. Eu sou conselheira no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e representando o setor industrial. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou recentemente, todos os senhores sabem, o Plano Nacional de Recursos Hídricos. E foi impressionante o processo de consulta feito para a formulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos. E não foi um processo de consulta no sentido: de fizeram uma peça e foram consultar as pessoas, não. A consulta a partir da elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O plano Nacional foi feito a consulta para a elaboração. Tudo foi construído junto com a sociedade e sem nenhuma discriminação. Foram ouvidos o setor usuário da água, o setor ambiental, os movimentos sociais e o poder público na mesma medida sem nenhuma discriminação. Então me assusta essa consulta da forma como foi colocada, não tem o MEDIC, não tem o Ministério do Turismo, não tem o Ministério de Ciências e Tecnologia, não tem nenhum representante do setor empresarial quando daquela sociedade civil. Na consulta tem só a questão da FIESP. Enfim, eu fiquei muito preocupada com isso. Quando a gente vai lá no plano mesmo, propriamente dito, e vê os princípios e as diretrizes desse documento, que não é plano, que está ajudando. Fala nos princípios, o setor empresarial comparece a todo momento. Interface da biodiversidade biológica sócio cultural, os aspectos econômicos. Aparece em todo o momento, inclusive, na parte que é preciso dar sustentabilidade técnica e financeira. Ou seja, é preciso ter desenvolvimento sócio-econômico para que se tenha desenvolvimento sustentável. E nunca o setor empresarial comparece com a mesma força e medida com que foi feito o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Eu como participo lá do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, enquanto representante do setor empresarial e participo aqui... eu fico, às vezes, achando que existem dois Ministérios no meio ambiente. Um Ministério que cuida da agenda azul, que é o Ministério que não discrimina o setor empresarial. É um Ministério que escuta o setor empresarial, trabalha junto com o setor empresarial. Tiveram mais de não sei quantas oficinas do setor usuário na construção desse Plano Nacional com ampla participação de setor empresarial. E na agenda marrom e verde, a gente não consegue perceber esse respeito, essa participação, esse cuidado com o setor empresarial. Não é só em relação a essa questão. Mas o simples fato, por exemplo, do que aconteceu lá, com o caso que o Dr. Caron acabou de relatar aqui, não se vê um manifesto de repúdio, de uma invasão, de uma quebra de uma coisa de pesquisa. A própria Conferência Nacional de Meio Ambiente, que eu vou falar mais tarde, também houve uma discriminação com o setor empresarial. Então, eu gostaria que: já que estamos recomendando a elaboração desse plano com base em algumas diretrizes, princípios e critérios, que fosse incluído nessas diretrizes princípios e critérios, uma participação mais respeitosa e mais ativa do setor empresarial. A gente está cansado do papel de só pagar a conta. A gente quer participar da programação da festa também e não só pagar a conta. Obrigada.

1377
1378
1379
1380
1381
1382
1383
1384
1385
1386
1387
1388
1389
1390
1391
1392
1393
1394
1395
1396
1397
1398
1399
1400
1401
1402
1403
1404
1405
1406
1407
1408
1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417
1418
1419
1420
1421
1422
1423
1424
1425
1426
1427
1428
1429
1430
1431
1432
1433
1434
1435
1436
1437

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

Conselheiro Rodrigo.

Rodrigo Agostinho (VIDÁGUA)

A minha fala era sobre esse outro assunto, mas em virtude do apresentado pela colega da CNI, Dra. Patrícia, eu gostaria de fazer algumas ponderações. Ficou bem claro na apresentação do Maurício Mercadante, que o plano não é um plano acabado. E todo mundo que trabalha com planejamento sabe que o planejamento, ele é construído e reavaliado permanentemente. Nesse caso também ficou claro que nós temos aqui um plano essencialmente político. E que apesar de tudo que já foi construído, do amplo debate, das consultas públicas que foram feitas, novos acordos serão necessários no sentido de definir as metas, orçamento. A gente sabe que os órgãos ambientais não têm hoje os recursos necessários, a fazer frente a toda necessidade de criação de unidades de conservação, de consolidação das já existentes. Então nesse sentido, eu faço aqui a defesa da manutenção na proposta de recomendação, de que nós estamos sim, diante de um Plano Nacional de Áreas Protegidas. Conforme foi discutido amplamente pelas Câmaras Técnicas de Unidades de Conservação e pela própria Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, onde essa discussão também aconteceu. Reconheço aqui como membro da sociedade civil que realmente não é o plano mais ideal, não é o plano completo. Não é o plano que tem um orçamento, que tem um prazo para se esgotar suas ações, suas atividades. Mas é um poderoso instrumento no que diz respeito a nossa Política Nacional de Unidades de Conservação. E vou mais além: se o Ministério do Meio Ambiente assim entendesse, esse plano não precisaria vim aqui nesse conselho. Ele está sendo submetido aqui nesse conselho como mais uma forma de democratizar a Política Nacional de Unidades de Conservação, a Política Nacional de Áreas Protegidas. E nesse sentido, eu vejo a importância que é o Ministério trazer toda essa discussão para o Conselho Nacional do Meio Ambiente. Nós aqui, não estamos discutindo o conteúdo do plano, isso também já foi colocado pelo Nilo. Nós estamos aqui fechando um ciclo inicial da elaboração do plano, na sua esfera política, de diretrizes, princípios, objetivos tanto gerais como específicos. Para a gente poder caminhar para um segundo momento que é um segundo momento de acordo. Onde as unidades da federação, os municípios, o setor empresarial, as ONGs. Todo mundo vai ter que sentar para acordar em quanto tempo esse plano vai ser executado, da onde virão os recursos, como isso vai se inserir no plano plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então nesse sentido, eu faço aqui a defesa que nós estamos sim avaliando o Plano Nacional de Áreas Protegidas mais no seu enfoque político e não no seu enfoque operacional, como bem colocado pelo representante do Ministério, o Maurício. Era só por enquanto.

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

Conselheiro Capobianco, depois conselheira Cristina Yuan.

João Paulo Capobianco (MMA)

Obrigado Langone. Conselheiros e conselheiras, eu acho que o Agostinho já fez uma intervenção importante. E nós temos que de fato ter todo o cuidado para que não basta ser, ser tem que parecer também. De não fato não há nenhum interesse nenhuma disposição, nenhuma orientação para desconsiderar o setor empresarial de forma alguma. E se isso transpareceu de imediato aqui, deixar claro que não é esta a intenção. Mesmo porque diferente do Plano Nacional de Recursos Hídricos, como foi bem colocado aqui, nós não estamos aprovando um plano, nós estamos aprovando um processo. Aprovando, recomendando a elaboração, a instituição do plano. Evidentemente que esse é um processo acumulativo que deve seguir, ele deve ser construído de forma participativa, o setor empresarial é o ator fundamental. Eu queria propor na tentativa se de se buscar, talvez um ajuste que possa até já de antemão contemplar a preocupação apresentada aqui pela Confederação Nacional da Indústria e pela sua representante, seria para ele dar uma alternativa de texto, de recomendação, inclusive, resolvendo a questão do anexo, essa questão que foi colocada. Então a proposta que nós gostaríamos de apresentar seria a que está aí. O Artigo 1º: *“recomendar ao poder executivo federal que institua um Plano Nacional de Áreas Protegidas, PNAP, para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas, 25*

1438 *ecologicamente representativo, efetivamente manejado e integrado às paisagens terrestres e*
1439 *marinhas mais amplas até 2015. Observado a decisão 7/28 da Convenção sobre Diversidade*
1440 *Biológica. E com a deliberação das Conferências Nacionais de Meio Ambiente, 2003, 2005 e*
1441 *de promoção e igualdade racial de 2005. Artigo 2º: “recomendar a criação de uma comissão*
1442 *executiva do Plano Nacional de Áreas Protegidas com a participação e colaboração de*
1443 *representantes dos setores do governo federal, do governo distrital, estaduais e municipais,*
1444 *dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, do setor empresarial e da sociedade civil*
1445 *com a atribuição de definir metas e mecanismos de implantação do PNAP, ouvido o CONAMA,*
1446 *a SEPRIR e a FUNAI”.*

1447

1448 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1449

1450 Conselheira Cristina.

1451

1452 **Maria Cristina Yuan (CNI)**

1453

1454 Boa tarde. Já houve aí uma diferença, uma mudança total do encaminhamento com
1455 apresentação de uma proposta substitutiva, mas ainda assim eu gostaria de fazer algumas
1456 ponderações. A primeira delas é em relação... como agora a colocação feita pela conselheira
1457 Patrícia Boson, de que sociedade civil somos todos nós. nós exercemos funcionalmente
1458 funções do poder público pelo setor privado, mas todos somos cidadãos deste país. Então eu
1459 acho que é importante para todas as políticas públicas e já até enfatizando as palavras do
1460 presidente do IBAMA, quer dizer, não existe aí uma intenção do governo de uma ação de
1461 comando e controle, e sim uma gestão participativa sempre defendida pela Ministra Marina
1462 Silva, de que então todos os segmentos envolvidos sejam sempre convidados a participar do
1463 processo de discussão e estou vendo que consta aí do Artigo 2º. Especificamente em relação
1464 também ao Artigo 2º que eu estou lendo agora aí, rapidamente. Essa questão de uma
1465 comissão executiva do PNAP, a idéia seria o quê? Acompanhar a implementação do plano ou
1466 elaborar o plano? Eu acho que talvez coubesse aí uma melhor especificação, qual seria a
1467 função dessa comissão. Porque a comissão executiva aparece aqui no plano. E só também
1468 fazer uma questão aí de que o governo realmente não precisaria se pretende publicar um
1469 decreto, mas isso não tem sido a forma de atuação do governo. O governo sempre tem
1470 procurado consultar a sociedade, seja para a implementação de um Plano Nacional de Áreas
1471 Protegidas, um Plano Nacional de Política Nacional de Recursos Hídricos, de Política Nacional
1472 de Resíduo e Soja, de Plano Nacional de Saneamento. Nós temos que só na nossa área,
1473 ambiental, uma série de exemplos nesse sentido. É por isso que nós nos sentimos com
1474 mandato suficiente para propor e dialogar nesse Plenário, qualquer contribuição em relação ao
1475 PNAP. Eu só gostaria também de colocar já, quer dizer, eu não entendo muito bem por que foi
1476 apresentado esse substitutivo, considero o texto bastante razoável, mas permanece uma
1477 dúvida em função do que foi colocado pelo Nilo, antes da interrupção para que se fosse
1478 lançado o fundo de compensação ambiental. Rodrigo, não está em discussão o anexo. E se
1479 esse anexo contém, vamos dizer assim, a dimensão política do plano. Na apresentação que foi
1480 feita sobre o tema se falou de uma dimensão política, de uma dimensão operacional. E que
1481 esse anexo se construiria na dimensão política, eu acho que cabe sim a gente discutir. Se
1482 estamos definindo quais são os objetivos, diretrizes estratégias, enfim, foi dito que isso foi
1483 discutido em conjunto pela Câmara Técnica de Unidades de Conservação e pela Câmara
1484 Técnica de Assuntos Jurídicos. Mas nós que somos do Plenário, eu especificamente, vários
1485 outros conselheiros, possivelmente, não como membros dessa Câmara Técnica, gostaríamos
1486 também de ter a oportunidade de analisar e discutir a dimensão política desse plano. E depois
1487 até, posteriormente, a dimensão operacional. Eu gostaria também de enfatizar que mesmo que
1488 se retire na recomendação a menção a esse anexo, mas esse anexo resulta aí de um longo
1489 trabalho de discussão, que nós que somos conselheiros do CONAMA tivéssemos a
1490 possibilidade de discutir, avaliar e até se for o caso encaminhar sugestões. Porque passou pela
1491 Câmara Técnica, acho que cabe a nós também, demais membros, julgarmos e avaliarmos. E
1492 também insistir então que nós integrássemos essa comissão de diversos segmentos
1493 representados no CONAMA.

1494

1495 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1496

1497 Conselheiro Maurício Lobo.

1498

1499 **Maurício Lobo (Governo do Rio de Janeiro)**

1500

1501 A minha posição seria tentar entender esse substitutivo. Eu tinha recebido um pouquinho
1502 antes, mas eu não tive tempo para apreciar com muito detalhe. Com a proposta que está aí,
1503 quer dizer, acaba se extinguindo todo o trabalho feito com aquele anexo que propõe as
1504 diretrizes e as metas do plano. Me parece significativo ter essas metas, senão a gente perde
1505 um pouco o sentido de estar analisando. Quer dizer, as metas que a gente observou na
1506 Câmara Técnica e eu acompanhei com meu grupo de trabalho representando o próprio
1507 CONAMA. São metas bastante amplas, não há nada de definido, não há muita questão, me
1508 parece polêmica no sentido de questionar a proposição que foi colocada. Então eu vejo que
1509 carece o impasse. Eu não sei se é interesse do Ministério apresentar simplesmente isso aqui,
1510 mas aí acaba perdendo um pouco a função que eu estava entendendo da proposição de um
1511 Plano Nacional de Áreas Protegidas, teriam minimamente o direcionamento apresentado pelo
1512 Conselho Nacional do Meio Ambiente. Se for simplesmente para referendar sem conhecer
1513 metas e estratégias, está deixando de fazê-lo. Agora, também a gente não queria transformar
1514 isso numa coisa detalhista de voltar termos de... não repetindo reuniões que já são aí, diversas.
1515 Mas eu creio que como a própria Câmara Técnica de Unidades de Conservação pôde fazer
1516 pequenas alterações, coisas muito simples que a gente conseguiu apresentar ali, eu creio que
1517 talvez fosse mais lógico, mais certo ter um anexo ou ter as diretrizes, para estar minimamente
1518 apresentando se é o caso, que o CONAMA está submetendo a sua aprovação ou a sua
1519 recomendação de criação do plano, com as diretrizes que o CONAMA estaria apreciando.
1520 Então me parece, no meu entendimento, talvez para entender um pouco melhor.

1521

1522 **João Paulo Capobianco (MMA)**

1523

1524 Qual seria a proposta então dessa?

1525

1526 **Maurício Lobo (Governo do Rio de Janeiro)**

1527

1528 Eu acho que recomendar a criação da comissão nas bases das diretrizes, metas não, as
1529 diretrizes apresentadas então. Então se for o caso, a gente repassar essas diretrizes para dar
1530 uma vista geral, se houver o destaque, aprovar. Agora, se sentir que a coisa é muito complexa,
1531 a pessoa vai comentar um errinho de português, o detalhe da coisa, eu acho que, também não
1532 coubesse. Eu volto a dizer, que ela foi apreciada pela Câmara de Unidade de Conservação no
1533 aspecto técnico e foi apreciada em certo sentido, pela de Assuntos Jurídicos no aspecto legal.
1534 Então me parece existir ilegalidade nenhuma, nem questões técnicas muito controversas,
1535 nessas metas, nesse plano, nesse plano das diretrizes que apresentamos. E tentar acrescentar
1536 isso daí.

1537

1538 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1539

1540 Conselheira Patrícia.

1541

1542 **Patrícia Boson (CNI)**

1543

1544 Diante dessa nova proposta colocada, eu acho que a coisa caminha para uma solução melhor,
1545 mais adequada. Eu só quero reforçar a questão da comissão executiva. Eu acho que a
1546 executiva fica meio em aberto, eu não sei se é para acompanhar depois de pronto ou se é para
1547 participar da elaboração. E aí eu insisto, já que é um produto do próprio Ministério do Meio
1548 Ambiente, que se use como referência a construção do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
1549 Que foi uma coisa bastante concentrada por toda sociedade. E, portanto, factível, viável. Não
1550 vai cair em discussões na barra da justiça nem nada por aí. Porque foi um acordo social,
1551 verdadeiramente feito. É um modelo que deve ser seguido e copiado, porque deu certo, é um
1552 modelo bom. Então, eu acho que essa questão da comissão executiva, talvez dá uma redação
1553 que seja para a elaboração, esse é um ponto. O outro ponto é: o anexo se citado, e aí eu não
1554 vou entrar na discussão se deve ou não deve ser citado. Ele se citado, não pode ter esse
1555 nome. Porque eu acho que é um equívoco. Se o plano está pronto e se o Poder Executivo tem
1556 todo o poder para poder referendá-lo e aprová-lo e colocar sem discutir na sociedade, nós
1557 estamos perdendo o nosso tempo aqui. Então vamos acabar com a discussão. O plano está
1558 pronto, o Poder Executivo quer, ele tem competência legal para fazê-lo, faça. Ele como anexo,
1559 não pode ser chamado como plano, porque ele não é plano, ele não está pronto. Ele é um 27

1560 termo que foi muito bem elaborado, que foi discutido bem ou mal, não me interessa, mas ele
1561 não é o plano. Então para que eu vou recomendar o plano se ele é o plano? Ele não é o plano.
1562 Ele é diretrizes para poder construir, ele contém alguns elementos já consensados, já
1563 discutidos para poder fazer esse plano. Outro ponto que está aí na resolução, e aí é uma
1564 questão de comunicado. Como se refere à consideração, à deliberações e a Conferência de
1565 2005. Eu, inclusive, me sinto obrigada, então, a colocar que a público, que o setor empresarial,
1566 120 que participaram lá como delegados no último dia da Conferência, no penúltimo dia.
1567 Deflagrado um processo de absoluta falta de respeito ao cumprimento do regimento interno. E
1568 vários fatos constrangedores ao setor empresarial, inclusive, de constrangimento físico. Muito
1569 dos nossos delegados tiveram que sair escoltados por 4 seguranças para não apanhar. Então
1570 diante disso, o setor empresarial não se retirou da Conferência, como alguns jornais falaram.
1571 Ficou na conferência até o fim para dar validade para ela. Mas ela não referenda os resultados
1572 da Plenária final. O setor empresarial não referenda às deliberações da Conferência Nacional
1573 de 2005. Não vou me alongar, os motivos disso estão aqui. E eu vou pedir ao pessoal de apoio
1574 ali que distribua ao Plenário os motivos pelo qual... então é só para dizer que já está constando
1575 isso para depois, posteriormente, não tenha discussões a respeito. Obrigada

1576
1577 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1578
1579 Conselheira Adriana Ramos.

1580
1581 **Adriana De Carvalho Barbosa Ramos (ISA)**

1582
1583 Boa tarde, Adriana representante das Entidades Ambientalistas de âmbito nacional. Eu gostaria
1584 de corroborar, quer dizer o que já foi dito aqui pelo Rodrigo Agostinho, eu entendo que nós
1585 estamos num momento de fechar o encaminhamento que não desconsidere todo o esforço que
1586 já foi feito na elaboração dessa parte do plano. Eu acho que a gente precisa reconhecer que a
1587 questão mais importante aqui é o esforço de instituir a necessidade de um plano e a diretriz
1588 política que este plano traz, em especial a da incorporação das terras indígenas, das terras
1589 quilombolas a um sistema áreas protegidas para um tratamento comum, junto com as
1590 Unidades de Conservação. Eu não sei se atende, quer dizer eu acredito que talvez esta
1591 proposta feita pela Confederação Nacional da Indústria e a gente chamar o documento, a
1592 íntegra do documento de diretrizes. O objetivo de estratégias fora o plano nacional de Plano
1593 Nacional de Áreas Protegidas talvez possa gerar um certo impasse. E agora eu acho que seria
1594 interessante se que a gente tivesse uma forma de pensar posteriormente. O trabalho dessa
1595 comissão que também não desconsiderasse esse documento, porque eu acho que eu não sei
1596 em que medida o documento como base pode ser utilizado no processo, desconheço como foi
1597 o processo de elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, mas acho que esse
1598 documento aqui já tem uma certa legitimidade a despeito de alguns segmentos não se sentirem
1599 totalmente contemplados, que qualquer processo de consulta é bastante razoável no resultado
1600 final, mas eu acredito que esse documento já foi uma grande legitimidade por todo o processo
1601 de consulta pelas oficinas que foram feitas, inclusive pela a participação desses grupos sociais
1602 que sempre tiveram instruído dessa discussão do Sistema Nacional de Unidade de
1603 Conservação. Eu gostaria de reforçar que este processo tem sim uma certa legitimidade e que
1604 agora a gente precisa repensar a inserção do CONAMA no processo, mas tem que
1605 desconsiderar o documento. Obrigada.

1606
1607 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1608
1609 Não temos inscritos, conselheira Cristina e depois o conselheiro Capobianco.

1610
1611 **Maria Cristina Yuan (CNI)**

1612
1613 Eu quero voltar e reiterar dois pontos, o principal deles diz respeito a esse acréscimo pedido
1614 pelo conselheiro Maurício em função de retornar o anexo, como parte dessa proposta de
1615 recomendação e que nesse caso no meu ponto de vista, o anexo também deveria ser
1616 aprovado pelo CONAMA. A menos que se faça menção de que se tratam de princípios,
1617 diretrizes, objetivos e estratégias elaboradas pela Secretaria de Biodiversidade. Quer dizer se
1618 for aprovada... documento do CONAMA, respaldado pelo CONAMA eu insisto então que o
1619 anexo também tem que ser aprovado pelo CONAMA, e eu não vejo nenhuma dificuldade nisso.
1620 Só não pode é ficar esta questão dúvida, se ao anexo faz parte ou não da proposta de 28

1621 recomendação, a meu ver o que a gente fez esses considerandos, evidentemente ele faz parte,
1622 evidentemente ele também tem que ser aprovado. Eu acho que este é um ponto então que nós
1623 deveríamos chegar a um acordo a esse respeito. Em relação a questão da participação do
1624 setor empresarial, eu só queria dizer que o conselheiro Capobianco falou não foi essa a
1625 intenção, a conselheira Adriana falou da questão de eventualmente um segmento ou outro não
1626 fica satisfeito, mas nesse plenário quer dizer até agora, nós tentamos procuramos atender a
1627 voz e colaboração de todos os segmento haja vista o exemplo das APP's, da proposta de
1628 resolução das APP's quando o texto base já havia sido provado, todos os conselheiros se
1629 lembram disso e segmentos da sociedade civil consideraram que não havia tido esses
1630 segmentos haviam sido suficientemente consultados. Apesar dos seus representantes terem
1631 participado do grupo de trabalho das câmaras Técnicas e etc., e são promovidos uma série de
1632 oitivas públicas nas diversas regiões do país, então é esse espírito que nós estamos
1633 pleiteando em base de todas as decisões do CONAMA, inclusive quando afetar outros
1634 segmentos que não da sociedade civil.

1635
1636 **João Paulo Capobianco (MMA)**

1637
1638 Eu queria ilustrar aqui um entendimento, porque na realidade eu estou vendo que... eu não
1639 vejo que as disposições são tão distante assim como aparentemente elas estão surgindo aqui.
1640 Veja bem, é muito diferente o que nós estamos aqui definindo, aprovando e propondo o que o
1641 CONAMA recomenda, portanto não ter que de fato aprovar, ter que cancelar o documento. É
1642 muito diferente do plano nacional de recursos é hídricos, eu acho que é uma comparação que
1643 não cabe. Porque não se trata aqui de aprovar um plano que estabelece uma operação do
1644 poder público e da sociedade a partir do momento em que foram efetivamente criado instituído.
1645 Se trata sim de com base no processo que foi bastante intenso e vários setores participaram
1646 ativamente, outros menos é verdade, certamente deveríamos e poderíamos talvez ter sido
1647 mais incisivos e mais convidativos nesse processo, mas o fato é que nós temos um conjunto de
1648 princípios, diretrizes e objetivos de estratégias que compõe o plano. Parte fundamental do
1649 plano, no entanto o que é aquilo que vai de fato gerar um debate, certamente muito importante
1650 a partir de agora, além daquele que foi essa etapa inicial vai ser justamente sobre esse mérito
1651 das metas, como está aqui e os mecanismos de implementação, porque as metas e os
1652 mecanismos de implementação vão traduzir e vão de fato dar a concretude a essa proposta.
1653 Nesse momento nós estamos propondo de forma muito clara, que os estabelecimentos das
1654 metas e os mecanismos de implementação que é o que vai dar eficácia ao plano, seja feito por
1655 uma comissão executiva com ampla participação inclusive do setor empresarial. Então são
1656 questões que a gente deveria relevar um pouco, agora de fato eu acho que resta, e aí
1657 presidente, a questão do documento de anexos, não faz sentido, Maurício está completamente
1658 correto, ao fazer uma proposta alternativa de que ao não aparecer os princípios de estratégia
1659 elaborada, de fato você estaria perdendo um trabalho importantíssimo que é essencial para
1660 que a gente tenha o plano e as metas, os mecanismos de implementação. Então eu faço uma
1661 consulta ao presidente, quer dizer, uma hipótese de atendimento da demanda seria que nós
1662 fizéssemos uma leitura, isso foi discutido na Câmara Técnica, nas duas que nós tivemos, se o
1663 Plenário julgar que importante fazer a leitura, aqui eu queria fazer destaques e ajustes, é uma
1664 questão de decisão de encaminhamento, o que de fato não pode acontecer é esse trabalho
1665 não ser aqui... não ser encaminhado para o Governo Federal para instituir o plano sem que ele
1666 seja efetivamente considerado. Então se para o CONAMA fazer isto, se os conselheiros
1667 entendem que para fazer isso tem que fazer um debate aqui detalhado disso, é uma decisão
1668 que tem que ser discutida no Plenário, agora de fato não podemos deixar de incluir no
1669 processo. Então, não sei qual vai ser o encaminhamento, não é?

1670
1671 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1672
1673 O entendimento da mesa é o seguinte, não se trata de uma resolução, se trata de uma
1674 recomendação, portanto, o que se está discutindo aqui é o texto da recomendação. O texto da
1675 recomendação pode fazer menção ao conteúdo do documento anexo, recomendando que em
1676 determinados pontos, que o Plenário considere que devem ser revisados, ou devem ser
1677 aprimorados, ou que devem ser reorientados, isso seja feito. Então, o encaminhamento da
1678 mesa é esse, que se traduza se eventualmente, principalmente distribuído com antecipação
1679 dos conselheiros, se eventualmente em alguns dos blocos das diretrizes houver divergência de
1680 conteúdo, se faça menção, recomendando que, em determinados aspectos esses assuntos
1681 sejam aprofundados, ou revistos, ou aperfeiçoados. Esse é o entendimento da mesa, uma 29

1682 vez que não se trouxe uma proposta de resolução estamos com uma proposta de
1683 recomendação, portanto, a recomendação pode fazer uma incidência sobre o conteúdo do
1684 documento anexo, recomendando que ele seja aperfeiçoado pelo Ministério que o elaborou.
1685 Conselheira Patrícia.

1686
1687 **Patrícia Boson (CNI)**

1688
1689 Primeiramente em relação ao anexo, ao documento base, é preciso informar que ele... não
1690 houve discussão do mérito dele lá na CTAJ, naquela reunião conjunta que aconteceu e
1691 resultou no encaminhamento dessa recomendação aqui no plenário, é preciso deixar isso
1692 muito claro, não houve discussão do conteúdo na CTAJ, na reunião da CTAJ. Bom, dito isso eu
1693 vim aqui mais para poder fazer uma proposta de redação que talvez a gente possa caminhar
1694 para um senso comum: é observar os princípios, diretrizes, objetivos e estratégias contidos no
1695 documento anexo, o nome do documento seria "*documento base para a elaboração do Plano*
1696 *Nacional de Áreas Protegidas*". E no parágrafo 2º colocar "*comissão de elaboração e*
1697 *acompanhamento*" e mais lá embaixo atrás *com atribuição de elaborar o PNAP incluindo sua*
1698 *dimensão operacional*", que aí entra tudo, entra parte de metas, entra parte de
1699 acompanhamento, ok? Quer que eu repita? Então no primeiro é "*observando princípios,*
1700 *diretrizes, objetivos... contidas no documento (anexo)*" e coloca entre parênteses "anexo", para
1701 poder colocar um nome. O nome dele é "*bases para a elaboração do PNAP*" e não plano do
1702 jeito que ele está sendo chamado. E embaixo no parágrafo 2º "*comissão de elaboração e*
1703 *acompanhamento*" tira esse executivo, "*do PNAP*" e embaixo "*com atribuição de elaborar o*
1704 *PNAP, incluindo sua dimensão operacional*". Obrigada.

1705
1706 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1707
1708 Conselheiro Capobianco. Depois o conselheiro Rodrigo. Maurício Lobo, perdão.

1709
1710 **Maurício Lobo (Governo do Estado do Rio de Janeiro)**

1711
1712 Gostaria de esclarecer que a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos não é do seu feitio, não
1713 entrou no mérito da questão, a questão técnica não cabe à Câmara de Assuntos Jurídicos, ela
1714 foi apreciada pela Câmara de Unidades de Conservação, que é a Câmara Técnica, inclusive
1715 fez algumas sugestões. Eu acho que nós estamos fugindo um pouco da condição e nós já
1716 votamos isso, que como houve uma reunião conjunta com as duas Câmaras, é claro que nós
1717 abrimos para que as questões técnicas pudessem vir de diversos setores, inclusive da CNI.
1718 Não houve nenhuma proposição de melhoria no texto, em nenhum momento. A todo momento:
1719 "Ah, não, vamos discutir", então eu acho que é o seguinte, eu acho que tem que encaminhar
1720 uma proposta que seja,... que recomendaria à mesa de tentar tirar sugestões efetivas sobre o
1721 texto, abrir um prazo que seria exequível e que a gente pudesse ter uma coisa, não de protelar
1722 um assunto dessa importância, no qual o CONAMA, estaria se posicionando sobre um Plano
1723 Nacional de Áreas Protegidas, tentar ver do texto o que de fato cabe tentar se aprovar no
1724 próprio texto e tentar ver se existem melhorias ou considerações, se existem alguma legalidade
1725 ou alguma consideração, nos diversos setores aqui representados, que possam contribuir para
1726 o texto, não havendo a gente leva adiante. Porque também a gente fazer, como tentar resolver
1727 isso aqui, basicamente, toda a base que são os princípios, diretrizes, estratégias do
1728 documento, a gente acaba deixando de fazer, eu volto a dizer o que eu tinha dito inicialmente,
1729 perder todo o trabalho feito, e voltar uma comissão de pessoas eleitas que depois vamos ter o
1730 mesmo problema posteriormente, vai voltar ao Plenário do CONAMA, para alguém dizer: "Olha,
1731 não foi amplamente discutido, a gente volta". Então, eu acho que o próprio Grupo de Trabalho
1732 já retomou um pouco o objetivo, o objetivo inicial desse Plano Nacional de Áreas Protegidas
1733 era trazer isso aqui, inclusive com metas, prazos e tal, que é uma coisa bastante complicada,
1734 tem um prazo realmente... tem que se maturar bastante isso. Agora, volto a trazer a reflexão da
1735 importância de não estarmos pensando no Plano de Áreas Protegidas, que envolvam só... não
1736 as Áreas de Unidades de Conservação, os Quilombolas, APPs, Reserva legal. Que a gente
1737 possa começar a pensar, sair um pouco da esfera das área protegidas, principalmente as
1738 Unidades de Conservação e pensar um conjunto. E não necessariamente isso vivendo a custa
1739 do setor produtivo, vamos dizer assim, mas que a gente possa elaborar um planejamento de
1740 uso de terra no Brasil, que possa contemplar essa importância. E vou falar um pouquinho sobre
1741 isso também, a gente às vezes tem muita visão, tem muito objetivo da questão da água, a
1742 questão da biodiversidade é muito pouco vista, as pessoas não consideram isso, 30

1743 infelizmente, espero que isso pouco a pouco, essa oportunidade de uma convenção de
1744 biodiversidade nesse momento, a gente vê o que a gente está perdendo com relação a isso.
1745 Então, eu acho que o objetivo desse plano tem esse sentido, senhor presidente, para ver se é
1746 possível conjugar essa estratégia, e abrisse um tempo, um espaço, apresentar a aprovação em
1747 bloco e moções por escrito. Se aí... e deixar um tempo, se aí sentir que há um sentido de
1748 protelar esse tipo de coisa, que eu imagino que não é o sentido desse Plenário responsável do
1749 CONAMA, a gente pode retornar, então, e voltar à questão alternativa. Agora nesse momento,
1750 nesse impasse, perde todo o trabalho feito e mesmo eu acho que perde a qualidade. A
1751 proposição de Áreas Protegidas para o Brasil.

1752

1753 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1754

1755 Conselheiro Capobianco.

1756

1757 **João Paulo Capobianco (MMA)**

1758

1759 Eu acho que nós podemos fazer um... buscar um caminho do meio. Veja bem, nós tivemos um
1760 processo, nós temos dez mil acessos às diretrizes objetivos e estratégias que foram
1761 apresentadas como diretrizes objetivos e estratégias para o Plano Nacional de Áreas
1762 Protegidas tivemos uma ampla participação, 3400 pessoas acharam o plano em seus
1763 computadores para análise e eu acho que nós temos aí um trabalho acumulado importante,
1764 entendendo a preocupação da representante da CNI, o que eu estou entendendo é que
1765 aparentemente há uma contradição, porque o plano... quer dizer, isso não é o plano, o plano é
1766 muito mais do que isso, está certo? Agora o que... entre esta constatação que todos nós
1767 concordamos e a proposta de desconsiderar que este projeto debatido faz parte do plano, ou
1768 seja, seria... nós teríamos que voltar ao sistema lá, do Ministério do Meio Ambiente, que
1769 fizemos a coordenação do processo e dizer o seguinte: "Olha, caiu um botão, esqueçam",
1770 certo? Aqueles que participaram, na verdade, é o seguinte: agora um grupo de doze ou treze,
1771 sei lá, quatorze ou quinze, eles é que vão fazer. Aí nós vamos ter que ter outra consulta, não
1772 é? Na verdade tem que tomar cuidado com tudo isso aí, quer dizer, uma questão é
1773 compreender a preocupação da... de quem aqui colocou, da CNI, sob dois aspectos: primeiro,
1774 de que uma proposta concreta de que o Plenário se manifeste sobre o documento. O
1775 entendimento da mesa é que para esta manifestação aqui no Plenário, os membros
1776 conselheiros deveriam se manifestar e dizer: "Olha, em tal ponto nós queremos fazer um
1777 ajuste, uma mudança, fazer um procedimento". Esse é o encaminhamento, está certo?
1778 Considerando o que foi distribuído Agora nós temos que achar uma forma de compatibilizar a
1779 preocupação da CNI, que é legítima, sem jogar no lixo o trabalho que foi feito. Eu acho que
1780 esse é o desafio, então, nós estamos aqui, a Adriana Ramos estava buscando fazer uma
1781 redação alternativa, eu acho que a gente podia quebrar um pouco a cabeça aqui, o Agostinho
1782 vai falar, não vai?. Então, enquanto o Agostinho fala aqui, a gente tenta quebrar e fazer uma
1783 nova redação que traz e que justamente a gente consegue achar o caminho do meio aí.

1784

1785 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1786

1787 Conselheiro Rodrigo, com a palavra.

1788

1789 **Rodrigo Agostinho (VIDÁGUA)**

1790

1791 Novamente eu venho aqui colocar que o meu entendimento é que nós temos sim um plano, um
1792 plano político. Nós não temos a dimensão operacional disso mas nós temos um plano político,
1793 como foi o aprovado na conferência de Johannesburgo, um plano de implementação, mas que
1794 também não tinha de onde vinham... de onde vai vir o dinheiro para pagar a conta, enfim, de
1795 tudo aquilo que pretende fazer. Nós temos aí sim uma meta, que é a criação de um sistema
1796 representativo de Unidades de Conservação até 2015, que é a meta acordada pelo Governo
1797 Brasileiro. Então, nós temos um plano em sua dimensão política, isso precisa ficar bem claro.
1798 Não é um plano completo, não é um plano que todos os segmentos da sociedade se enxergam
1799 nele, mas é sim, um plano, que passou por uma consulta pública ampla. Eu tive a oportunidade
1800 de participar dessa consulta, muitas outras pessoas, muitos segmentos, todos aqueles que
1801 tiveram interesse puderam participar, foi controlada a entrada de quem quer que seja dentro
1802 desse processo, esse processo foi amplo foi aberto. Pode não ter ido lá na bacia hidrográfica
1803 como foi o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que teve toda uma consulta, um 31

1804 processo de chegar em cada Estado e avaliar os planos de estaduais. Até porque os Estados
1805 não possuem planos estaduais de Unidades de Conservação. É um processo um pouco
1806 diferente, nós não temos aqui o que os Sistema Nacional de Recursos Hídricos têm, que são o
1807 Comitês de bacia. Aqui a lógica é um pouco diferente e não vale essa comparação, a nossa
1808 proposta é que sejam aprovados... “Os princípios, diretrizes, objetivos e estratégias do Plano
1809 Nacional de Áreas Protegidas”. É isso que nós estamos avaliando, nesse sentido nós não
1810 demos desmerecer todo o processo que já foi feito, todo o processo que já foi construído. Isso
1811 para mim é inaceitável é você brincar com a população, é você chamar a população com uma
1812 instrução e dizer: “Olha, agora o Conselho vai mudar, o processo não foi como a gente acha
1813 que deveria” Em respeito a todo processo, a todo mundo que participou disso, desde os
1814 especialistas lá atrás que construíram as primeira diretrizes até realmente, as pessoas que
1815 estão trabalhando com Unidades de Conservação, que se desprenderam nessa tarefa, é que a
1816 gente coloca nesse sentido nós temos sim um plano, não um plano completo, até porque
1817 dificilmente a gente vai conseguir que seja um plano exatamente de todas as fontes de
1818 recursos, enfim todas as opções políticas, para que aquelas ações, aquelas estratégias sejam
1819 implementadas, isso precisa ficar bem claro também.

1820
1821 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1822
1823 Conselheiro João da CNA, depois a Patrícia da CNI.

1824
1825 **João Carlos de Carli Petribu (CNA)**

1826
1827 Boa tarde a todos, João Carlos, eu sou membro dessa Câmara Técnica de Unidades de
1828 Conservação e Demais Áreas protegidas e tentou se discutir esse plano nacional. Eu tenho
1829 duas coisas para colocar aqui e isso eu apresentei durante a reunião da Câmara Técnica e eu
1830 coloquei como um defeito de uma forma como o texto foi nos apresentado. O texto foi entregue
1831 aos membros da Câmara Técnica na quarta-feira de cinzas, dia primeiro, para discutirmos na
1832 terça-feira. Desculpa, eu recebi dia primeiro, o texto eu recebi dia primeiro e o que foi colocado
1833 também, até outros membros da Câmara Técnica que lá estavam presentes de tentar discutir o
1834 texto durante a Câmara Técnica e também não foi aberta. Somente o representante do
1835 Ministério da Defesa, que conseguiu apresentar algumas propostas de inclusão no texto foram
1836 aceitas só que eu como representante de uma entidade de classe, eu não posso vir a Brasília e
1837 tentar discutir um plano que pode afetar todo os meus colaboradores da CNA. Eu não sou
1838 contra o texto, eu coloquei isso durante a reunião, não sou contra o texto, mas também não
1839 posso ser a favor porque eu não tive tempo hábil de apresentar, então, não tivemos tempo
1840 hábil na Câmara Técnica também, em discutir esse texto.

1841
1842 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1843
1844 Conselheira Patrícia.

1845
1846 **Patrícia Boson (CNI)**

1847
1848 Eu acho que está havendo uma confusão conceitual em duas vertentes nas colocações aqui.
1849 Primeira questão, do documento que está anexo, e conceitualmente plano. Ele não é um plano,
1850 por quê? Ele não tem diagnóstico, todo plano começa com estado real da situação que você
1851 quer planejar não se pode planejar nada se você não tem a situação atual daquilo que você
1852 quer agir. E eu entendo que um plano nacional, um plano de qualquer temática, em qualquer
1853 sistema, ele tem que ter conteúdo mínimo. O conteúdo mínimo é: diagnóstico, cenários para o
1854 futuro, aí você constrói as diretrizes, você constrói os programas, os projetos e faz as metas,
1855 isso é do plano. E eu tenho meio plano ou, plano não-ideal, ou eu tenho um plano, ou eu tenho
1856 um número suficiente de dados para começar a fazer um plano, e eu não tenho meio plano,
1857 como não tem meia gravidez, não existe isso. Então isso não é um plano, é a primeira coisa,
1858 não é um plano. Ele não é, porque falta elementos conceituais básicos basta pegar alguém no
1859 início da carreira de planejamento para saber que não é um plano, então ele precisa mudar um
1860 nome, porque ele não é um plano. Segundo... se ele fosse plano, inclusive, não precisava
1861 tanta recomendação, porque nós já tínhamos um plano. Então esse é o primeiro ponto
1862 conceitual que está errado. A segunda vertente errada, que foi até colocada pelo conselheiro
1863 Capobianco, é de que nós estamos desconsiderando. De jeito nenhum, existe um trabalho,
1864 bem ou mal, foi feito, tem um conteúdo, tem consenso já em alguns pontos e ele tem que 32

1865 ser considerado sim, ele deve ser considerado temos que achar uma redação que diga isso.
1866 Então essa proposta que apareceu agora que a comissão vai dar continuidade, a coisa fica
1867 parecendo que o plano já está pronto, ele não está, eu nem consigo imaginar, embora tenha
1868 algumas diretrizes, algumas coisas, eu não consigo nem imaginar como é que se conseguiu
1869 estabelecer diretrizes sobre fatos que você desconhece. Você só pode estabelecer diretrizes
1870 depois de um diagnóstico. Precisa primeiro tirar o retrato da situação, porque senão as
1871 diretrizes que... quem escreveu as diretrizes tem a visão dela, da diretriz e não da situação
1872 como um todo. Então é preciso primeiro a gente conceituar o que está anexo e o que é plano?
1873 Não é um plano que está anexo, essa é a primeira coisa. E segundo deixar muito claro,
1874 ninguém aqui está com a proposta de desconsiderar o que está anexo, mas o que está anexo
1875 não é plano. Então nós temos que achar uma redação e que considere o trabalho que
1876 considere o trabalho que está anexo, mas que fique muito claro que isso não um plano, tanto
1877 não é que nós estamos recomendando fazer.

1878
1879 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

1880 Está inscrito Secretário Langone, em seguida o Sérgio da FBCN e o Gustavo.

1882
1883 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

1884 Vou me colocar na condição de conselheiro aqui, dialogar com o Plenário. Primeiro para dizer o
1885 seguinte, nenhum setor de políticas públicas no país promove tanta consulta pública quanto o
1886 setor ambiental. O setor de Infra-estrutura ou o setor de Políticas Econômicas Industrial ou o
1887 setor de Agricultura promovesse um um décimo da consultas públicas que o setor Ambiental
1888 faz, nós teríamos políticas muito mais satisfatórias no país, não é praxe desses setores de
1889 fazer esse tipo de consulta. Segundo eu quero dizer que o SNUC é um sistema bastante jovem
1890 e que nós temos que debater se queremos fazer avançar o SNUC ou não? Porque há um
1891 debate de fundo no país que marca tensões nessa discussão, elas podem aparecer. Há uma
1892 ADIn do Governador de Santa Catarina propondo a revogação da lei do SNUC; há uma ADIn
1893 propondo o fim da compensação ambiental, há outra ADIn propondo que a compensação
1894 ambiental se restrinja a 0,5%, há várias ADIn's aqui em Santa Catarina para impedir criação
1895 das UC's de Araucária. Há várias ações, inclusive de ameaça de morte no Amazonas, para
1896 reverter a decisão de criação dos seis milhões e meio de hectares de Unidades de
1897 Conservação recentemente criadas pelo Presidente. Essas são todas tensões legítimas
1898 porque, na verdade, há pretensões sobre o uso dessas áreas para outras discussões e quando
1899 o país toma decisões como estas a gente está dizendo que essas áreas são prioritárias para
1900 conservação, em detrimento de outros usos. Veja o caso da ampliação do Parque Grande
1901 Sertão Veredas, há mais do que duplicação. Houve uma posição explícita eu reuni com o
1902 Governador da Bahia junto com o Capobianco, o Governo da Bahia disse: "Esta área é uma
1903 área prioritária para a produção de soja na Bahia, porque nós temos ali nós a melhor
1904 pluviosidade do Estado", nós dissemos: "Mas, ali estão nascentes importantes, a bacia de São
1905 de Francisco que é a da Bahia de (?), de uma maneira muito aguerrida", então a nossa opinião,
1906 e nós chegamos a um consenso no Estado é de que nós devemos fazer a duplicação. E acho
1907 que há diferenças no processo de consulta, mas não é desprezível o processo de consulta com
1908 o acesso de 10 mil pessoas. Eu quero dizer aqui, João, que a prorrogação de 10 dias no prazo
1909 de consultas públicas, foi tomada a decisão por mim, porque houve solicitações de várias áreas
1910 do setor empresarial. Quero registrar inclusive, a manifestação da conselheira Adriana que
1911 disse: "Nós deveríamos dar condições iguais para todos. Porque os outros setores das
1912 entidades cumpriram o prazo, portanto, há uma diferenciação para quem não cumpriu o prazo
1913 e quer apresentar depois. Nós estamos usurpando da Câmara Técnica Temática, porque na
1914 Câmara Técnica Jurídica não cabe debate de mérito e a Câmara Técnica Temática disse: "É
1915 correto, façam a dilatação de 10 dias do processo de consulta pública, e foi isso que foi feito. E
1916 foi correto porque a lei das contribuições do que nós já tínhamos recebido, para citar o setor de
1917 (?), por exemplo da Fiesp, nós recebemos excelentes contribuições da (?) que é uma entidade
1918 que tem quê uma entidade que tem fortes interesses nessa discussão têm desenvolvido uma
1919 interlocução muito efetiva conosco, como a CNI e outras entidades empresariais em relação à
1920 questão da compensação ambiental e da política nacional de áreas protegidas. Portanto, eu
1921 quero ressaltar aqui a importância de que se faça um debate considerando essas tensões o
1922 que primeiro nós digamos o seguinte: se nós queremos dar esse passo a mais, ou não, na
1923 conservação do SNUC. Há posições, não sei se aqui dentro do CONAMA, mas há posições
1924 muito fortes no país, que não querem a consolidação do SNUC. Nós queremos a 33
1925

1926 consolidação do SNUC. Segundo, se nós devemos ou não reconhecer independentemente da
1927 diferença de metodologia houve um processo participativo porque 10 mil acessos no conjunto
1928 de contribuições foram apresentadas em grande parte incorporadas, devem ser consideradas.
1929 Se nós tratarmos esse texto como um texto que não serve para absolutamente nada, ou seja,
1930 não vamos tratar ele como as diretrizes que embasam o processo e que devem prosseguir, e
1931 nesse processo que deve prosseguir essas tensões vão aparecer. Essas tensões vão aparecer
1932 porque com o volume de áreas, Unidades de Conservação criadas nesse país, agora, as
1933 Unidades de Conservação serão criadas elas vão colidir com outros órgãos. Ou não estão
1934 colidindo aqui no Paraná e em Santa Catarina? Estão colidindo. Ainda há aqui quem ache que
1935 nós devemos preservar essas áreas para exploração comercial da araucária e esse debate foi
1936 para a justiça. É legítimo que se faça esse debate, mas é uma questão forte, inclusive chegou
1937 em alguns casos aqui no patamar de enfrentamento físico. Nós entendemos que se deve
1938 avançar considerando esse texto como diretrizes e que deve apontar que o processo seguinte
1939 deve ser aprofundado com ampla participação, considerando como outros setores não
1940 consideram, que estas questões venham para a mesa. Porque em área de significativa
1941 relevância para proteção da biodiversidade, ninguém consulta o setor ambiental, para devastar
1942 a área e pôr lá uma área que poderia ser uma Unidade de Conservação ou uma Atividade
1943 Agrícola Industrial. Não há processo de participação efetiva quando o setor ambiental faz
1944 para... para cumprir a lei inclusive, proteger essas áreas considerando que são áreas
1945 relevantes e que se não forem protegidas agora, poderão ser perdidas para frente. E aí se for
1946 necessário, eu concluo com isso, deve aflorar aqui, quais são as divergências de mérito em
1947 relação ao documento que está na mesa, porque as divergências de mérito em relação ao
1948 documento que está na mesa não foram expressas no processo de consulta, e não foram
1949 expressas no debate da Câmara Técnica. E portanto, se há divergência de mérito, elas devem
1950 aparecer aqui ou para que alguém proponha que o CONAMA rejeite a recomendação ou para
1951 que alguém proponha que o CONAMA aprofunde, aperfeiçoe a recomendação, dizendo:
1952 "Sobre aquele ponto, deve-se aprofundar o debate, porque não há consenso, porque
1953 determinados aspectos não foram considerados". Agora, embargar a riqueza do texto, sem
1954 explicitar no conteúdo, as divergências, poderia aparecer uma manobra de (?). E nós como
1955 Ministério não consideramos que face ao desafio que nós temos na implementação do SNUC
1956 deveríamos ser manobra (?). Porque nós estamos num momento muito importante, de
1957 consolidação da política de áreas protegidas no país. Seja pelos dados em relação à criação,
1958 seja pelas políticas referentes à consolidação do sistema no âmbito federativo, com Estados e
1959 Municípios, ou seja, no processo de revisão da metodologia da compensação ambiental, ou o
1960 Ministério não tomou decisão junto com o IBAMA? De enfrentar e dizer que a metodologia que
1961 estava sendo aplicada, exercida e desenvolvida no IBAMA, que levava à uma aplicação de
1962 2,9%, dos empreendimentos para compensação devia ser revisado? E não abrimos um
1963 processo efetivo de diálogo com setor empresarial, com setor da sociedade civil e outros
1964 setores para rever a metodologia e estamos apresentando agora com um nível de pactuação
1965 muito elevado, uma metodologia? E nós temos aqui coragem de dizer, significará a redução do
1966 percentual em relações à metodologia anterior, atendendo ao pleito que era colocado de que,
1967 nós precisávamos corrigir algumas coisas no processo de cálculo da metodologia e do
1968 percentual de compensação, como por exemplo a consideração que era feita na
1969 metodologia, que nós consideramos equivocada, que contabilizava os investimentos em
1970 performance ambiental dos empreendimentos como parte do investimento ideal e portanto que
1971 levava o empreendedor, a quanto mais ele investir na performance ambiental do seu
1972 empreendimento, mais compensação ele tinha que pagar. Então, esse processo, ele está em
1973 curso, ele está sendo fechado, e ele sendo fechado com todos os setores, inclusive o setor
1974 industrial. E nós vamos trabalhar para que a metodologia junto com a resolução de
1975 compensação, junto com as diretrizes do Plano Nacional de Áreas Protegidas, seja
1976 composição de parte desse processo de superação do SNUC. E é esse debate que nós
1977 queremos que o CONAMA faça neste momento e que nós estamos decidindo aqui, que tipo de
1978 recomendação nós vamos fazer em relação ao Plano Nacional de Áreas Protegidas.

1979

Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)

1980

1981

Sérgio, por favor.

1982

1983

Sérgio Annibal (FBCN)

1984

1985

1986

Bom, de certa forma eu estou até concordando com todo mundo, pode parecer uma 34

1987 coisa... Eu acho que não tem na verdade essa contrariedade, a não ser que eu... Eu acho que
1988 esse problema todo é uma contrariedade técnica e aqui infelizmente a gente tem na coisa
1989 ambiental uma generalidade da palavra “plano” e uma generalidade da palavra “política”. Eu
1990 acho que todas essas atribuições desse plano realmente não é um plano. E aqui, quando se
1991 colocou a palavra, o próprio Agostinho falou: “É um plano político.” E aí eu acho que uma das
1992 formas de conciliar... Áreas protegidas, você na verdade tem dois conjuntos: que são áreas de
1993 real biodiversidade no senso estrito da biodiversidade e tem duas outras áreas que são uma
1994 discussão complicada que particularmente, eu, por exemplo, não gosto de um *apartheid* com
1995 áreas indígenas e eu não gosto de um *apartheid* com áreas quilombolas. Eu acho que não
1996 existe. Você protege alguém, e aí eu vou citar até a Ministra, e você não vai proteger. Você vai
1997 proteger seu filho ou vai fazer ele estudar? Não basta criar a gente tem que fazer com que as
1998 áreas sejam incluídas. Se você fizer uma proposta no seguinte: que se colocasse isso como
1999 política, como um grande marco político e que se propusesse metas de planejamento de um
2000 estudo mais aprimorado de planejamento dividindo o planejamento nos quatro grandes
2001 conjuntos que são unidades - eu compreendo a idéia do Maurício Lobo de fazer uma grande
2002 política abrangente -, mas na verdade esses quatro conjuntos são conjuntos relativamente
2003 muito diversos, principalmente quando você inclui dois conjuntos que são de agrupamentos só
2004 sociais e étnicos. Então, a proposta seria de colocar e fazer uma aprovação desse trabalho
2005 todo que foi feito, não como um plano, mas como uma política de desenvolvimento de áreas
2006 protegidas e, aí considerando os quatro conjuntos, e que se fizesse um estudo num prazo
2007 menor com um planejamento específico para cada um dos quatro conjuntos.

2008
2009 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2010
2011 Obrigado Sérgio. Agora o Gustavo do Ministério do Planejamento.

2012
2013 **Gustavo Lino (MP)**

2014
2015 Boa tarde. Gustavo Lino do Ministério do Planejamento. Eu tenho uma proposta objetiva,
2016 gostaria que ela fosse colocada ali como Artigo 1º e em seguida gostaria de explicar. “Art. 1º:
2017 *Recomendar ao Poder Executivo Federal instituir o Plano Nacional de Áreas Protegidas*
2018 *observando o documento em anexo, que se denominará “Princípios e Diretrizes do Plano*
2019 *Nacional de Áreas Protegidas”*. Eu gostaria de explicar um pouquinho. É porque, efetivamente,
2020 o documento em anexo não é um plano. Um plano é um diagnóstico, uma sinalização aonde se
2021 quer chegar e as linhas de ação com comprometimento orçamentário, com comprometimento
2022 da execução, com metas, com objetivos específicos, enfim, com tudo aquilo que dá natureza a
2023 um plano. Em contrapartida nós não podemos desconsiderar o documento, que é um
2024 documento legítimo, e tem um alcance popular muito grande. Então, acredito que dessa forma
2025 fica contemplado. Nós tivemos essa mesma questão na CONABIO e foi assim que se resolveu.
2026 Obrigado.

2027
2028 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2029
2030 Nós temos inscrito ainda para fazer o uso da palavra o Maurício, CEBRAC; a Patrícia Boson,
2031 da CNI e Roberto Monteiro, Conselheiro Honorário. Nós vamos ouvir esses três conselheiros e
2032 a mesa propõe em seguida encaminhamento, nós vamos interromper as inscrições para
2033 encaminhamento.
2034

2035 **Maurício Galinkin (CEBRAC)**

2036

2037 Bom, eu comecei a trabalhar com planejamento na década de 60, mais especificamente em 65
2038 no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, e trabalhei no sistema de planejamento
2039 mineiro, trabalhei no sistema de planejamento nacional na Secretaria de Planejamento da
2040 República e acabei trabalhando também como Secretário de Planejamento de um município.
2041 Eu aprendi o que é plano, o que é programa, o que é projeto e eu estou percebendo que nós
2042 estamos fazendo uma confusão entre plano e programa. Um documento que contém
2043 princípios, diretrizes, objetivos e estratégias é um plano. Se a gente detalhar um pouco mais
2044 ele se torna um programa. Não vejo por que essa discussão semântica se é plano ou se é
2045 programa, porque pelo menos quando eu estudei, quando eu aprendi, quando eu trabalhei, saí
2046 do serviço público em 93, isso efetivamente se chamava plano. Se mudou, eu talvez esteja um
2047 pouco defasado, mas para mim que trabalhei trinta anos no Sistema de Planejamento Nacional
2048 de várias instâncias um documento contendo esses itens é um plano. Se nós detalharmos
2049 como vai ser executado, vira um programa e depois vira um projeto. São as escalas de
2050 detalhamento de um processo de planejamento, começa-se com esses quatro itens e depois
2051 vai se detalhando mais. Eu queria deixar esse depoimento no sentido de que, sim, trata-se de
2052 um plano. Se queremos um programa, então vamos fazer um programa a partir desse plano.
2053 Mas com esses quatro capítulos que foram colocados ele já se coloca como um plano. Um
2054 plano, como disse o Rodrigo, político, um plano de intenções, mas que é um plano.

2055

2056 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2057

2058 Obrigado Maurício. Patrícia Boson.

2059

2060 **Patrícia Boson (CNI)**

2061

2062 Primeiramente eu queria dizer que a Confederação Nacional da Indústria e o setor empresarial,
2063 em 1992 no Fórum do Rio, já se manifestou inteiramente a favor dessa proposta de, sempre, à
2064 formulação de políticas descentralizadas e participativas. E esse mesmo setor já se manifestou
2065 oficialmente e evidentemente ao colocar o modelo do Sistema Nacional de Gerenciamento de
2066 Recursos Hídricos, que é absurdamente descentralizado e participativo, como modelo ideal
2067 para a implementação de políticas públicas de maneira ampla em todos os setores. Então,
2068 concordamos com toda a fala do Secretário Langone a respeito. Segundo, que não há e não
2069 houve, eu torno a repetir, nenhuma discordância de mérito do anexo. A única discordância de
2070 mérito é o nome. É a única discordância. E aí eu quero falar com o Conselheiro Maurício: se é
2071 um plano eu proponho não discutirmos essa recomendação, porque a recomendação é pra
2072 recomendar a fazer um plano. Se ele é o plano, nós estamos aqui perdendo o nosso tempo,
2073 não precisamos fazer a recomendação. Nós vamos aprovar ou não um plano, porque ele é
2074 plano, ele já existe. Então, não precisamos recomendar fazer plano algum porque ele já existe.
2075 Então, não somos contra ao conteúdo do anexo, não tem nada subentendido ou que não foi
2076 esclarecido, nada disso. A única discussão de mérito a respeito é que não é bem um plano ou
2077 então falta dados minimamente para que ele se configure em plano. Porque o plano – se ele
2078 (Conselheiro Maurício Galinkin) já fez plano, ele sabe que se faz um plano a partir de um
2079 diagnóstico, não se faz plano sem um diagnóstico e o documento não tem um diagnóstico,
2080 então, ele não é plano. Então, é só essa questão do plano e a questão do parágrafo 2º que é
2081 aquela coisa de que a gente participe melhor, de maneira mais pró-ativa, mais participativa da
2082 elaboração dele. São as únicas questões que estão em discussão. Nada a respeito do
2083 conselho popular, nem fiz qualquer menção no que diz respeito ao que foi introduzido ali
2084 naquele conteúdo.

2085

2086 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2087

2088 Roberto Monteiro.

2089

2090 **Roberto Monteiro (Conselheiro Honorário)**

2091

2092 As minhas colocações podem até parecer bastante óbvias, embora eu não concorde com tudo
2093 o que a Dra. Patrícia colocou, a questão fundamental, está me parecendo, no momento em que
2094 se apresenta uma recomendação a se desenvolver um plano com base em diretrizes, critérios,
2095 princípios de um anexo há um constrangimento velado do Plenário se você aprovar essa 36

2096 recomendação sem haver uma discussão desses princípios, diretrizes e critérios que estão
2097 colocados. Está me parecendo que é quase como se fosse um cheque em branco. Não houve
2098 uma discussão. Não quer dizer que as pessoas são aqui contrárias a essas diretrizes, a esses
2099 critérios, esse padrão. Só que esse Plenário não discutiu e não examinou essa matéria. Eu
2100 acho que o que está passando no sentimento de cada um é exatamente essa necessidade de
2101 se abrir essa janela, de se discutir especificamente aquilo que pode foi apresentado e, em se
2102 confirmando que é um plano, como foi colocado pelo Galinkin, então não precisa
2103 recomendação. Ou se são critérios gerais, ou um *guide line* para o desenvolvimento do plano,
2104 cabe a recomendação, mas se aprofundar essa discussão eu quero crer que ela referendará,
2105 não haverá nesse Plenário nenhum óbice em referendar após efetivamente se perder uma
2106 meia hora, uma hora de discussão em cima do que se está constante nesse documento. Eu
2107 acho que isso é o que está constrengendo veladamente o coração de cada um.

2108
2109 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2110
2111 Cristina Yuan. Em seguida o Rodrigo, Alexandrina e nós estivemos ainda duas inscrições
2112 posteriormente à manifestação do Maurício Galinkin: do Miguel e do Capobianco.

2113
2114 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2115
2116 Ok. Cristina.

2117
2118 **Maria Cristina Yuan (CNI)**

2119
2120 Na verdade nós não estamos discordando na essência. O que começou a se discutir é se era
2121 um plano ou não. Então é o primeiro ponto que deve se esclarecer. Segundo, se é um plano, é
2122 como A Patrícia falou, não faz sentido logo no Artigo 1º falar: "Recomendar a criação a
2123 instituição de um plano...", porque se o plano já existe não precisa. Esta percepção de que não
2124 era um plano já veio como orientação da própria CTAJ junto com a Câmara Técnica Unidades
2125 de Compensação. A recomendação foi no sentido de criar o plano, instituir o plano. Então, eu
2126 acho que esse deveria ser o primeiro ponto que nós deveríamos abordar. E não sendo um
2127 plano tem que dar um outro nome para ele, que foi uma proposta de vários outros conselheiros.
2128 Como vai se chamar? O representante da Secretaria de Planejamento deu uma sugestão que
2129 não diverge muito da sugestão da Patrícia Boson ou de outros conselheiros. Então, eu acho
2130 que a gente pode convergir plenamente para isso. Quer dizer, o documento anexo é o quê?
2131 Documento-base para o critério... O nome não importa, desde que não seja plano. Porque não
2132 é um plano, apesar da colocação do Conselheiro Maurício, falta um diagnóstico. E isso passou
2133 a ser entendido por um certo momento como se nós estivéssemos desprezando o trabalho
2134 feito, tanto pela Secretaria, pelo Estado do Ministério do Meio Ambiente como depois, pelo
2135 Grupo de Trabalho e pelas câmaras técnicas o que não é verdade. É um trabalho de valor, isso
2136 vai ser incorporado durante a discussão e elaboração do plano. Então, esse é o primeiro ponto.
2137 Quer dizer, não é um plano e nós vamos discutir, então, como vai se chamar o anexo. O
2138 segundo ponto, que é o da questão do Artigo 2º, é se essa comissão executiva, ou como venha
2139 a se chamar, vai participar da elaboração ou não, ou se depois só vai acompanhar. Então, nós
2140 entendemos que como se trata de um processo de discussão de política pública participativa,
2141 como bem ressaltou o Secretário Langone, eu acho que faz sentido que uma comissão com
2142 representantes de todos os segmentos participem da discussão da elaboração aproveitando
2143 obviamente os princípios, diretrizes, objetivos e estratégias desse documento. Então, primeiro,
2144 não houve em momento algum demérito ao texto; segundo, a nova proposta é de respaldar o
2145 entendimento das câmaras técnicas de que não era um plano e por isso caberia uma
2146 recomendação para que o Governo Federal institua o plano apoiado nesse texto. Mas não dá
2147 para apoiar o texto de um texto que se chama plano. É contraditório, nós temos
2148 responsabilidade sobre a qualidade do texto que nós aprovamos. Então, eu não vejo
2149 dificuldade alguma e não há óbice nenhum em relação a isso.

2150
2151 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2152
2153 Próximo inscrito, Rodrigo Agostinho.

2154
2155 **Rodrigo Agostinho (VIDÁGUA)**

2156

2157 Primeiramente eu gostaria de dizer que eu não estou nem um pouco constrangido de não
2158 analisar o mérito, enfim, o texto. Porque já teve essa oportunidade. É a mesma questão em
2159 relação ao Zoneamento Ecológico Econômico de Rondônia, onde a gente analisou uma
2160 recomendação na última reunião. Não é atribuição do CONAMA aprovar ou não aprovar o
2161 zoneamento. É a mesma coisa como a gente está discutindo aqui o plano, já houve a consulta
2162 pública. A única questão nossa, a única... Por que o CONAMA foi provocado? Para que o
2163 CONAMA aprove ou não uma recomendação ao Poder Executivo Federal para instituir ou não
2164 o plano, poderia ou não estar em anexo. E nesse sentido, vou aqui defender a proposta original
2165 substitutiva do Ministério, que nem fazer referência ao anexo fazia e aí a gente acaba com
2166 essa polêmica. Eu tenho a certeza de que o anexo vai ser levado em conta quando da
2167 publicação do plano, tenho a certeza disso. Eu acho que a gente poderia aprovar a proposta
2168 original substitutiva que não faz referência ao anexo. No meu entendimento isso é plano sim,
2169 fecha com o Maurício. Não entendo que a gente tenha aqui que dizer exatamente de onde vai
2170 vir o recurso, como esse recurso vai ser aplicado até porque a gente não sabe nem quanto de
2171 dinheiro vai ter para as Unidades de Conservação nos próximos anos, a gente não sabe se o
2172 próximo governo vai ou não investir nesse setor, a gente não sabe quanto de dinheiro vai vir de
2173 compensações ambientais para isso. Existe uma incerteza, como é que a gente vai dizer
2174 quanto que vai ser aplicado em Unidades de Conservação se a gente não tem a mínima idéia?
2175 Agora, nesse momento de MOP-3, de COP-8 a gente simplesmente sair dessa reunião do
2176 CONAMA sem deliberar esse assunto, isso sim que cria constrangimento, cria constrangimento
2177 para o Conselho e para o Governo Brasileiro. Isso que nós não podemos aceitar. Então, eu
2178 fecho aqui com a redação original, aquela que está ali, que foi apresentada o substitutivo e que
2179 a gente possa caminhar adiante. Nós temos outras duas resoluções para serem debatidas
2180 ainda nessa sessão.

2181

2182 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2183

2184 Miguel.

2185

2186 **João José Miguel (APEDEMA)**

2187

2188 Boa tarde a todos. Desde a reunião da Câmara Técnica de Unidade de Conservação, à qual eu
2189 participava, eu sinto falta do debate acerca de áreas indígenas, de quilombos e, por sua vez,
2190 da implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que ora a gente fica aqui
2191 correndo atrás do rabo sem querer resolver, protelando. Então, eu queria informar que não é
2192 atribuição do CONAMA sequer discutir o plano. Segundo o Regimento Interno, no Artigo 2º,
2193 Inciso VIII, diz que "Acompanhar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de
2194 Conservação.", que está dentro desse plano. Acompanhar a implementação, não discutir
2195 conteúdo de plano. Isso a grave faz em outros fóruns específicos, não aqui no CONAMA.
2196 Então, eu queria propor que a Câmara Técnica já avaliou o mérito da questão e trouxe uma
2197 proposta debatida. E se ninguém leu a ata, eu queria informar que a votação das duas câmaras
2198 técnicas, Jurídica e de Unidade de Conservação, foi a de 8 a 2. Algo bastante representativo
2199 para ser trazido texto original para que a recomendação seja encaminhada adiante e a gente
2200 dê um passo adiante nessa questão. Dito isso, eu queria lembrar que o que rege o nosso
2201 comportamento aqui é a observação do Regimento Interno. Se não cabe a nós discutir plano,
2202 nem apresentar plano, somente acompanhar a implementação eu gostaria que a gente fizesse
2203 os trâmites de botar em votação, quem é contra vota contra e a gente em vez de discutir um
2204 planejamento para áreas protegidas devemos um dia vir aqui perder tempo discutindo um
2205 plano para a recuperação das áreas degradadas. Então, é melhor discutir gestão de unidades
2206 de conservação do que estar discutindo o passivo ambiental por falta de norma legal.
2207 Obrigado.

2208

2209 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2210

2211 Obrigado Miguel. Capobianco.

2212

2213 **João Paulo Capobianco (MMA)**

2214

2215 Eu acho que eu entendo o que as pessoas que me antecederam já colocaram, de fato eu
2216 concordo com os trâmites anteriores e, portanto, eu queria recolocar à mesa que a gente, na
2217 linha do que foi, inclusive o debatedor anterior ressaltou, que fosse posto em votação. Queria
2218 sustentar a emenda que nós apresentamos pelo Governo Federal com dois ajustes, apenas
2219 dois ajustes. Algumas pessoas nos procuraram dizendo que estavam entendendo que havia na
2220 redação um risco de se entender, não está claro, se instituir o plano para elaborar até 2015, ou
2221 se até 2015 teria que atingir a meta de um sistema abrangente de áreas protegidas. Então,
2222 para corrigir isso nós fizemos essa modificação: "Recomendar ao Poder Executivo Federal que
2223 institua... para implementação até 2015." Aí sim, um sistema abrangente. Só mudou de lugar o
2224 2015 para especificar que o objetivo é que a gente possa chegar em 2015 com sistema
2225 implementado. E no Artigo 2º a inclusão, a pedidos de toda a classe representante dos
2226 extrativistas que nos procurou muito motivados e querem participar desse plano, da elaboração
2227 do plano, incluir ali "Povos indígenas...", teria que pôr "De povos indígenas, de comunidades
2228 quilombolas, de comunidades extrativistas...". Fica um pouco mais amplo com a participação
2229 de um setor fundamental que, aliás, é responsável efetivamente pela implantação de uma
2230 parcela significativa das áreas protegidas do Brasil. Então é isso. Obrigado.

2231

2232 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2233

2234 Alexandrina.

2235

2236 **Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura (Governo do Estado do Pernambuco)**

2237

2238 Boa tarde a todos, Langone, Nilo, colegas conselheiros. Nós entendemos aqui, depois de todas
2239 as falas, principalmente do representante da APEDEMA e agora do Capobianco, que esse é
2240 um encaminhamento razoável. Só queria fazer duas ponderações que são importantes,
2241 principalmente nesse momento histórico que estamos vivendo aqui no Brasil. Primeiro, a
2242 pressão de uma convenção internacional não retira o direito do CONAMA de avaliar nenhuma
2243 proposta que nos é trazida. Em segundo lugar, uma consulta com dez mil, doze mil, quinze mil
2244 ela pode ser até mais legítima do que o CONAMA, mas se ela vem para aqui cabe ao
2245 CONAMA avaliar essas proposta. No caso específico, o plano eu acho que ele teve muitos
2246 percalços no seu processo de construção e que nós pudemos, se concordarmos que esse
2247 plano vai ser instituído sem mencionar o anexo, teremos a oportunidade de aprimorar e de
2248 avaliar algumas áreas aqui que eu vejo que inclusive já trata de competências. E o plano, de
2249 um modo geral, na minha ótica, ele não poderia mesmo na área de diretrizes, estabelecer o
2250 que o Conselho de Defesa Nacional, o que o Fundo, aliás, a Federação Nacional de Áreas
2251 Protegidas também vai fazer. Então, eu creio que temos que ter sempre em mente que o que
2252 vier para aqui a gente pode avaliar. E o acompanhamento regimental, esse sim deve ser feito
2253 sem nenhum problema. Então, eu não aceito a pressão da COP e aí olho diretamente para o
2254 Rodrigo, mesmo entendendo o momento histórico que a gente está vivendo. O que vier para
2255 aqui nós temos o direito legítimo de questionar, de acompanhar e de colocar pra frente
2256 conforme o entendimento de cada conselheiro. E eu pediria que a gente fosse adiante porque o
2257 assunto principal da pauta não começou. Muito obrigada.

2258

2259 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

2260

2261 Muito obrigado Alexandrina. Dando conseqüência à queixa justificada da Presidente da
2262 ABEMA em relação ao ponto alto dessa Plenária, que é o ponto seguinte, não desmerecendo o
2263 PNAP, vamos aos encaminhamentos. A mesa propõe que a gente encaminhe. Nós temos uma
2264 proposta apresentada pelo Secretário Capobianco, se entendi bem, a Conselheira Alexandrina
2265 está de acordo com essa proposta apresentada, temos luma proposta apresentada pelo
2266 Ministério do Planejamento, Dr. Gustavo Lino e temos também uma proposta apresentada pela
2267 Conselheira Patrícia Boson e da Cristina Yuan pela CNI. Portanto, a não ser que esteja
2268 escapando alguma outra proposta, tem uma proposta... O Maurício está retirando a proposta
2269 dele, a Adriana também está retirando a proposta. Então ficamos com basicamente duas
2270 propostas. É isso?

2271

2272 **Patrícia Boson (CNI)**
2273
2274 Nilo, por gentileza. Eu retiro a proposta em do parágrafo 1º.
2275
2276 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**
2277
2278 Certo. CNI retira a proposta em relação ao parágrafo 1º.
2279
2280 **Patrícia Boson (CNI)**
2281
2282 E acrescento das comunidades extrativistas no parágrafo 2º.
2283
2284 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**
2285
2286 Ok. Então, no parágrafo 2º, nesse caso, não há diferença. Certo?
2287
2288 **Patrícia Boson (CNI)**
2289
2290 Só acrescento “setor empresarial da sociedade civil e comunidades extrativistas”.
2291
2292 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**
2293
2294 Ok. Então, em relação ao segundo parágrafo a mesa não está registrando divergências. Está
2295 correto? Tem divergências? Tem. Então, temos duas propostas também em relação ao
2296 parágrafo 2º. Dr. Gustavo, Planejamento está retirando também a proposta? Então nós temos
2297 duas propostas. Eu peço que o pessoal da digitação encontre uma maneira de deixar na tela
2298 as duas propostas ainda que a leitura fique um pouco dificultada apenas para o Plenário poder
2299 ter uma visão das que estão prevalecendo. Nós vamos tentar encaminhar, então, uma decisão
2300 do Plenário em relação a essas duas propostas. O entendimento da mesa é que tem duas
2301 propostas. Pra facilitar, já que se tirou tantas propostas, vamos nos concentrar no que restou.
2302 O que restou é a proposta do Ministério do Meio Ambiente, Capobianco e... vamos fazer por
2303 parágrafos, certo? Então, nós temos duas propostas para o parágrafo 1º. Vamos decidir por
2304 parágrafo? A mesa pergunta se alguém no plenário discorda dessa proposta para o Artigo 1º
2305 da recomendação? Temos acordo com essa proposta? Podemos considerar aprovada? Não
2306 estou vendo ninguém se mexer no Plenário. Portanto, está aprovado. Esse Artigo 1º está
2307 aprovado.
2308
2309 *[palmas]*
2310
2311 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**
2312
2313 Vamos para o Artigo 2º. Então, no Artigo 2º é que nós temos duas propostas. É isso? Aquela
2314 original pode ser cancelada, vamos manter em tela apenas as duas que prevalecem uma do
2315 Ministério do Meio Ambiente, Capobianco e, aí sim, a outra da CNI. Correto? O ISA retirou.
2316 Primeiro eu quero saber com a CNI se está nos conformes a proposta apresentada para o
2317 Artigo 2º. É isso mesmo Patrícia? Eu pergunto ao Plenário se caberia uma defesa para cada
2318 uma das propostas para a gente submeter à votação já que não há consenso em relação ao
2319 Artigo 2º. O Plenário se sente esclarecido. Abrimos uma defesa para cada proposta. Está bem
2320 esclarecido? Podemos votar? A mesa ainda pergunta mais uma vez: não há possibilidade de
2321 acordo entre os dois textos? Não? Sempre procurando a negociação. Então, Vamos à votação.
2322 A proposta 1 do Ministério do Meio Ambiente; proposta 2 da CNI. Peço então a atenção dos
2323 conselheiros. Quem vota na proposta 1, do Ministério do Meio Ambiente, por favor levante o
2324 crachá de votação. Vamos tentar decidir por contraste. Pode abaixar. Os conselheiros e
2325 conselheiras que votam na proposta 2, da CNI, por favor levantem o crachá. Podem abaixar.
2326 Abstenções? Não há abstenções. Então está aprovada a proposta número 1, do Ministério do
2327 Meio Ambiente.
2328
2329 *[palmas]*
2330

2331 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2332

2333 Nós vencemos, então, esse item da ordem do dia e vamos passar ao segundo item, 5.2, que é
2334 o item da resolução que prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de
2335 lançamentos de efluentes previsto no Artigo 44 da Resolução 357 de 2005, procedência
2336 Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental reunida em 2 e 3 de fevereiro de 2006,
2337 relator é o Presidente da Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental e o mesmo
2338 transmite a palavra. Conselheiro Claudio Alonso tem a palavra.
2339

2340

Claudio Darwin Alonso (Governo do Estado de São Paulo)

2341

2342 É bastante simples. Basicamente a Resolução 357 prevê que num prazo de um ano seja feita
2343 essa complementação. A Câmara, em função dos novos regimentos, está tendo dificuldade
2344 extremamente grande de constituir novos grupos de trabalho. Não constituiu esse Grupo de
2345 Trabalho por problemas regimentais que foram alterados e está dificultando bastante, volto a
2346 dizer, o regimento está dificultando bastante o encaminhamento das câmaras. E, portanto, não
2347 constituiu o Grupo de Trabalho não cumprindo o prazo previsto da proposta de resolução que
2348 seria uma complementação. Dessa forma, apenas para manter uma certa coerência, nós
2349 estamos sugerindo isso porque não foi possível cumprir. O regimento está dificultando muito a
2350 atuação da Câmara.
2351

2352

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

2353

2354 Algum esclarecimento ao informe do Conselheiro Claudio Alonso?

2355

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

2357

2358 Consulto se há divergência em relação à proposta de prorrogação?

2359

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

2361

2362 Não havendo divergência podemos considerar aprovada a proposta de prorrogação de prazo
2363 para a complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes previsto no
2364 Artigo 44 da Resolução 357.
2365

2366

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

2367

2368 Passamos ao terceiro item de deliberação da nossa agenda que é a resolução de
2369 regulamentação do planejamento, recepção e aplicação das medidas compensatórias do Artigo
2370 36 da lei do SNUC, procedência da Câmara Técnica de Unidade de Conservação e demais
2371 áreas protegidas, apreciada em 14 e 15 de abril de 2005 nessa Câmara Técnica e na 23ª
2372 Reunião da Câmara de Assuntos Jurídicos em 19 de janeiro de 2006. Proposta de resolução
2373 será apresentada pelo presidente da Câmara Técnica de Unidade de Conservação,
2374 Conselheiro Maurício Lobo.
2375

2376

Maurício Lobo – (Governo do Estado do Rio de Janeiro)

2377

2378 Boa tarde mais uma vez senhores conselheiros. Vou fazer um breve relato de evolução dessa
2379 proposta de resolução, que já tem alguns anos. Dentro da Câmara Técnica, o próprio Plenário
2380 do CONAMA, sugeriu em 2002 a criação desse grupo de trabalho, visando regulamentar o
2381 planejamento, recepção e a aplicação das medidas compensatórias da lei 9985, a lei do SNUC.
2382 Então ainda em novembro de 2003, após a instituição desse grupo de trabalho, houve a sua
2383 primeira reunião e depois uma série de reuniões, inclusive, reuniões que mobilizaram
2384 normalmente mais de 100 pessoas, está aí o Dr. Ernesto, da Paraíba que foi o coordenador
2385 desse grupo de trabalho. Eventualmente mais de 100, 120 pessoas participaram, diversos
2386 setores, principalmente, o setor empresarial, muito interessado no tema e da própria sociedade
2387 organizada. Culminou com a sua aprovação em 17 de março de 2005 e encaminhado de
2388 imediato à Câmara Técnica de Unidade de Conservação e teve a sua aprovação em 15 de abril
2389 de 2005. Após entendimentos também do próprio CONAMA com a Câmara Técnica de
2390 Assuntos Jurídicos, fizeram medidas conjuntas para poder melhor determinar as ações
2391 relativas à legalidade dessa aplicação, porque vocês devem ter acessado o texto, o texto 41

2392 tem questões relutantes de definições, de condições anteriores à aplicação do plano. E
2393 resultou inclusive, nessa análise da Câmara de Assuntos Jurídicos da consideração de uma
2394 certa ilegalidade do decreto que regulamentou o SNUC, que foi o decreto 4340 de 2 de agosto
2395 de 2002. E foi então saído um novo decreto, editado um novo decreto número 5566 de 26 do
2396 10 de 2005. Isso foi culminando a aprovação, então, pela Câmara Técnica de Assuntos
2397 Jurídicos no início de janeiro desse ano. E volto a destacar a importância dessa resolução. Ela
2398 visa justamente regulamentar o planejamento, a aplicação desses recursos. Ela é uma parte,
2399 eu creio que o trabalho não está absolutamente concluído no sentido que tem formas de
2400 evolução, formas de poder melhorar o entendimento, a aplicação dessa legislação. Mas eu
2401 volto a dizer à você, que isso é uma obrigação do próprio CONAMA através da Câmara
2402 Técnica de Unidade de Conservação. Mas eu creio que ela conseguiu uma possibilidade de
2403 entendimento bastante interessante com o setor empresarial, com a sociedade civil organizada,
2404 com as ONGs, com os governos, os governos estaduais, municipais e o governo federal. Eu
2405 creio que ele está... é um patamar de avanço nessa lei tão importante e volto a solicitar, então,
2406 a defesa e a realçar mais uma vez a importância da lei que criou o Sistema Nacional de
2407 Unidades de Conservação. E como a lei que referenda... está aqui o Dr. Clarismino que
2408 participou da outra resolução do CONAMA, a 02 se eu não me engano, não é? Que já
2409 pioneiramente, já determinou a aplicação de recursos em empreendimentos para a área de
2410 conservação. Mas eu creio... é claro que ela foi evoluindo nesses anos todos. Eu tenho certeza
2411 que a lei do SNUC hoje, já é uma lei que tem uma condição, eu tenho certeza, nós vamos ter a
2412 oportunidade nesses dias aí em diversos eventos paralelos de poder apresentar o avanço que
2413 trouxe essa lei. O avanço que trouxe notadamente o Artigo 36 na sua implantação. Eu posso
2414 dizer a vocês, talvez como o Estado que tem aplicado pioneiramente a lei do SNUC, ainda no
2415 processo de licenciamento naquela crise energética, no chamado "apagão". E nós temos hoje
2416 certamente, diversos, quase que todos os empreendedores passaram conosco nesse esforço
2417 de implantação das nossas unidades de conservação. Parceiros que normalmente tem até
2418 suplementado às ações e os valores inicialmente determinados, até em outros programas,
2419 outros projetos, quase como adoção da empresa do Parque da Reserva que inicialmente ele
2420 aplicou por uma determinação legal da lei 9985. Então creio que nós temos que encontrar essa
2421 forma, encontrar uma forma de valorizar. Eu creio que cada vez mais, quando a gente valoriza
2422 a unidade de conservação, no sentido de melhor conhecimento, nós estamos realmente ainda
2423 muito atrasados nesse sentido. Eu acho que nós não estamos ainda vislumbrando
2424 minimamente a possibilidade de retorno econômico e social que podem dar e tem que dar as
2425 nossas unidades. Hoje em dia o conhecimento está muito mais reconhecido pela sociedade a
2426 importância da água. Eu ouvia pouco a pouco, aqui um discurso dizendo, gostaria de recordar
2427 quem disse aqui, mas ouvi dizendo que "a água tal não serviria, que a água de todos os lados
2428 era mais importante para fazer o plantio". Certamente você corta a floresta, certamente a
2429 pluviosidade vai mudar, também, os tratamentos e eu acho que essas considerações devem
2430 ser feitas. Eu acho que tem que ser uma coisa equilibrada. Eu acho que o Brasil avança nesse
2431 processo, a gente avançou na criação de muitas unidades, mas temos que avançar na
2432 implantação e implementação dessas unidades. E o caminho tem sido essa resolução. E
2433 buscando justamente essa forma de entendimento nos quais as coisas têm que estar muito
2434 bem entendidas de forma que podem ser colocadas. A início nós discutimos a metodologia da
2435 aplicação. Eu creio que a resolução não cabe discutir a metodologia. Eu teria que aplicar uma
2436 regra, um caminho a ser seguido. Os governos estaduais, o órgão licenciador, as Câmaras de
2437 Compensação. Acho que cabem fazer, o instrumento de fazer a gradação do impacto, mas eu
2438 creio que aqui a gente já consegue avançar algumas coisas. Então eu acho que o texto básico
2439 está aqui, a proposta de encaminhamento vai ser feita pela mesa. A nossa defesa aqui, como
2440 houveram diversas contribuições, inclusive, na última reunião conjunta da Câmara de Assuntos
2441 Jurídicos, eu fui convidado a participar aqui, aprovou essa resolução, infelizmente eu não pude
2442 participar. Mas houve... eu já coloquei na última reunião da Câmara Técnica de Assuntos
2443 Jurídicos, houve uma supressão de um Artigo, mas eu vou colocar no Plenário mais umas vez
2444 e solicitando também a consideração que ela visa também no sentido de valorizar, no sentido
2445 de publicidade, dar publicidade a essa lei da sua importância e a ver também o reconhecimento
2446 da sociedade vai ser importante. Então, eu retorno ao presidente, ao coordenador do CONAMA
2447 para poder dar seqüência aos trabalhos, muito obrigado.
2448

2449 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2450

2451 Agradeço ao conselheiro Maurício Lobo. Nós vamos abrir agora.... nós vamos abrir agora então
2452 para uma rodada breve de falas gerais sobre a resolução de perguntas, esclarecimentos que
2453 forem necessários antes de entrar no processo de aprovação do texto base. Eu quero também
2454 antes de passar a palavra ao Dr. Clarismino que já se inscreveu. Quero informar que amanhã,
2455 no início da sessão da manhã, nós teremos um informe solicitado pelo Plenário, será do IBAMA
2456 em relação à aplicação dos recursos de compensação no âmbito federal. Foi solicitado há duas
2457 reuniões anteriores, que amanhã então, será feito. E que de uma certa forma se relaciona com
2458 esse tema, embora a resolução não trate diretamente de questões como metodologias, que
2459 estão sendo tratadas num outro espaço de diálogo. Passo a palavra então ao conselheiro
2460 Clarismino.

2461

2462 **Clarismino Luis Pereira Júnior (ANAMMA/GO)**

2463

2464 Senhor presidente. Senhores e senhoras conselheiros. Clarismino Luis Pereira Júnior,
2465 ANAMMA Centro-Oeste, secretário municipal do meio ambiente em Goiânia. Quero mais uma
2466 vez senhor presidente, a história que eu tenho nesse CONAMA, reverenciar a figura do Dr.
2467 Paulo Nogueira Neto. Pois é o ilustre diretor do ecossistema do IBAMA. Inclusive, muito bem
2468 registrado pela Ministra Marina Silva na sua fala inicial do CONAMA. A compensação
2469 ambiental não veio somente agora da lei do SNUC, mas ela já tem uma história muito longa
2470 nesse CONAMA e mais uma vez eu reverencio aqui a figura do Dr. Paulo Nogueira Neto.
2471 Como o Dr. Paulo Nogueira Neto já pensava adiante do seu tempo, quando em 1987 esse
2472 conselho aprovou a resolução 1087 que já estabelecia a compensação ambiental nunca menos
2473 de meio por cento para as obras, empreendimentos e atividades, significativos impactos
2474 ambientais. Naquela época era destinada apenas as reservas ecológicas. E como disso o Dr.
2475 Maurício Lobo num processo de evolução, já tivemos aí, apresentamos a 02/96, já estendendo
2476 os benefícios da compensação ambiental e outros tipos de unidades de conservação. Esse
2477 instrumento sem dúvida nenhuma, é um dos mais modernos que tem a nossa legislação
2478 ambiental. E o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a lei 9985, passou por longos
2479 oito anos de discussão no Congresso Nacional. E foi com um esforço muito grande da ABEMA,
2480 da ANAMMA, dos órgãos, do setor público ambiental, também do governo federal que a
2481 resolução de compensação ambiental foi recepcionada pela lei do SNUC. E hoje nós estamos
2482 aqui definindo essas diretrizes. É muito importante também num processo de uso da
2483 compensação, dos recursos da compensação ambiental, a participação do setor empresarial.
2484 Mas o setor empresarial, também deseja que os órgãos ambientais estejam dinâmicos e
2485 precisos nas suas avaliações. Não adianta nós termos o controle, sermos precisos, ágeis
2486 funcionais na nossa questão, na questão do licenciamento e passarmos a ter unidade de
2487 conservação se nós não termos o monitoramento ambiental adequado. Nós não podemos ser
2488 as unidades de conservação per si. Por isso a resolução 02/96 falou do fortalecimento
2489 institucional, designando também, permitindo que uma parte desses recursos fossem
2490 destinados ao fortalecimento institucional. Nesse sentido, nós lamentamos afirmar novamente
2491 uma frase que falamos aqui há dez anos atrás: "se juntarmos os órgãos ambientais da União,
2492 dos Estados, e dos municípios, nós estaremos juntando o roto com o esfarrapado e depois ele
2493 será um maltrapilho". E lamentavelmente, nós temos que parabenizar o governo federal por
2494 essa assinatura, muito importante para a Caixa Econômica Federal essa nova formatação,
2495 essa nova dinâmica de aplicação dos recursos da compensação ambiental, porque governos
2496 de alguns grotões pegam o dinheiro das multas, pegam o dinheiro das taxas de licenças
2497 ambientais e integram ao seu caixa 1, isso é lamentável. É lamentável que nós tenhamos que
2498 recorrer a essas idéias inteligentes, para que o dinheiro, o recurso da compensação ambiental
2499 não seja designado como mais uma meta de superávit primário. É imediato importante que
2500 todos os entes federados destinem os seus recursos provenientes da arrecadação do sistema
2501 público ambiental, para que os órgãos ambientais cumpram a sua suprema missão de zelar
2502 pela qualidade de vida do nosso país. Muito obrigado, senhor presidente.

2503

2504 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2505

2506 Obrigado conselheiro Clarismino. Conselheira Patrícia está solicitando a inscrição? Tem a
2507 palavra. Ah, perdão, está inscrito aqui o Luiz, por favor. Depois a conselheira Patrícia.

2508

2509 **Luiz de Carvalho (SEPLAN-TO)**

2510

2511 Senhor presidente, Dr. Nilo, senhoras conselheiras, senhores conselheiros. Eu queria
2512 aproveitar essa oportunidade para relatar para os senhores, a situação da destinação de
2513 recursos de dois grandes empreendimentos lá no Tocantins antes de fazer uma proposta
2514 concreta de mudanças no Artigo nono da resolução.

2515 A câmara de compensação destinou os recursos da hidrelétrica de Estreito, como todos sabem
2516 fica lá em cima já na fronteira Tocantins/ Maranhão. 50% desse recurso, parcialmente 49,17%
2517 para outros Estados que não o Maranhão e Tocantins. E 50,6% para o Maranhão e Tocantins,
2518 os dois juntos. Na hidrelétrica de São Salvador, essa disparidade é ainda mais gritante:
2519 destinou praticamente 97% dos recursos para os Estados fora de Tocantins. Nesse caso São
2520 Salvador é uma usina que é no Tocantins, também Rio Tocantins, inteiramente contida dentro
2521 do território do Tocantins. Então destinou 96,4% para outros Estados que não o Tocantins. E,
2522 é numa situação bastante estranha. Então já houve manifestação do Ministério Público
2523 Federal, do Maranhão e do Tocantins ao IBAMA assim como um pedido do governador do
2524 Estado para que essa situação fosse revista. Um pedido tanto ao Dr. Marcus Barros do IBAMA
2525 quanto a própria Ministra Marina Silva. Eu não estaria aqui tomando o tempo dos senhores, se
2526 o Tocantins estivesse num estágio de desenvolvimento muito mais avançado e que esse
2527 recurso não fosse tão importante para a implantação das unidades de conservação que já
2528 foram identificadas, algumas em nítido processo de implantação. Nós temos cerca de 12
2529 unidades de conservação, e entre as quais, uma bastante importante lá no Jalapão. Área de
2530 uma beleza sempre incrível, mas também de uma fragilidade muito grande. Onde houve o
2531 fenômeno em que o carro passou adiante dos bois. Para a nossa infelicidade o Jalapão, caiu lá
2532 no Globo Repórter e outros programas da rede globo. Então há uma pressão muito forte nessa
2533 região, quando não existe nenhuma infra-estrutura. Então está criado lá um parque, uma APA.
2534 E nós precisamos implantar esse parque, essa APA, assim como precisamos implantar o
2535 Parque do Cantão que é uma área contígua ao Parque Nacional Araguaia e tantos outros,
2536 como o próprio monumento natural das áreas fossilizadas que é uma unidade de conservação
2537 atingida diretamente pela Hidrelétrica de Estreito. Ou seja, se nós não tivéssemos unidades de
2538 conservação a serem implantadas, se nós tivéssemos uma situação financeira do Estado já em
2539 outro estágio, eu até entenderia e não estaria aqui tomando o tempo dos senhores. Mas
2540 mesmo as unidade de conservação federais como o Parque Nacional do Araguaia, se fosse o
2541 caso, também está lá completamente abandonado, tão abandonado que os índios carajás
2542 invadiram e disseram que agora a área é deles. Também o governo federal criou uma estação
2543 ecológica, no governo anterior, no governo Fernando Henrique. Por sinal em condições
2544 bastante inusitadas, eu diria, sem nenhuma articulação com o Estado sem nenhuma audiência
2545 pública, uma área monstruosa de 35 mil quilômetros quadrados e nada foi feito lá. Ou seja,
2546 existem unidades do próprio governo federal, que precisam ser implantadas na região. Essa
2547 estação ecológica da serra geral é também no Jalapão. Isso como digamos assim, um pano de
2548 fundo, para as propostas que nós gostaríamos de apresentar de mudança na redação, nos
2549 itens 1 e 2 do Artigo nono da resolução. Que cuidam especificamente da repartição desse
2550 recurso. Eu não sei, presidente Langone, se esse seria o momento ou se posteriormente eu
2551 apresentaria uma sugestão de redação específica para que não se deixasse tão como está,
2552 porque senão nós teríamos a repetição de fenômenos e de situações como a que eu
2553 brevemente acabo de relatar. Eu queria aproveitar a oportunidade, presidente, para lançarmos
2554 um apelo a vossa excelência como secretário executivo do Ministério. E que fizesse esse apelo
2555 extensivo, ao próprio Ministro no sentido de corroborar o que já foi feito pelos Ministérios
2556 Públicos do Maranhão e do Tocantins. E também um apelo ao Dr. Marcus Barros para que
2557 essa destinação que foi feita pela Câmara de Compensação fosse revista e não perpetrando
2558 essa injustiça, não se trata nem de uma coisa de cunho legal, mas é que pesando todas as
2559 situações e, inclusive, a situação específica do Estado do Tocantins que fosse revista essa
2560 destinação. E no caso da usina de São Salvador, é um caso extremo. Destina ao Tocantins,
2561 como eu falei, uma usina inteiramente contida em território tocantinense 3,63% dos recursos e
2562 96,4% para outros Estados fora do Estado de Tocantins. Obrigado.

2563

2564 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2565

2566 Ok. Ficou registrado então as suas questões. O momento de apresentação de texto será após
2567 a aprovação do texto base, no momento de apresentação de emendas. Eu quero informar a
2568 todos que nós vamos regerar o tempo de falas para um tempo máximo de 5 minutos. Porque
2569 nas falas que nós tivemos agora, ultrapassaram 10 minutos e nós precisamos ter uma
2570 disciplina maior para entrar no processo de deliberação. Eu também queria apelar aos 44

2571 colegas que estão aqui do lado, porque as pessoas que estão no Plenário estão prestando
2572 mais atenção na conversa de vocês do que na intervenção do microfone. Então é para o
2573 pessoal falar mais baixo. Essas articulações são importantes, qualificam o conselho, mas para
2574 diminuir o tom de voz, permitindo aos conselheiros que estão prestando atenção nas
2575 intervenções, o façam sem serem dispersados por uma outra fonte de ruído paralelo. Consulto
2576 se tem mais algum pedido, nós temos a inscrição da conselheira Patrícia. E consulto se tem
2577 mais algum pedido de intervenção geral antes do início da apreciação do texto base. Há
2578 alguma inscrição? Podemos encerrar as inscrições para falas gerais do texto? Então passo a
2579 nossa última fala geral, a conselheira Patrícia Boson.

2580

2581 **Patrícia Boson (CNI)**

2582

2583 Uma questão geral que a gente até teria apresentado emenda do texto, mas com a assinatura
2584 agora do contrato com a Caixa Econômica Federal... eu vou fazer algumas questões que talvez
2585 a mesa nem tenha condições de responder no momento, mas que eu gostaria, até com o setor
2586 que vai utilizar desse convênio, fosse melhor esclarecido. A questão é de fundo. É se o recurso
2587 financeiro oriundo dessa compensação, ele é um recurso público? Eu entendo que sim, ele é
2588 um recurso público. E aí nesse sentido, qual é a possibilidade de contingenciamento dele? Eu
2589 digo isso, porque desses 75% da cobrança pelo uso da água que o setor hidrelétrico paga,
2590 resulta no montante de 175 milhões/ano, 78% dele é contingenciado. Ele é cobrança pelo uso
2591 da água, é para a implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos
2592 Hídricos. É de acordo com prioridade de comitê de bacias hidrográficas, no entanto, 78% dele
2593 é contingenciado. E eu nessa luta quanto conselheira para o descontingenciamento desse
2594 recurso, eu descobri que só não é contingenciado fundo constitucional. E como esse não é um
2595 fundo constitucional, eu tenho essa dúvida. A segunda pergunta. Qual é a taxa de
2596 administração que a Caixa Econômica vai cobrar? Ela tem uma taxa de administração e eu
2597 gostaria de ter o conhecimento dessa taxa de administração. A terceira, ela fala numa proposta
2598 estrutural que talvez, esteja contida no decreto para que a gestão desse recurso seja
2599 descentralizada, participativa, mas como a gente não viu, eu gostaria de saber se a gente vai
2600 ter conhecimento prévio desse decreto, porque eu acho que é interesse de todos que essa
2601 estrutura atraia quem vai depositar. Então tem que ser atraente para nós, para nós optarmos
2602 por essa hipótese. E a terceira, se vai tratar também do fluxo financeiro de todo esse dinheiro.
2603 Quer dizer, por onde ele vai passar? Se em período eleitoral ele é movimentado? Se ele terá
2604 prerrogativas na LDO? Enfim, como é que esse recurso em sendo público, poderá ser
2605 administrado fora dessas amarras burocráticas tão grandes que envolvem a gestão financeira
2606 de um recurso público? Eu não sei se a mesa pode responder agora, se não puder, eu peço
2607 que fique registrado para que possa ser respondido posteriormente, até para a gente poder
2608 passar para os nossos representados no sentido de que essa é uma boa opção, opte por ela,
2609 mas tendo segurança das condições, obrigada.

2610

2611 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2612

2613 Eu quero informar à conselheira Patrícia. Primeiro. Que no conceito geral não se tratará de um
2614 recurso público que entrará no orçamento. O fundo, ele corre por fora do orçamento, portanto,
2615 não será passivo de contingenciamento. Houve inclusive, uma discussão muito forte com o
2616 Tribunal de Contas sobre isso para chegar à fórmula jurídica que permite isso. Como haverá
2617 amanhã pela manhã a apresentação do IBAMA sobre a aplicação do recurso da compensação,
2618 nós estamos sugerindo que a equipe do IBAMA que organizou essa elaboração do fundo,
2619 responda os seus questionamentos nessa parte de apresentação de amanhã. Mas também
2620 quero já antecipar que houve um esforço do IBAMA, o IBAMA realizou duas reuniões com as
2621 principais empresas que seriam clientes potenciais do fundo, para discutir aspectos e se
2622 agregar a uma série de contribuições. E a receptividade foi bastante positiva, e isso poderá
2623 amanhã ser informado em detalhe. E hoje nós tivemos já a manifestação de 5 empresas
2624 dispostas a aderir imediatamente ao fundo. Dando conta dessa aceitação, porque isso resolve
2625 uma parte muito significativa dos problemas que as próprias empresas levantavam em relação
2626 à gestão do recurso. E aos ônus que as empresas tinham na administração. Eu hoje, inclusive,
2627 eu tive a informação de um dado, de um levantamento que apontava que algumas empresas
2628 para cada real desembolsado, elas gastavam meio real com custos de gestão na empresa.
2629 Então nós já temos aqui o pessoal da DIREC. E na apresentação de amanhã nós
2630 responderíamos em detalhes os aspectos questionados pela conselheira. Não havendo mais
2631 inscrições gerais sobre o texto nós passaríamos... conselheiro Bertoldo, eu quero lembrar 45

2632 que antes da fala da Patrícia, eu consultei o Plenário se alguém mais queria se inscrever e não
2633 houve manifestação do Plenário, nós encerramos as inscrições. Tudo bem? Nós passaríamos
2634 então, a aprovação do texto base e a proposta da mesa é a seguinte: que nós aprovemos o
2635 texto base agora. Nós teremos um *coffee break* e que no intervalo desse *coffee break* então, se
2636 possa promover a agregação das emendas que ainda, eventualmente, não estejam
2637 sistematizadas uma vez que o texto foi distribuído e provavelmente teremos... temos já várias
2638 representações aqui com emenda prontas para serem apresentadas. Conselheiro Maurício.
2639

2640 **Maurício Lobo (Governo do Estado do Rio de Janeiro)**

2641
2642 Eu gostaria de um esclarecimento da mesa. Nós estamos propondo o retorno de um Artigo
2643 que acabou sendo retirado na Câmara Jurídica retornando o texto. Ele entraria agora ou
2644 entraria depois como emenda?

2645
2646 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2647
2648 Ele entra como emenda, nós vamos avaliar o aspecto processual também, está Maurício, mas
2649 vamos tratar posteriormente ao texto base. Seria uma emenda especial, porque é uma emenda
2650 da Câmara Temática. Conselheira Cristina.
2651

2652 **Maria Cristina Yuan (CNI)**

2653
2654 Eu queria pedir um esclarecimento à mesa. Até em função da experiência que ocorreu em
2655 relação à proposta de resolução das APPs. Quando nós aprovamos o texto base e demos um
2656 prazo para a apresentação de emendas. E o que na verdade aconteceu, foi que foram
2657 apresentadas emendas para todos os Artigos. E aí me parece extremamente incongruente que
2658 a gente tenha aprovado um texto que depois foi totalmente modificado. Então, do ponto de
2659 vista de consistência básica do que nós estamos aprovando, eu queria sugerir para que não
2660 aprovássemos o texto base. Quer dizer, que tivesse um prazo para a apresentação de
2661 emendas. A mesa verificaria as emendas apresentadas que se referem a todos os Artigos,
2662 porque senão, nós não teríamos aprovado. Então eu só quero colocar, esse tipo de dúvida me
2663 parece bastante pertinente. No caso de nós termos aprovado um texto e depois,
2664 absolutamente, era outro totalmente diferente, se for o caso. Então eu acho que seria mais
2665 procedente se a mesa pudesse aceitar as emendas e nós fazemos esse tipo de avaliação.
2666

2667 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2668
2669 Conselheira, a mesa entende que deveremos seguir, nesse caso a praxe do CONAMA que é a
2670 de aprovação de texto base como referência para as emendas. Porque sem a aprovação de
2671 texto base, não há o que emendar. Uma emenda aditiva, supressiva ou modificativa se refere a
2672 alguma coisa, que é um texto base, que é o texto aprovado pela Câmara Técnica. Então a
2673 mesa mantém a proposta de aprovação do texto base, como texto de referência, sobre o qual,
2674 as emendas dialogarão, mesmo que sejam emendas supressivas que modificariam ou
2675 retirariam totalmente o texto, especificamente naquele ponto. Conselheira tem a palavra.
2676

2677 **Maria Cristina Yuan (CNI)**

2678
2679 O texto todos já conhecem. O texto base está enviado com antecedência, consta da agenda e
2680 todos já conhecem. Foi em cima desse texto que, naturalmente, evidentemente foram feitas,
2681 serão feitas emendas. O que me parece é assim: que aprovado o texto base, vamos supor
2682 assim, você na verdade já está aprovando quase que a resolução. Então se nós admitirmos,
2683 pelo menos, está se aprovando como texto base, é uma proposta e depois recebermos a
2684 emenda tudo bem. Agora me parece estranho que na verdade você já está referendando uma
2685 resolução sujeita a inúmeras modificações que distorcerão totalmente a proposta original.
2686

2687 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2688

2689 A mesa, dando o considerando aos questionamentos da conselheira Cristina, mantém o seu
2690 encaminhamento de aprovação de texto base, inclusive, em função de que todas as partes do
2691 texto que eventualmente não tiveram apresentação de emenda, não precisam ser apreciadas
2692 pelo Plenário, uma vez que não há nenhum conselheiro que tendo analisado o texto considerou
2693 que aquele texto era passível de emenda e, portanto, o texto, automaticamente, fica
2694 considerado como consenso, porque não há apresentação de emenda. Passo a palavra ao
2695 conselheiro Maurício Lobo.

2696

2697 **Maurício Lobo (Governo do Estado do Rio de Janeiro)**

2698

2699 O meu entendimento é o seguinte: o CONAMA tem se transformado o seu Plenário, na
2700 verdade, num grupo de trabalho. Volta toda a discussão a todo mérito. Eu acho que é um
2701 assunto que houve uma discussão bastante aprofundada, um consenso bastante, espero que
2702 tenha se mantido um consenso bastante difícil de ser conquistado. E a gente tem o receio de
2703 retornar uma discussão estéril, infundada e retornar tudo. A minha intenção, a minha
2704 proposição seria aprovar o texto básico, inclusive, eu destaquei no outro Artigo que é o retorno
2705 do Artigo colocado na Câmara Técnica, para não haver, pelo menos, emendas aditivas que
2706 mudem completamente o sentido. Você pode entrar com outra coisa, porque não está nem o
2707 texto colocado. Eu acho que a nossa preocupação, pelo menos na parte da Câmara Técnica,
2708 com o presidente da Câmara Técnica que acompanhou as discussões até agora, é que se
2709 retome assuntos que já foram certamente discutidos em outras reuniões. Dentro do texto, aí
2710 sim, aprovamos um texto base que possam até ter modificações totalmente contrárias do que
2711 está escrito ali. Eu não estou retirando essa autonomia que é plena do Plenário do CONAMA.
2712 Mas que possam existir novas proposições a uma discussão que não foi aprofundada, nem no
2713 grupo de trabalho foram aprofundadas. E por isso, talvez não tiveram consenso para estarem
2714 constando na resolução ou simplesmente foram desaprovadas, não consideradas ou pela
2715 Câmara Técnica específica. Então nesse sentido que eu imagino que as emendas aditivas, de
2716 novas proposições não pudessem ser consideradas.

2717

2718 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2719

2720 Aqui é outro extremo da preocupação da conselheira Cristina, conselheiro Maurício. Nós não
2721 podemos perder de vista que por mais que se deva valorizar o trabalho da Câmara Técnica. E
2722 a valorização do trabalho da Câmara Técnica significa considerar o texto que veio da Câmara
2723 como texto de referência, porque é um texto base. Que o Plenário tem soberanamente a
2724 possibilidade de promover modificações, inclusive, promovendo a rejeição total do texto. Essa
2725 é uma prerrogativa do Plenário, uma prerrogativa regimental. E portanto, a mesa mantém o
2726 encaminhamento de seguirmos a praxe do CONAMA de apreciação do texto base com
2727 posterior apreciação das emendas, após a aprovação do texto base, nós trataremos aqui da
2728 dinâmica de apresentação de emendas. Consulto a conselheira Cristina se mantém a sua
2729 proposição de não aprovar o texto base? Está retirando a sua proposição. Consulto o
2730 conselheiro Maurício se é favorável nesse sentido? Então nós consultamos o Plenário, se há
2731 alguma proposição contrária ao texto base globalmente? Nós vamos colocar em votação o
2732 texto base. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do texto base, por favor, levantem
2733 seus crachás. Obrigado. Conselheiros que são contrários a aprovação do texto base?
2734 Abstenções? Obrigado. Então nós consideramos aprovado o texto base e vamos tratar agora
2735 da dinâmica de apresentação das emendas. Face o tempo de tramitação dessa matéria, a
2736 distribuição anterior e o envolvimento dos setores, amplo envolvimento dos setores na matéria,
2737 a mesa propõe que nós tenhamos um intervalo de 20 minutos para o *coffee break*. E que as
2738 emendas sejam encaminhadas nesse período, de maneira a serem sistematizadas ou registrar
2739 o volume total de emendas que eventualmente for apresentada. E a partir daí, encerraríamos o
2740 prazo de apresentação de emendas. Passando a discussão item a item, sendo que só
2741 discutiremos os pontos onde se apresentou emendas. Porque os pontos onde não se
2742 apresentar emenda no texto está automaticamente aprovado. Não percebo proposição
2743 divergente em relação a isso. Então nós abrimos um período de 20 minutos para a
2744 apresentação das emendas à secretaria do CONAMA. Reitero que não serão aceitas emendas
2745 posteriormente a isso. E convidamos a todos para o *coffee break* que ocorrerá no lado de fora
2746 do auditório. Obrigado.

2747

2748 [intervalo para café]

2749

2750 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2751

2752 Solicito a equipe de apoio do CONAMA que informe as pessoas que estão do lado de fora do
2753 auditório que nós estamos retomando a reunião, reitero aos proponentes de renda que nós
2754 estamos nos últimos minutos de solicitação da apresentação de emendas da secretaria do
2755 CONAMA conforme reiteramos no início, pouco antes do intervalo e peço para que todos
2756 tomem seus lugares para reiniciarmos a plenária. Nós vamos reiniciar os trabalhos. Consulto
2757 se algum proponente de emenda ainda não se dirigiu a secretaria da equipe do CONAMA para
2758 fazê-lo? Nós estamos no último minuto de apresentação da possibilidade de apresentação de
2759 emendas, a equipe ainda está recebendo, as pessoas que estão ali junto as que estão
2760 recolhendo as suas emendas e o Dr. Paulo Nogueira Neto já registrou o seu interesse em
2761 apresentar emenda. Pergunto se mais alguém quer registrar a apresentação de emendas?
2762 Mário vamos registrar ai então quem está aí apresentando emendas, então os últimos, o Dr.
2763 Paulo registrou aqui a sua emenda está sendo entregue. Nós vamos acabar... está sendo
2764 resguardado aqui quem estaria apresentando continua apresentando. Está encerrado
2765 formalmente o prazo de apresentação das emendas da resolução. Nós vamos passar a
2766 discussão e apreciação do texto base, ponto por ponto a partir do registro das emendas nos
2767 pontos onde foram registradas apresentações de emendas. Nós vamos passar então à
2768 apreciação das emendas. Consulto a equipe de apoio do CONAMA se nós temos emendas nos
2769 considerandos? Companheiros da Direc se encontram na plenária Hélio e Valmir? Vou solicitar
2770 a equipe de apoio do CONAMA que proceda ao registro das emendas pela ordem do texto, de
2771 maneira não priorizar a locação de emendas no final de texto e que nós possamos ir ditando
2772 enquanto vocês registram as emendas do final do texto e tratando as emendas de início de
2773 texto. Consulto o plenário se alguém apresentou emendas relativas aos considerandos?
2774 Consulto se os companheiros da Direc: Hélio e Valmir se encontram no plenário. Nós
2775 poderíamos enquanto a equipe sistematiza as emendas ter a resposta dos questionamentos da
2776 conselheira Patrícia. Se nós temos alguma emenda em relação aos considerandos nós
2777 podemos priorizar a locação na tela da emenda relativa aos considerandos. A CNI tem emenda
2778 nos considerandos. Temos mais alguma emenda nos considerandos? Ok. Consulto a CNI se é
2779 possível mesmo ainda com prejuízo da digitação, enquanto a equipe faz a digitação proceder à
2780 apresentação e a justificativa da sua emenda aos considerandos. Conselheira Patrícia tem a
2781 palavra.

2782

2783 **Patrícia Boson (CNI)**

2784

2785 Bom, a primeira emenda é efetivamente o primeiro considerando acrescentando a palavra do
2786 grupo integral de proteção integral. A nossa proposta é reforçar o texto legal que está escrito
2787 dessa forma, porque quando a gente considera uma ampliação de outras unidades de
2788 conservação que tratará os terceiros Artigos 36, é para casos excepcionais. Então quer dizer
2789 na verdade é grupo de proteção integral, esse é o texto legal, é o texto correto. A coisa ampla é
2790 o caso de excepcionalidade. Consulto a mesa se fala todas ou um a um?

2791

2792 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2793

2794 Vamos tratar um a um. Consulto o plenário se temos divergência em relação a essa proposição
2795 da CNI.

2796

2797 **Patrícia Boson (CNI)**

2798

2799 É o primeiro considerando, quando esta manutenção de unidade de conservação a emenda é
2800 do grupo de proteção integral. É porque a proposta é reforçar o texto legal, é assim que está
2801 escrito no texto, exatamente dessa forma. A extensão é uma excepcionalidade específica.

2802

2803 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2804

2805 Eu peço a compreensão dos conselheiros, como as emendas chegaram em bloco à equipe
2806 está tentando sistematizar, verificar a ordem e dando prioridade pela ordem a digitação.
2807 Consulto se essa proposição está perfeitamente compreendida para a conselheira Patrícia, tem
2808 alguma posição divergente? Não havendo registro de posição divergente, podemos 48

2809 considerar aprovado? Então está aprovada a emenda proposta pela conselheira Patrícia
2810 Boson. Conselheira Patrícia tem outra consideração, outra proposição nos considerandos?

2811

2812 **Patrícia Boson (CNI)**

2813

2814 “Considerando a necessidade que para efeito do cálculo de explicação do recurso da
2815 compensação ambiental, órgãos ambientais competentes deverão adotar os mesmos
2816 princípios gerais”. A nossa proposta é mais uma questão de uma clareza, de forma. Do jeito
2817 que está escrito de forma indireta fica até difícil a compreensão, considerando a necessidade
2818 de se estabelecer princípios gerais para efeito de cálculo e aplicação dos recursos da
2819 compensação ambiental que devem ser adotados pelos órgãos ambientais. É uma questão só
2820 de português mesmo, de colocar o sujeito e verbo em ordem direta e não em ordem indireta,
2821 porque fica vai lá, vai cá.

2822

2823 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2824

2825 Conselheira eu peço que leia novamente.

2826

2827 **Patrícia Boson (CNI)**

2828

2829 “Considerando a necessidade de estabelecer princípios gerais para efeito de cálculo e
2830 aplicação dos recursos da compensação ambiental que devem ser adotados pelos órgãos
2831 ambientais”.

2832

2833 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2834

2835 Ok. Consulto o plenário se temos alguma divergência em relação à sugestão da conselheira
2836 Patrícia? Sim, conselheiro. Proposição de manutenção do texto original? Ok. Nós vamos
2837 então, abrir uma defesa pela manutenção do texto original e uma defesa pela alteração. O
2838 conselheiro que está propondo a manutenção do texto original tem a palavra para a sua
2839 defesa. Eu sei que é uma questão menor, mas como nós não temos a projeção, nós vamos
2840 proceder defesas enquanto não tivermos a projeção para que os conselheiros ao votar,
2841 estejam devidamente esclarecidos. Então eu peço ao conselheiro que use o microfone, nós
2842 vamos pedir aí a equipe de apoio do CONAMA, que providenciem o microfone móvel de
2843 maneira a poder justificar e trabalhar de maneira mais efetiva, enquanto não temos a projeção.

2844

2845 **Orador não Identificado**

2846

2847 Só acho efetivamente mais interessante manter a ordem direta, é só. Perdão a ordem indireta.

2848

2849 **Patrícia Boson (CNI)**

2850

2851 É porque a ordem que está parece que o importante é que a apenas os órgãos ambientais
2852 usem, na ordem que eu proponho a importância é de estabelecer regra geral e que os órgãos
2853 ambientais usem. Do jeito que está parece que é importante que eles usem e não que
2854 estabeleça. Da forma que eu proponho está mais lá, quer dizer, tem que estabelecer regras
2855 gerais e essas regras gerais elas devem ser tão gerais a ponto de que todos os órgãos posam
2856 utilizá-la como proposta.

2857

2858 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2859

2860 Ok. Obrigado conselheira Patrícia. Nós vamos proceder a votação. O conselheiro está
2861 retirando a manutenção do texto original. Então eu considero... eu percebo no plenário que
2862 temos um consenso em relação a nova redação proposta pela conselheira Patrícia Boson. Está
2863 aprovada a nova redação. A conselheira Patrícia vai passar a redação à equipe do CONAMA
2864 para a sistematização. Conselheira Patrícia mais alguma proposição em relação aos
2865 considerandos?

2866

2867 **Patrícia Boson (CNI)**

2868

2869 Sim, e é também questão de forma, esse considerando a necessidade de assegurar. Eu estou
2870 colocando a CNI com a presença da seguinte forma: considerando a necessidade de assegurar
2871 que outros processos que resultem em definição de recursos financeiros para a aplicação da
2872 compensação ambiental ocorram de maneira colegiada e transparente. É mesmo questão só
2873 de melhoria da redação mesmo.
2874

2875 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2876
2877 Consulto se temos alguma divergência em relação à proposição da conselheira Patrícia? Não
2878 havendo o registro de divergências podemos considerar aprovada esta nova proposta. Mais
2879 alguma em relação aos considerandos?
2880

2881 **Patrícia Boson (CNI)**

2882
2883 É o último para considerando que a compensação ambiental decorre dos princípios polidor,
2884 pagador e usuário pagador. A gente não acredita que ela decorra disso a compensação
2885 ambiental decorre da obrigatoriedade do empreendedor em apoiar a implantação, manutenção
2886 de unidade de conservação do grupo de proteção integral, conforme mencionado na lei que
2887 institui o SNUC sendo que o montante de recursos a ser destinado para essa finalidade não
2888 pode ser inferior o meio por cento dos recursos totais. Qual que é a nossa proposta? Além de
2889 dar o porque das coisas de verdade, quer dizer, não é o que é possível. Porque tem uma lei
2890 dizendo que é obrigado a fazer isso, e segundo apresentar a quem vai aplicar essa resolução
2891 essa questão de percentual. Ninguém sabe que é percentual é esse, aí pelo menos no
2892 considerando você explica, você apresenta. Quando se falar em percentual é porque recurso
2893 financeiro do qual o empreendedor está obrigado a destinar ele resulta de um percentual do
2894 custo total dele. Quer dizer, você está explicando o que é. Quando chegar lá na frente quem leu
2895 sabe, o percentual... “que percentual, ninguém me apresentou esse tal percentual? Eu nem sei
2896 do que se trata”. Então era uma forma de também esclarecer melhor a própria deliberação e
2897 dizer efetivamente ao que veio essa compensação ela não é de princípios. É cópia da lei ta, é
2898 considerando que a compensação ambiental decorre da obrigatoriedade do empreendedor em
2899 apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral,
2900 conforme mencionada na lei que institui o SNUC, sendo que o montante de recursos a ser
2901 destinado para essa finalidade não pode ser inferior a meio por cento dos custos totais
2902 previstos para a implantação do empreendimento.
2903

2904 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2905
2906 Consulto se há alguma proposição divergente na manutenção do texto base em relação ao
2907 tema? Sim? Temos registro de divergências em relação ao tema? Sociedade civil, conselheiro
2908 Maurício tem a palavra.
2909

2910 **Maurício Galinkin (CEBRAC)**

2911
2912 Eu creio que é importante manter o texto base para deixar claro que realmente esse custo
2913 decorre da implantação de um empreendimento que vai poluir e que deverá ser compensado,
2914 caso contrário poderá ser confundido também, como o Dr. Paulo lembrou, com impostos, taxas
2915 e outras coisas típicas. Então é preciso ter claro que a compensação ambiental decorre do
2916 princípio do possuidor pagador e usuário pagador. Então nós defendemos a manutenção do
2917 texto original que evitará qualquer confusão com relação a interpretação.
2918

2919 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2920
2921 Ok. CNI na defesa.
2922

2923 **Patrícia Boson (CNI)**

2924
2925 Achando que talvez com a explicação do conselheiro Maurício ele tenha razão, mas eu acho
2926 que a gente ainda pode perder a oportunidade de explicar essa questão do percentual que vai
2927 ficar, então eu gostaria de saber se não poderia agregar, considerando que... e da
2928 obrigatoriedade estabelecida. Ok.
2929

2930 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2931

2932 A proposta é agregando no mesmo considerando? No outro considerando. Ok, então nós
2933 agregariamos a proposta da CNI como emenda aditiva, mantendo a redação original mais a
2934 emenda aditiva da CNI. Ok. Terminamos as emendas relativas aos considerandos? Presidente
2935 Marcos Barros está pedindo a palavra. Ok, nós já vencemos o tema anterior de defesa, ok.
2936 Chegamos a um consenso. Não, não foi aprovado. Nós podemos receber emendas aditivas,
2937 supressivas, modificativas e novas. É prerrogativa do plenário em relação ao texto base.
2938 Encerrando as emendas relativas aos considerandos. Consulto se temos emendas ao Artigo
2939 1º? A CNI tem emenda ao Artigo 1º, a CNI pode proceder à apresentação. Assuntos que não
2940 podemos por na tela a emenda relativa ao Artigo 1º. A equipe de sistematização do CONAMA
2941 está pedindo dois minutos para que se possa organizar a projeção em tela. A minha sugestão e
2942 que como temos a presença aqui do Hélio nesses minutos, que se faça, que se antecipe as
2943 respostas dos questionamentos da conselheira Patrícia em relação ao fundo de compensação
2944 ambiental, permitindo que nós tenhamos a projeção em tela, porque se nós não tivermos no
2945 primeiro, quando chegarmos no segundo também não teremos e vai criar uma situação difícil
2946 para a sistematização. Em respeito a sua equanimidade na sistematização dos foros aqui do
2947 CONAMA faço aqui esta sugestão. Conselheiro Hélio poderia responder as três perguntas
2948 feitas pela conselheira Patrícia?

2949

2950 **Hélio Pereira dos Santos (Secretário-Executivo da Câmara de Compensação**
2951 **Ambiental/IBAMA)**

2952

2953 Muito obrigado Sr. Presidente e Srs. conselheiros. Me recordando das três perguntas, se não
2954 for muito incomodo...

2955

2956 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

2957

2958 O recurso é público passível de contingenciamento qual é a taxa de administração cobrada
2959 pela Caixa questões relativas ao fluxo financeiro e quais são as vantagens para as empresas
2960 que poderiam ser apresentadas, inclusive o esforço da CNI, de sensibilização das empresas
2961 para que depois enxergassem vantagens objetivas na saída da situação atual e aderiram ao
2962 fundo?

2963

2964 **Patrícia Boson (CNI)**

2965

2966 Mais o módulo de gestão e a transparência...

2967

2968 **Hélio Pereira dos Santos (Secretário-Executivo da Câmara de Compensação**
2969 **Ambiental/IBAMA)**

2970

2971 Em primeiro lugar o recurso não é público, o recurso é de uma obrigação, portanto é entendido
2972 pelo IBAMA como uma indenização financeira pela obrigação. E como ele é privado nós não
2973 podemos submeter esse recurso às regras e procedimentos relativos a gestão pública. Mas
2974 nós temos que ter como referência básica nesse processo de que o benefício é público, não o
2975 recurso, o benefício é público. Então todos os procedimentos, critérios e instrumentos que
2976 estão sendo criados referem-se essencialmente a forma de controle desse benefício, na forma
2977 de dar transparência a esse benefício. Quanto às taxas cobradas pela concepção do fundo e
2978 enfim pela gestão do recurso, todo recurso de gestão aplicado em fundo tem regras próprias
2979 para isso, são taxas variáveis em função da dimensão do fundo. É um detalhe importante essa
2980 questão uma vez que o fundo para iniciar a sua operação na próxima terça-feira, nós temos
2981 que ter um depósito mínimo de 10 milhões de reais. Por quê? Porque o fundo passa a ser
2982 sustentável e obviamente ai a taxa nominal final tende a ser reduzida. A taxa nominal básica
2983 para fundos, qualquer empresa tem alguns empreendedores. Nesse plenário podem dizer que
2984 tem aplicações financeiras vão mencionar que a taxa teto é 0,4, essa é uma taxa
2985 extremamente atrativa. Outro aspecto importante desse fundo é que todo o processo de
2986 garantias do recurso aplicado está relacionado com títulos públicos, então obviamente aí a
2987 expectativa nossa é que o país não quebre para que os títulos sejam sempre honrados. São
2988 títulos de longo prazo, porque o que se espera com o fundo é que nós possamos criar
2989 condições de previsibilidade da aplicação do recurso. Muita gente imagina que o recurso da
2990 compensação é grande, mas é ele absolutamente pulverizado pela necessidade lógica de 51

2991 relacionamento entre a licença e as unidades e as condicionantes, e também a destinação final
2992 definida; o caso do IBAMA, pela câmara de compensação que é o espaço colegiado de
2993 decisão. Então essa vinculação nós precisamos manter o tempo todo. Por quê? Porque você
2994 acaba mesmo de pedir a inclusão de um item aqui que diz claramente esta lógica, ou seja,
2995 desde o momento que eu sou licenciado, eu tenho o tamanho dessa compensação que era
2996 destinada para um fim específico: implementar e apoiar a unidade de conservação. Esse
2997 vínculo nós não podemos perder em momento nenhum, porque senão nós estaríamos
2998 desviando um recurso que em tese não nosso. Outro aspecto importante, do fundo. Por que ele
2999 é de longo prazo? Porque você vai criar condições para que o recurso existente hoje, no
3000 momento em que se encerra o pagamento dessa compensação existe um limite, que nós
3001 estamos estabelecendo nas nossas regras aqui mesmo nesse plenário, de que isso tem um
3002 limite temporal. Só que se nós quisermos ter investimentos em unidades de conservação,
3003 ninguém pode deixar de entender a importância do recurso em longo prazo. Então se eu tenho
3004 5 milhões hoje eu não vou fazer uma lista de compras, como é hoje, e aplicar em apenas
3005 investimentos, compras temporárias e não poder se beneficiar da liquidez ou da rentabilidade
3006 desses recursos, certo? Então o que o fundo está fazendo é exatamente criar essa alternativa
3007 que não existe nada aí ilegal nesse processo, é absolutamente lógico. Por que... ou melhor,
3008 qual o benefício do empreendedor nessa história? O primeiro benefício é que hoje a única
3009 regra que nós temos é a execução direta, que normalmente as entidades, nessa segunda
3010 hipótese não estão preparadas para gerir recursos dessa forma. Isso termina gerando um ônus
3011 adicional ao empreendedor. O nosso presidente fez uma conta aqui, que é uma conta lógica do
3012 nosso dia a dia do entendimento com os empreendedores, que é metade do dinheiro aplicado
3013 vai em custos. Esse ônus nós estamos perdendo da onde? Nós estamos perdendo da
3014 compensação é óbvio. E todo uma rentabilidade que o hoje o empreendedor obtém do próprio
3015 processo de demora de uma compra de uma aquisição, obviamente que não está... claramente
3016 que nós temos que dizer isso, não está vindo para a compensação. E outra coisa é o seguinte,
3017 olhando para a outra alternativa da execução direta, são as compras que os empreendedores
3018 assumem elas terminam sendo uma lista de compras, isso não é interessante do ponto de vista
3019 de investimento ambiental, compras, equipamentos e materiais. Isso não nos gera nenhuma
3020 efetividade na proteção da Biodiversidade, que é o princípio lógico dessa história toda. Mas ao
3021 mesmo tempo o empreendedor para fazer todas essas compras, que hoje não são poucas, ele
3022 demanda uma proficiência que não é própria do tipo de empreendimento dele. Eu jamais
3023 imaginei que uma empresa linha de transmissão, por exemplo, tivesse criado departamento de
3024 meio ambiente com 16 pessoas, como ontem foi presenciado na reunião, para fazer nada mais,
3025 nada menos do que contas para atender a compensação. Então o fundo deverá com o conjunto
3026 de serviço, não é só a rentabilidade que se deseja, o acordo com a Caixa inclui um pacote de
3027 serviços e esses serviços são exatamente para substituir esse ônus que é do empreendedor.
3028 Essa é uma ação que o fundo considera que a gente vai superar e vai desonerar o
3029 empreendedor dessa atribuição. Sem dúvida nenhuma existem outras adicionalidades nessa
3030 questão que podem, enfim fazer parte de outras perguntas.

3031
3032 **Patrícia Boson (CNI)**

3033
3034 Eu só queria... é a questão do público está me deixando na dúvida. Se ele é privado, qual o
3035 privado que vai fazer a gestão dessa conta, se é um dinheiro privado? Se for o CONAMA que
3036 for a gestão, ele é um dinheiro público.

3037
3038 **Hélio Pereira dos Santos (Secretário-Executivo da Câmara de Compensação
3039 Ambiental/IBAMA)**

3040
3041 O IBAMA vai receber a delegação do empreendedor, o recurso continua sendo da empresa. Na
3042 compra de fundo é da empresa o que hoje nós temos acordos e termos de compromisso
3043 convênios com os empreendedores, do qual nós estabelecemos uma série de regras para a
3044 sua execução. O que nós estamos... o desenho dessa alternativa definir o que é legalmente
3045 permitido é que ele delegue ao IBAMA essa execução. E aquele pacote de serviços que a
3046 caixa oferece será utilizado pelo IBAMA para as aplicações, para as compras, para a
3047 regularização fundiária, para os projetos de programa. Isso que é o fluxo dessa história toda,
3048 mas o dinheiro continua sendo privado, numa conta privada atendendo um termo de
3049 compromisso específico com uma cláusula de mandato que estabelece a delegação de
3050 competência ao IBAMA, para em nome do empreendedor exercitar aquela execução.

3051

3052 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3053

3054 Ok Dr. Hélio. Nós vamos continuar, esse é apenas uma apresentação, vamos dizer assim um
3055 aperitivo sem álcool para a apresentação que vai ser feita amanhã sobre aplicação dos
3056 recursos da compensação ambiental, correto? Então a redação aqui da equipe do CONAMA já
3057 está pronta, nós já temos condições de projetar a partir do Artigo 1º, então a gente retoma Dr.
3058 Hélio amanhã, na parte da manhã se iniciar a plenária com o informe completo. Obrigado.
3059 Podemos projetar? Nós vamos fazer o seguinte, a gente vai projetar a partir do Artigo 1º, todas
3060 as emendas, a partir do Artigo 1º. E antes de encerrar a plenária a sugestão da mesa é que a
3061 gente apenas apresente na parte dos considerandos, que a gente acabou aprovando as
3062 emendas sem que a projeção na tela ao final da votação... discussão hoje a gente faz uma
3063 projeção dos considerandos complicados para poder todos visualizar e não ter nenhuma
3064 dúvida. Ou amanhã cedo, tá. Vamos para o artigo 1º. Artigo 1º - temos emenda no artigo 1º,
3065 correto? Duas emendas da CNI. Duas emendas da CNI para o artigo 1º. É possível entrar num
3066 acordo entre os conselheiros da CNI. Desculpa é que eu não verifiquei ainda exatamente qual
3067 é a... ah! Correto. Ok. Vamos verificar, eu vou pedir que a CNI venha esclarecer...tira a
3068 primeira? Pode deletar, Mário. Ok. Começamos bem, com um acordo muito fácil já no primeiro
3069 artigo. Vou pedir que a representante da CNI pudesse esclarecer a emenda ao Artigo 1º, tem
3070 um erro na digitação é isso?

3071

3072 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3073

3074 Ok. Começamos bem, com acordo muito fácil, né? Já no primeiro artigo. Eu pediria que a
3075 representante da CNI pudesse esclarecer a emenda ao Artigo 1º. Tem um erro na digitação, é
3076 isso?

3077

3078 **Maria Cristina Yuan (CNI)**

3079

3080 Acho que não apareceu ali. É essa alteração ali de, perto da palavra “financeiros” e ao final, ali,
3081 “conforme o Artigo 36 da Lei 9965 de 2000, Decreto 4440 de 2002 e o Decreto 5566 de 2005”.

3082

3083 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3084

3085 A mesa pergunta se é necessário esclarecimento sobre a emenda. Não? Pergunto se há
3086 alguma contrariedade, algum conselheiro é contrário à emenda apresentada pela CNI? Não?
3087 Podemos considerar aprovada a emenda? Ok. Então está aprovada a emenda da CNI ao
3088 Artigo 1º. Vamos partir para 2º. Eu vou passar aqui a condução para o Secretário Langone.
3089 Voltando, Artigo 2º. Nós estamos trabalhando agora com dois arquivos, então estamos
3090 puxando a emenda que está ainda no arquivo entregue pela CNI passando para o arquivo que
3091 é guia dessa discussão de emendas. Então, são duas emendas da CNI ao caput do Artigo 2º?
3092 Tira a primeira? É isso mesmo? Então pode deletar a primeira. Ok. Artigo 2º. Acho que esse
3093 seria o caso de a gente ter um esclarecimento da CNI sobre a proposta de emenda. Pode ser?
3094 Representante da CNI, por favor.

3095

3096 **Patrícia Boson (CNI)**

3097

3098 O Artigo 2º é também uma questão muito mais de forma e acrescentando algumas palavras
3099 esclarecedoras. A idéia é de maior clareza da redação. Então “O órgão ambiental...”,
3100 *licenciador ou competente, isso daí não tem muita discussão, “...estabeleça o grau de impacto*
3101 *ambiental com base em estudos técnicos específicos que possam avaliar os impactos*
3102 *negativos não mitigados sobre os recursos naturais identificados no processo de licenciamento*
3103 *de acordo com a EPA...”* O que tem aí de discussão que não é de forma é a questão dos
3104 recursos ambientais e a questão de recursos naturais, isso aí que é a questão. E me parece
3105 que houve um erro da nossa parte, porque parece que isso é uma questão que já está no
3106 decreto. Então, é só voltar aos “ambientais”, da forma como estava, foi só um...

3107 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3108

3109 É essa, então, a emenda da CNI da forma como está na tela? É?

3110

3111 **Patrícia Boson (CNI)**

3112

3113 Esse “*respeitado o princípio da publicidade*”, eu quero lembrar que estava lá embaixo no
3114 parágrafo e estava mal colocado, ficava uma coisa esquisita. O caput pelo menos consolida a
3115 idéia principal. São só para explicar e esse “princípio da publicidade” estava lá embaixo,
3116 completamente fora de lugar. Então, coloca no caput que é a forma como se deve fazer a
3117 questão.
3118

3119 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3120
3121 Pergunto se há necessidade de mais esclarecimentos sobre a proposta da CNI? Pergunto se
3122 algum conselheiro ou conselheira é contrário à emenda da CNI? Então, podemos considerar
3123 aprovada essa emenda da CNI? Não? Há alguma proposta de manutenção? Algum
3124 conselheiro propõe manter o texto original? Esclarecimento, Conselheiro Rosalvo.
3125

3126 **Rosalvo de Oliveira Júnior (MIN)**

3127
3128 Eu queria falar apenas o seguinte, senhor presidente. É que o pessoal que está com a gente lá
3129 do Ministério, os nossos técnicos também estão com uma dúvida que a gente gostaria de tirar.
3130 Eu queria passar para a colega vir aqui ao microfone. Apenas na “*base técnica específica*
3131 *para... com base em estudos técnicos específicos...*”
3132

3133 **Patrícia Boson (CNI)**

3134
3135 Concordo. Entendido. “*Em bases técnicas*”. Pode retirar e voltar para “*em base técnica*”.
3136 Entendi a dúvida.
3137

3138 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3139
3140 Ok. Pessoal da digitação já registrou? Ok. Algum conselheiro ou conselheira defende o texto
3141 original? Não? Podemos considerar aprovada a emenda da CNI? Aprovada. Então está
3142 aprovada a emenda da CNI no caput do Artigo 2º.
3143

3144 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

3145
3146 Temos a emenda da CNI ao parágrafo 1º. Passo a palavra à CNI para justificativa. A CNI tem
3147 duas redações para o parágrafo 1º? Passo a palavra à CNI para a apresentação da sua
3148 emenda, porque nós temos duas redações aí.
3149

3150 **Maria Cristina Yuan (CNI)**

3151
3152 É porque não é para o resto da emenda.
3153

3154 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

3155
3156 Então, vamos corrigir. Vamos corrigir aqui. A emenda da CNI em relação ao parágrafo 1º. A
3157 CNI tem a palavra. Conselheira Patrícia.
3158

3159 **Patrícia Boson (CNI)**

3160
3161 É porque o parágrafo 1º estava assim: “*Para o estabelecimento do grau de impacto ambiental.*”
3162 Só cortar somente “*os impactos ambientais causados aos recursos ambientais excluindo os*
3163 *riscos da operação de empreendimento.*” E depois tinha no parágrafo 2º: “*Para o cálculo do*
3164 *percentual ao órgão ambiental.*” Então a nossa proposta é no sentido de dar melhor
3165 organização ao texto. Ou seja, “*na elaboração da metodologia de gradação de impacto*
3166 *ambiental os órgãos ambientais deverão*”. Por quê? Está estabelecendo o grau de impacto.
3167 Que grau de impacto? Não tem. Quem vai pegar essa proposta e ler não entende. Tem que ter
3168 uma metodologia que vai graduar o impacto, porque se o impacto é significativo, tem menos
3169 significativo ou muito. Então “*haverá uma regulação de metodologia de gradação de impacto*
3170 *no qual deverão ser considerados somente os impactos ambientais causados sobre os*
3171 *recursos naturais...*”, aí põe “*ambientais*”, para corrigir isso. “*Excluir os riscos*”, “*Essa*
3172 *metodologia deve excluir os riscos de operação do empreendimento...*”, que estava lá em cima,
3173 só que está organizado e ela deve propor que o teste não implique em redundância 54

3174 cumulativa de parâmetros e fatores. Tudo isso estava escrito só que não dava para entender
3175 “Não podendo haver redundância de critérios”. Fica difícil entender o que é isso. Isso é para
3176 explicar, não mudou nada, só está explicando. “Na elaboração de metodologia de grau de
3177 impacto.” Eu peço para mudar “aferição de grau de impacto”. Porque aí fica mais... Porque
3178 “gradação” fica feio. “Metodologia de aferição de grau de impacto.”
3179

3180 **Gustavo Trindade (CONJUR/MMA)**

3181
3182 Conselheira Patrícia, um questionamento: isso é para o parágrafo 1º?
3183

3184 **Patrícia Boson (CNI)**

3185
3186 Os parágrafos 1º e 2º resultaram num parágrafo 1º e 2º diferenciado. Parágrafo 1º, então,
3187 vamos lá. Volta lá no parágrafo 1º, mudou “O grau de impacto ambiental consubstanciará
3188 documento contendo uma metodologia de grau de aferição do impacto.” Para poder corrigir.
3189 Para dizer que vai ter esse documento. Esse documento aparece citado lá atrás, mas, assim,
3190 ninguém entende. “O grau de impacto ambiental será aferido por uma metodologia.” “Deverá
3191 ser”. [ditando sugestão de outro conselheiro]
3192

3193 **Gustavo Trindade (CONJUR/MMA)**

3194
3195 Conselheira Patrícia, nós não estamos aferindo grau de impacto ambiental, quem vai avaliar
3196 impacto ambiental é o EIA/RIMA. Nós vamos aferir, a avaliação vai ser... Grau de impacto não,
3197 não há metodologia no grau de impacto. Grau de impacto é aferido no EIA/RIMA. A
3198 metodologia vai avaliar a gradação da compensação ambiental. Não o impacto do
3199 empreendimento que é avaliado no EIA/RIMA. O grau de impacto ambiental faz parte de um
3200 estudo prévio de impacto ambiental que é significativo ou não.
3201

3202 **Patrícia Boson (CNI)**

3203
3204 A idéia é a seguinte, para você fazer o percentual você tem duas questões: a primeira é saber
3205 a significância do impacto, que é o EIA/RIMA, e a segunda é para obter outras metodologias.
3206 Então, eu tenho que ter uma metodologia que, baseada no grau de impacto, eu aplico de zero
3207 a X por cento. É isso que eu tenho a apresentar. Então, a proposta da CNI é simplesmente
3208 para apresentar essa metodologia. Então, quer dizer, o que a gente quer no parágrafo 1º é
3209 dizer: “Haverá um documento com a metodologia que vai especificar isso.” E que nesse
3210 documento, que é para o cálculo percentual, deve conter assim, assim, assim, assado...
3211

3212 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3213
3214 Nós temos a inscrição do Conselheiro Rodrigo Agostinho.
3215

3216 **Rodrigo Agostinho (VIDÁGUA)**

3217
3218 É que no nosso entendimento, a metodologia, não é de aferição de grau de impacto, mas é
3219 aferição proporcional à compensação ambiental. A metodologia é para aferir a compensação e
3220 não o grau de impacto. O grau de impacto é algo à parte que vai estar sendo avaliado na
3221 licença ambiental. Essa é o nosso entendimento em relação a isso.
3222

3223 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3224
3225 Maurício Lobo.
3226

3227 **Maurício Lobo (Governo do Rio de Janeiro)**

3228
3229 Eu entendo que é metodologia para determinar o percentual a ser aplicado. Não é isso?
3230 Porque não é aferição de grau de impacto, não é isso não. A metodologia vai determinar o
3231 percentual a ser aplicado como condicionante estabelecida no EIA/RIMA como já foi dito antes.
3232 Eu acho que fica bem claro a função da metodologia. Estabelecer um critério que aplica um
3233 percentual, logicamente avaliar a gradação do impacto ambiental não mitigado. Como foi dito
3234 anteriormente.

3235

3236 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3237

3238 Eu consulto o Conselheiro Marcus Barros do IBAMA, se concede a palavra ao Dr. Hélio para
3239 esclarecimentos?

3240

3241 **Hélio dos Santos Pereira (Secretário-Executivo da Câmara de Compensação
3242 Ambiental/IBAMA)**

3243

3244 Obrigado senhor presidente. O esclarecimento que nós temos nesse ponto é o seguinte: o
3245 próprio texto que a conselheira mencionou para esclarecer, nós vamos ter umas dificuldade
3246 porque o grau de impacto definido na metodologia é para consubstanciar toda a gradação, que
3247 é o conjunto de índices. Dessa forma nós estamos fazendo duas coisas aqui relativas à
3248 metodologia. Nós estamos definindo que a origem da compensação será baseada numa
3249 metodologia e estamos dizendo nessa frase que o índice alcançado será aferido. Não é esse o
3250 objeto.

3251

3252 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3253

3254 Ok. Obrigado. Não temos mais inscrições para esse ponto. Eu pergunto se a Conselheira
3255 Patrícia tem...

3256

3257 **Patrícia Boson (CNI)**

3258

3259 No parágrafo estava *“Para o estabelecimento do grau de impacto.”* É isso que estava escrito.
3260 Então estabelece esse grau de impacto sim. Qual que é o parágrafo 1º, a idéia? Haverá um
3261 documento uma metodologia para o estabelecimento do grau de impacto. Porque ele é que é a
3262 base da construção do percentual, então haverá esse documento. Então tem que apresentar
3263 esse documento, porque ele não faz parte dessa resolução. Então, estabelecendo o grau de
3264 impacto ambiental será feito por meio de um instrumento de um documento no qual conterà
3265 uma metodologia para isso. Era isso que estava escrito. O estabelecimento do grau de impacto
3266 obedecerá uma metodologia previamente estabelecida e aprovada. A idéia é você chegar lá,
3267 olhar, eu estabeleço, sai esse funcionário entra outro e estabelece outra coisa. Quer dizer, vai
3268 ter um documento específico que vai estabelecer o grau de impacto. É essa a idéia. Agora,
3269 como escrever isso?

3270

3271 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3272

3273 Conselheira Patrícia, eu acho que seria adequado, então, que se procurasse encontrar uma
3274 redação correspondente com a emenda. Já está lá na tela? Não precisa? Conselheiro Claudio
3275 Alonso.

3276

3277 **Claudio Darwin Alonso (Governo de Estado de São Paulo)**

3278

3279 Eu acho que a gente está perdendo um tempo precioso em discutir uma coisa que está
3280 estabelecida na própria resolução ou pelo menos no último parágrafo. O 14 diz o seguinte: *“Até
3281 que o órgão ambiental estabeleça e publique uma metodologia...”*, portanto, ele é obrigado a
3282 estabelecer e publicar essa metodologia. Já está lá no 14 e eu acho que não precisa estar
3283 aqui. Agora o 14 é claro, explícito e direto, não precisa estar aqui. A redação original está muito
3284 boa, ela está clara, ela está objetiva e específica e esclarece tudo. O 14 complementa.

3285

3286 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3287

3288 Eu pergunto se a CNI mantém a emenda. Porque o que a mesa está entendendo agora é que
3289 nós temos o texto-base e a emenda da CNI, que é aquela que está na tela. Então, eu pergunto
3290 se está mantida a emenda da CNI nós vamos então passar, se for necessário, à defesa da
3291 emenda com o texto-base para votação.

3292

3293 **Patrícia Boson (CNI)**

3294

3295 Eu fico um pouco constrangida de estar discutindo forma, mas fica muito complicado. Olha o
3296 que está escrito no parágrafo 1º *“Para o estabelecimento do grau de impacto...”*. Quem vai
3297 estabelecer? Onde isso estará colocado? Que forma?

3298

3299 *[sobreposição de diálogos]*

3300

3301 **Patrícia Boson (CNI)**

3302

3303 Então vamos lá no caput do artigo.

3304

3305 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3306

3307 Vamos ver o caput do artigo.

3308

3309 **Patrícia Boson (CNI)**

3310

3311 *“Estabelecer o grau de impacto.”* Como? Através de uma metodologia, por meio da
3312 consubstanciação de um documento, de um arcabouço metodológico. Porque se o órgão
3313 licenciador vai estabelecer, ele pode estabelecer diariamente. Hoje eu estou aqui e estabeleço,
3314 amanhã muda o superintendente e estabelece. Vai ter um documento específico dizendo que
3315 vai ser... Eu estou querendo inclusive dar força ao documento do IBAMA. Todo o esforço do
3316 IBAMA não vai valer? Tem que valer. Vai ter um documento, uma portaria específica que isso
3317 tem que ser apresentado. Ali está dizendo que o órgão licenciador vai poder fazer. O parágrafo
3318 1º é para dizer como ele vai fazer.

3319

3320 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3321

3322 Conselheira Patrícia, já foi apresentada a proposta, foi defendida e explicada. Nós temos três
3323 inscritos: o Paulo da Comunidade Científica, o Maretto das entidades da Região Norte e o
3324 Roberto Monteiro. O Maurício Lobo em seguida.

3325

3326 **Paulo de Tarso da C. Chaves (Comunidade Científica)**

3327

3328 A proposta da CNI a meu ver não diz nada do que consta no parágrafo 1º da proposta original.
3329 A proposta da CNI, a meu ver, tem a ver com o parágrafo 2º, mas eu não vejo o que ela
3330 acrescenta. O parágrafo 1º quer deixar claro que para o estabelecimento do grau de impacto
3331 apenas serão considerados os impactos causados sobre os recursos ambientais, e, sobre a
3332 metodologia, o parágrafo 2º. Eu quero solicitar um voto de confiança às câmaras técnicas. O
3333 trabalho das câmaras técnicas é um trabalho muito meticuloso, de elevada competência, muito
3334 demorado e a gente aqui não é capaz, salvo exceções, de melhorar o trabalho das câmaras
3335 técnicas. Puxa vida! Palmas para o pessoal das câmaras técnicas.

3336

3337 *[palmas]*

3338

3339 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3340

3341 Maretto, Entidades da Região Norte.

3342

3343 **Luis Carlos Maretto (KANINDÉ)**

3344

3345 Eu só queria fazer um acréscimo. Todo EIA/RIMA tem uma matriz de interação, uma matriz
3346 lógica de interação onde relaciona causas e efeitos dos impactos. Os impactos são 57

3347 avaliados conforme vários padrões, conforme a magnitude, se é local, se é regional e por aí
3348 vai. Tem uma série de relevâncias. E no final a gente vai saber quais os impactos mais
3349 expressivos ou não. Acho que poderia entrar ali “estabelecimento do grau de impacto
3350 ambiental conforme a matriz lógica de causa e efeito apresentada no EIA/RIMA.”

3351
3352 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**
3353

3354 Maretto, se é uma nova emenda eu peço que você a... Espera aí, a questão é que nós já
3355 encerramos para novas emendas. Questão de ordem. A CNI está retirando a emenda ao
3356 parágrafo 1º e 2º mantendo, portanto, o texto-base. Pergunto ao Conselheiro Roberto,
3357 Conselheiro Maurício Lobo se ainda é o caso de intervenção? Pergunto ao Maretto se mantém
3358 a proposta de emenda. Se bem que, já esclarecendo, o prazo para apresentação de emenda já
3359 está vencido.

3360
3361 **Roberto Monteiro (Conselheiro Honorário)**
3362

3363 Eu só queria fazer um comentário que, embora eu já tenha retirado, é que ambas as coisas
3364 eram importantes já que no 14 fala “na inexistência prevalece o 5%.” Então, tanto é importante
3365 a metodologia como são importantes as questões que estavam colocadas no Artigo 1º original.
3366 Então, a melhor solução na verdade era a fusão das duas coisas: falar da metodologia na
3367 necessidade de existência e prosseguir com o texto original que estava. Eu acho que
3368 convergeria para um texto de melhor qualidade.

3369
3370 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**
3371

3372 Ok Roberto, mas foi prejudicada a sua colaboração nesse caso porque a autora já retirou. E no
3373 caso do Maretto, só pra esclarecer Maretto, quando a gente está trabalhando no Plenário uma
3374 nova emenda no sentido de encontrar uma solução negociável, é possível ainda, o Plenário
3375 pode admitir emendas, mas quando é uma nova emenda, praticamente acrescentando uma
3376 idéia nova, diferente, que não necessariamente resolve a pendência, então a gente não vai
3377 poder acatar mais, ok? Então, passamos para o próximo ponto. Estão mantidos os parágrafos
3378 1º e 2º do Artigo 2º. Tem ainda um parágrafo novo, é isso? Uma proposta de parágrafo novo.
3379 Tem duas propostas da CNI? Dois parágrafos novos. Vamos examinar o primeiro parágrafo.
3380 *“Para o cálculo do percentual da compensação ambiental deverá ser computada supressão de*
3381 *vegetação ou interferência em área de preservação permanente para o fim de atender o*
3382 *disposto no Artigo 4º, parágrafo 4º, da Lei de 4771/65 na redação dada pela MP 2166/01.”* Eu
3383 vou pedir para a CNI, por favor, explicar a razão desse novo parágrafo. Só uma dúvida ali: é
3384 aquela edição mesmo da Medida Provisória 2166/01? Porque a gente está na 67, foi nela que
3385 parou.

3386
3387 **Márcio (CNI)**
3388

3389 A intenção, talvez a redação ainda não esteja das melhores, mas a intenção é só para evitar
3390 uma duplicidade que vem ocorrendo na prática. A gente tem visto que nos licenciamentos os
3391 empreendimentos têm sua avaliação feita de uma forma mais abrangente possível aonde se
3392 envolve, inclusive, a análise da supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente.
3393 A compensação ambiental, muitas vezes, ela tem um peso maior até por ter essa supressão de
3394 vegetação nessas áreas que são sensíveis e depois você tem em abarcado um processo de
3395 autorização de supressão que é decorrente da licença prévia e da licença de instalação e aí
3396 novamente é cobrada uma compensação ambiental. Isso a gente tem visto na prática, no
3397 cotidiano dos empreendimentos. A intenção não é deixar de dar a compensação ambiental,
3398 mas de evitar apenas uma duplicidade de cobrança de compensação ambiental permitindo que
3399 ela seja integrada já na compensação ambiental do empreendimento como um todo.

3400
3401 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**
3402

3403 Maurício Lobo.
3404

3405 **Maurício Lobo (Governo do Rio de Janeiro)**

3406

3407

3408

3409

3410

3411

3412

3413

3414

3415

3416

3417

3418

3419

3420

Eu discordo dessa afirmação de se trata de dois licenciamentos totalmente diferenciados no

3421

3422

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

3423

3424

O IBAMA está solicitando a palavra.

3425

3426

3427

Hélio dos Santos Pereira (Secretário-Executivo da Câmara de Compensação Ambiental/IBAMA)

3428

3429

3430

3431

3432

Obrigado senhor presidente. Eu acho que a CNI traz aqui pra discussão sobre a questão da

3433

3434

Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)

3435

3436

3437

3438

3439

3440

3441

3442

3443

3444

3445

3446

3447

Considero que feitas as justificativas e os posicionamentos contrários, não havendo acordo em

3448

3449

Maria Cristina Yuan (CNI)

3450

3451

3452

3453

3454

3455

3456

3457

3458

3459

3460

3461

3462

3463

3464

3465

O que eu queria ponderar junto aos meus colegas e o conselheiro Langone de certa forma até

reforçou essa minha ponderação, de que investimentos feitos para a melhoria da 59

3466 performance ambiental, não deveriam ser considerados para cálculo do valor a ser pago.
3467 Porque é um contra-senso. Na verdade, o empreendedor, ele está investindo, faz o
3468 investimento destinado a ele vender, ele está exatamente mitigando os impactos. E a
3469 compensação considera impactos ambientais não mitigáveis. Isso desestimularia sobremaneira
3470 que você mexesse. Quer dizer, você está investindo e depois vai pagar novamente uma
3471 compensação ambiental sobre esse investimento. Ele vai ter que pagar. Na verdade se trata de
3472 arrecadação isso está vinculado ao percentual, mas não à qualidade do que está sendo
3473 investido. Então, eu ponderaria com os meus colegas era exatamente esse tipo de avaliação.
3474 Coisas que um recurso esteja sendo investido a título de mitigar impactos. Ele não deve ser
3475 computado para o cálculo da compensação, porque eles têm o mesmo destino, efetivamente.
3476 O que vocês estão entendendo que faça, que seja estritamente.. o atual agora não está
3477 dizendo por que está aqui escrito. Desde que “*exigido*” está na legislação pertinente, eu diria
3478 que tudo é exigido para a legislação. Porque o próprio Artigo 225 da Constituição diz isso: “*é*
3479 *obrigação de todos preservar o meio ambiente*”. Então tudo o que eu estiver fazendo, até
3480 quando eu escovo meus dentes desligando a torneira da água, é obrigação, não é mérito não,
3481 é obrigação. De modo que somos cidadãos conscientes, preservar os recursos ambientais. É
3482 um pouco dentro dessa linha que eu queria ponderar. Se nós... vamos considerar. Se o que
3483 está sobrando como impacto ambiental negativo ou ponderado e tem se que ser ressarcido,
3484 vamos calcular, através da metodologia que vai ser instituída pelo IBAMA e pelos órgãos
3485 ambientais licenciadores desse atual esta metodologia. Que pode ser rigorosa, mas não onerar
3486 investimentos em proteção, isso é extremamente negativo.

3487
3488 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**
3489

3490 Conselheiro Rodrigo tem a palavra. A proposição da conselheira Cristina. Necessariamente,
3491 ela lê as composições de caput e parágrafo em conjunto em função das suas correlações.
3492

3493 **Rodrigo Agostinho (VIDÁGUA)**
3494

3495 Só para dizer que a palavra ideal aí é “*gradação*” e não “*graduação*”. “*Graduação*” tem a ver
3496 com nível hierárquico e gradação tem a ver com o grau do impacto. Então eu acho que a
3497 palavra mais adequada aí é “*gradação*”. E segundo na questão de mérito, aqui a questão de
3498 custos totais ou custos ou custos deduzidos aí do parágrafo único. Eu entendo que o parágrafo
3499 único já contempla essa situação de investimentos destinados a melhoria da qualidade
3500 ambiental. E acho totalmente indispensável a retirada da palavra “*total*” do caput desse Artigo.
3501

3502 **Maurício Lobo (Governo do Rio de Janeiro)**
3503

3504 Eu não consegui ler o parágrafo, mas o texto original, ele tem apresentação dessas condições,
3505 que eu acho extremamente explicitada. Primeiro. Uma questão, é que o cálculo da
3506 compensação tem que considerar os custos totais do empreendimento, do investimento. Isso é
3507 uma coisa. A outra, é a questão relativa ao percentual que é definido pela “*gradação*” da época
3508 que a metodologia já é apresentada. Eu acho que está bastante apresentado. Agora, eu queria
3509 ver, justamente aproveitando aqui o parágrafo, porque eu ouvi falando, mas não vi escrito.
3510 Esse aqui: mas aí o que seria acrescentado ali, só para mim entender: “*os custos*”? Porque, é
3511 mais uma emenda. Porque, justamente, o que foi considerado nesse aspecto, foi um pleito
3512 antigo dos empreendedores, que os investimentos feitos em horas, mitigação de impacto,
3513 pudessem não ser considerados. Você faz o empreendimento, faz toda uma ação ambiental,
3514 ele pode ser considerado, você faz um a mais. O que foi discutido e muito na Câmara Técnica
3515 de Trabalho, foi que desde que não existe a legislação, no caso uma exigência legal de da faze
3516 um filtro ou fazer uma mitigação, depender de uma legislação, não ser considerado, aquilo faz
3517 parte do empreendimento. Agora o que pode ser feito é um a mais, um a mais é logicamente, é
3518 o que todo mundo quer. Independente de se aplicar o recurso em unidade de conservação ou
3519 não, que melhore o impacto ambiental e o empreendimento naquela região, naquela situação.
3520 Então com isso, logicamente, o percentual, se esse valor não consta do valor do
3521 empreendimento, ele vai deixar de compor um valor, um percentual que será aplicado na lei do
3522 SNUC. Então, na minha consideração... eu não consegui ver o parágrafo dois da CNI, mas eu
3523 creio, me parece que está bastante esclarecido o que está no Artigo 3º apresentado pela
3524 Câmara Técnica e o parágrafo único. Eu volto a dizer que ele foi amplamente negociado com
3525 todos os setores para chegar a esse consenso de entendimento.
3526

3527 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

3528

3529 Nós temos uma proposição da ABES, também, para esse mesmo item. Eu vou pedir que seja
3530 projetado o caput do Artigo 3º, proposição da ABES. Passo a palavra para o conselheiro
3531 Bertoldo para a justificativa da proposição da ABES.

3532

3533 **Bertoldo Silva Costa (ABES)**

3534

3535 Senhor presidente, boa tarde, boa tarde a todos. Eu gostaria primeiramente com esse intuito
3536 desse aditivo, no caput do Artigo 3º. É deixar mais transparente e deixar mais legitimidade a
3537 esse processo de causa. Aonde possam os conselhos envolvidos, poderem ouvir a sociedade
3538 que é representada para debater aqueles critérios. Se não ficar apenas na mão do órgão
3539 ambiental que define o critério e aprova entre ele, mas não discute isso com a sociedade que
3540 ele a representa, conselhos estaduais, intermunicipal ou conselho federal. A proposição nesse
3541 sentido, reforço no seguinte sentido: que hoje, quero trazer essa discussão. Porque hoje o
3542 Brasil na carência que tem em saneamento ambiental, o grande déficit que tem, um grande
3543 passivo ambiental nós estamos pagando essa conta duas vezes. Os órgãos ambientais têm
3544 muitas vezes tido estudos de impacto ambiental e obras de saneamento ambiental que a
3545 princípio é considerado como um ponto em comum, muitas vezes nós estamos pagando essa
3546 conta muitas vezes acima de 0,5% da lei do SNUC. E deixando de fazer obras de saneamento,
3547 que é importante para a população. Então é no sentido que existe a obrigatoriedade. Eu peço a
3548 compreensão que a gente possa trazer esse nível de discussão ao conselho correspondente.
3549 Obrigado.

3550

3551 **Roberto Monteiro (Conselheiro Honorário)**

3552

3553 Obrigado senhor presidente. A questão é muito mais com relação ao parágrafo do que
3554 propriamente ao caput do Artigo. A intenção desse parágrafo, foi exatamente privilegiar os
3555 investimentos realizados em meio ambiente. E compensando que eles não integrarão os
3556 custos que serão onerados pela compensação ambiental. Só que ao final diz: "*desde que não*
3557 *exigido pela legislação pertinente*". Já foi colocado aqui que praticamente tudo o que é feito na
3558 área ambiental com raras exceções, já estão previstos na legislação pertinente. E a grosso
3559 modo se você examinar, isso aqui joga por terra, todo o incentivo. Porque se já está previsto na
3560 legislação ambiental pertinente e é aplicado um investimento por determinação da nossa
3561 legislação ambiental pertinente, ela vai passar a integrar os custos, indo na contra mão daquilo
3562 que se propõe. Então me parece que tem uma proposta já aí para a eliminação desse final,
3563 porque ela vai exatamente contrário a intenção desse parágrafo.

3564

3565 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

3566

3567 Conselheiro Helder, depois Maurício Lobo, depois Adriana Ramos. Questão de ordem,
3568 conselheiro Bertoldo.

3569

3570 **Bertoldo Silva Costa (ABES)**

3571

3572 Dizer que eu concordo com o conselheiro Roberto Monteiro, mas por uma questão de ordem,
3573 gostaria que a gente visse o caput e depois ir lá no parágrafo, para depois não perder o
3574 sentido.

3575

3576 **Helder Naves Torres (MME)**

3577

3578 Com relação à proposta da CNI, isso aí como já foi dito agora, já está previstos nos artigos 1 e
3579 2. Com relação a ABES, eu teria uma consideração também. Que quando fala: "*aprovado pelo*
3580 *conselho de meio ambiente correspondente*", muitas vezes os conselhos estaduais, talvez não
3581 tenham essa atribuição. E demoraria muito que às vezes em reuniões os conselhos estaduais
3582 estariam demorando muito para, inclusive, aprovar se item. Então nós sugerimos a aprovação
3583 do texto original.

3584

3585 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

3586

3587 Registro inscrição da conselheira Cristina. Nós temos vários inscritos. O próximo inscrito é 61

3588 o conselheiro Maurício. Maurício Lobo. Maurício Lobo abriu mão. Adriana.

3589

3590 **Adriana de Carvalho Barbosa Ramos (ISA)**

3591

3592 Primeiro lugar, eu queria lembrar que a questão do custo total da obra consta no Artigo 36 da
3593 lei do SNUC, isso está previsto ali. E que também, os custos ambientais que deveriam ser
3594 considerados no custo total, no geral, já não são incorporados nas análises de custo-benefício.
3595 Do exemplo que a gente tem das grandes obras de infra-estrutura no país, se fosse feito de
3596 fato a análise de custo-benefício para se identificar a melhor alternativa. E se fossem
3597 incorporados os custos ambientais, boa parte das obras não seriam sequer aprovadas. É
3598 porque esses custos já não entram. Então se a gente for, além disso, tirar os custos da
3599 obrigatoriedade para efeito do cálculo da compensação, eu acho que a gente está fugindo
3600 muito do objetivo do que é a compensação ambiental, previsto na lei do SNUC. Eu acho que a
3601 redação da resolução está muito clara e muito correta.

3602

3603 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

3604

3605 Conselheiro Vitor. MMA, o Victor pede a palavra e transfere para o Silvio Botelho.

3606

3607 **Silvio Botelho (SECEX-MMA)**

3608

3609 Eu só queria fazer um registro aqui. Porque em boa medida, o debate da metodologia quando
3610 se iniciou lá o GT. Havia um debate no ambiente do GT de fazer uma discussão sobre a
3611 metodologia. A discussão que se fez é primeiramente de que essa resolução não trata de
3612 metodologia, ela define diretrizes, enfim. Mas ela não submete esse instrumento que é feito
3613 pelos órgãos licenciadores, a aprovação de seus conselhos. Porque se nós fizermos isso, nós
3614 teríamos que aprovar a metodologia que está em curso no IBAMA e este conselho, que logo
3615 nós teríamos então, a idéia de uma metodologia nacional. O que não é o propósito desse
3616 instrumento. Só fazer essa observação. Por isso então recomendamos a nossa contrariedade a
3617 essa questão que o conselheiro da ABES coloca ao texto.

3618

3619 **Claudio Roberto Bertoldo Langone (Secretário-Executivo do MMA)**

3620

3621 Eu gostaria de fazer um encaminhamento. A mesa percebe o seguinte: formalmente é possível
3622 atender a questão de ordem e discutir o caput primeiro e o parágrafo depois, de forma que as
3623 duas questões estão muito relacionadas. E há de fato, temas relevantes que nós precisamos
3624 pensar como resolver. Essa questão dos custos ambientais versus custo total, ela é uma
3625 questão relevante. E há um nível razoável de compreensão em muitas discussões sobre a
3626 necessidade de criar um mecanismo que não iniba os investimentos em performance ambiental
3627 do empreendimento, principalmente os investimentos que tentam nivelar para cima, ou seja,
3628 além da base do exigido pela legislação, os investimentos em performance ambiental do
3629 empreendimento. Em geral o investidor tinha a performance ambiental do empreendimento
3630 variam aí de 5 a 10% do valor total do investimento, talvez menos. E na verdade, hoje nós
3631 temos uma situação, a metodologia do IBAMA considera isso, ela calcula o custo total dos
3632 investimentos. Ela calcula os investimentos, os exigidos no âmbito do licenciamento e os extra-
3633 judiciais que o empreendedor vem a fazer como o custo total, e portanto, o percentual incide
3634 sobre o custo total. Então você acaba tendo uma situação contraditória que é o seguinte: você
3635 tem mais dinheiro para os parques e você tem empreendimentos com menor desempenho
3636 ambiental. Porque em função dessa questão, você não tem um mecanismo que incentiva o
3637 empreendedor de ir além do exigido no âmbito do licenciamento. Eu estou antecipando aqui,
3638 eu já havia falado sobre isso. Uma posição que me parece muito relevante que deveria ser
3639 discutido por todos os segmentos, para que a gente tente fazer uma construção. Se nós
3640 tratarmos do caput sem discutir isso globalmente, nós vamos na verdade tratar do parágrafo ou
3641 eliminando essas hipóteses do parágrafo no debate do caput porque esse é um tema central
3642 do caput. A proposta que a mesa faz é no sentido de que face ao adiantar da hora, a gente
3643 encerre a reunião nesse ponto, abra uma rodada de negociação de hoje até o início de amanhã
3644 para tentar uma consertação em torno de redações para o Artigo e para o parágrafo. Vendo se
3645 persistem as divergências. Parece que na verdade, a mesa tem a percepção de que um pouco
3646 mais de diálogo poderia fazer uma aproximação pela percepção de posições que nós
3647 verificamos em todos os segmentos. E também gostaria de justificar, não só pelo adiantar da
3648 hora, mas também... nós com o esforço bastante significativo dos três níveis da federação, 62

3649 nós agendamos uma reunião da Comissão Tripartite Nacional para as 18 e 30. Então isso
3650 oportunizaria a reunião da Comissão Tripartite Nacional, sem prejuízo do horário. Já que nós
3651 fizemos uma opção por uma reunião noturna que é atípico nisso. Eu consulto se há alguma
3652 divergência no Plenário em relação a esse encaminhamento da mesa? Interromper agora, abrir
3653 uma comissão de diálogo, até amanhã de manhã tentar achar uma saída negociável,
3654 retomando amanhã às nove horas da manhã. E aí nós poderíamos também, resolver esse
3655 problema. Como nós trabalhamos com três arquivos da CNI, a gente está com muita
3656 sobreposição de textos, a gente chegaria com isso resolvido para amanhã de manhã. Diante
3657 do assentimento do Plenário, nós encerramos a reunião, agradecendo a presença de todos.
3658 Obrigado.

3659

3660 **Nilo Diniz (Diretor do CONAMA)**

3661

3662 Em todo caso a reunião amanhã retoma às nove horas em qualquer hipótese sobre hoje à
3663 noite.

3664

3665 [F I M]

3666

3667

3668 [STENOTYPE BRASIL LTDA.]